



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR)/Projeto Básico e Estudo Técnico Preliminar (caso necessário).

DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1. Objeto da Futura Contratação:

Prestação de serviço, como instrutora, da Procuradora Regional do Trabalho e professora Gisele Santos Fernandes Góes, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos", que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA.

ATENÇÃO: Replicar esta informação no item 1.1 do Termo de

Referência

2. Objeto se enquadra em solução de tecnologia da Informação:

() SIM
(x) NÃO

Nota: Resolução

CNMP 283/2024

3. Unidade Solicitante:

Coordenação do CEAF

4. Unidade Gestora do Recurso (Código e Nome):

40601.0005 – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

5. Origem do Recurso: (Marcar com X - Indicar conforme dotação orçamentária destinada à despesa)

(x) RECURSOS PRÓPRIOS - Orçamento do MPBA
() RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO ESTADUAL
() RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO FEDERAL

CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: Não se aplica.

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

(x) SIM, contratação se encontra prevista no PCA, conforme dados abaixo:

Indicação do Item	Código previsto no PCA publicado	Valor estimado no PCA
Contratação de empresas, instrutores, palestrantes e pesquisadores para a realização de eventos de capacitação para membros e servidores da Instituição	CEAF - 001	800.000,00

() NÃO, apresentando-se, a seguir, a justificativa para ausência de previsão no PCA.

JUSTIFICATIVA:

ATENÇÃO: Inserir texto com a

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

Nome Completo:

Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade

Unidade Administrativa:

Unidade de Finanças do CEAF

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO DA UNIDADE SOLICITANTE

Nome Completo:

Liliane Formigli Noblat

Órgão/Unidade:

Coordenação Administrativa do CEAF

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado no SEI pelo servidor responsável pelo preenchimento.
O superior imediato deverá inserir uma manifestação no SEI dando ciência da solicitação.



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Analista Técnico, em 23/04/2026, às 11:46, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** - Analista Técnico, em 23/04/2026, às 11:59, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1960375** e o código CRC **251643EF**.

19.09.45340.0004430/2025-45

1427769v1

@descricao_orgao_m

PCA - Código	PCA - Empresa Contratada	PCA - Status Contratação	PCA - Objeto	PCA - Categoria Contratação	PCA - Área Requisitante	PCA - Unidade Gestora	PCA - Mês Estimado Comp.	PCA - Nome PMO Material	PCA - Descrição Material Serviço	PCA - Unidade Fornecedor	PCA - Valor Unitário	PCA - Quantidade	PCA - Valor - Total
GACDA - 001	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	ABRIL		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5,00	1000	
GACDA - 002	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	JUNHO		LOCALIZAÇÃO DE TEXTO / MESTRE DE CERIMÔNIA / LOQUITUR / APRESENTADOR	Serviço	R\$ 800,00	1	R\$ 800,00
GACDA - 003	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	NOVEMBRO		LOCALIZAÇÃO DE TEXTO / MESTRE DE CERIMÔNIA / LOQUITUR / APRESENTADOR	Serviço	R\$ 800,00	1	R\$ 800,00
GACDA - 004	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	JANHO		FORNECIMENTO DE REFECOIROS / LANCHES / SALGADOS / DOCE	Serviço	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00
GACDA - 005	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	NOVEMBRO		FORNECIMENTO DE REFECOIROS / LANCHES / SALGADOS / DOCE	Serviço	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00
GACDA - 006	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	AGOSTO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 4,00	1000	R\$ 4.000,00
GACDA - 007	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	AGOSTO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00
GACDA - 008	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	JANHO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 11,00	500	R\$ 5.500,00
GACDA - 009	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	JANHO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00
GACDA - 010	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	SETEMBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00
GACDA - 011	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 10,00	500	R\$ 5.000,00
GACDA - 012	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	MARÇO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 10,00	500	R\$ 5.000,00
GACDA - 013	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	SETEMBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 7,00	500	R\$ 3.500,00
GACDA - 014	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	MARÇO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 40,00	200	R\$ 8.000,00
GACDA - 015	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	MARÇO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5,00	1000	R\$ 5.000,00
GACDA - 016	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	MARÇO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 40,00	200	R\$ 8.000,00
GACDA - 017	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	MARÇO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 4,00	1000	R\$ 4.000,00
GACDA - 018	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 019	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 800,00	1	R\$ 800,00
GACDA - 020	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00
GACDA - 021	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 022	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 023	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 024	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 025	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 026	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 027	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 028	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 029	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 030	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 031	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 032	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 033	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 034	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 035	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 036	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 037	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 038	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 039	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 040	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 041	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 042	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 043	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 044	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 045	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 046	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 047	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 048	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 049	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 050	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 051	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 052	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 053	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 054	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 055	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 056	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 057	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 058	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 059	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 060	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 061	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 062	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 063	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 064	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 065	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 066	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 067	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 068	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 069	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 070	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 071	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 072	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 073	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 074	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,00
GACDA - 075	11 Ficação do funcionamento dos comitês de direitos e lances. 2i For	Nova	Material para Distribuição Geral	Serviço	GACDA	GACDA	OUTUBRO		GRÁFICO - IMPRESSÃO DE MANUAL E FORMULÁRIO, ALCANCEMENTO E ENVELOPAM	Serviço	R\$ 5.000,00	1	R\$ 5.000,0

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “a” da Lei Federal nº 14.133/2021)****1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO**

Prestação de serviço, como instrutora, da Procuradora Regional do Trabalho e professora **Gisele Fernandes Góes**, para ministrar aula sobre “Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos”, que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seu(s) apenso(s).

1.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO DEFINIDO

A necessidade de contratação de um instrutor para ministrar a aula no referido curso foi identificada e indicada pela Coordenação Pedagógica do CEAf, em conjunto com a Unidade de Fomento à Pesquisa Científica e Inovação e o Coordenador do CEAf, com base na programação do curso.

1.3 FORMA DE EXECUÇÃO

☒ **A - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO.**

☐ **B - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA.**

☐ **C - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS:**

☐ C.1 - **SEM** DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

☐ C.2 - **SEM** DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO).

☐ C.3 - **COM** DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS.

☐ C.4 - **COM** DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO).

➤ **JUSTIFICATIVA (para enquadramento como serviço continuado):**

☐ **D - OUTRO(S). Especificar:**

1.4 JUSTIFICATIVA: ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA

☒ **A - NÃO SE APLICA (Não se trata de contratação de serviços de engenharia).**

1. ☐ **B - SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA”:**

➤ **B.1 - FUNDAMENTAÇÃO:**

➤ **B.2 - ITENS APLICÁVEIS:**

☐ **B.2.1 - TODOS OS ITENS.**

☐ **B.2.2 - PARTE DOS ITENS:**



1.5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objetivo a realização de ação de capacitação voltada ao aperfeiçoamento técnico de membros e servidores, por meio de aula expositiva com enfoque na temática “Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos”, conteúdo atual e de elevada relevância para a atuação institucional.

O papel do Ministério Público no contexto do sistema de justiça multiportas vem sendo progressivamente ampliado, especialmente no enfrentamento de demandas complexas e estruturais, que exigem soluções articuladas, resolutivas e voltadas à transformação de realidades sociais. Nesse cenário, o estudo do processo estrutural aliado à atuação do Ministério Público como agente de resolução de conflitos contribui para o aprimoramento das práticas institucionais e para a promoção de respostas mais eficazes às demandas coletivas.

A capacitação proposta alinha-se às diretrizes institucionais de formação continuada, contribuindo para o desenvolvimento de competências relacionadas à atuação resolutiva, à utilização de instrumentos extrajudiciais e judiciais e à condução de demandas estruturais, com foco na efetividade dos direitos fundamentais.

Ressalte-se que a docente indicada, Dra. Gisele Fernandes Góes, possui notória especialização na área, sendo Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Mestre pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Professora de graduação e pós-graduação da UFPA e Procuradora Regional do Trabalho. Ademais, encontra-se em estágio de supervisão junto à Universidade Federal do Paraná (UFPR), o que reforça sua constante atualização acadêmica e profissional.

Dessa forma, a contratação da referida profissional revela-se adequada e necessária, não sendo possível a competição, uma vez que a natureza singular do objeto, aula específica ministrada por profissional de reconhecida especialização, inviabiliza a comparação objetiva entre potenciais prestadores, configurando hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação vigente.

1.6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de profissional de notória especialização para a realização de ação de capacitação, na modalidade aula expositiva dialogada, a ser ministrada no dia 28 de maio de 2026, com carga horária previamente definida no âmbito do curso “Metodologia e Prática do Processo Estrutural”, abordando o tema “Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos”.

A aula será conduzida com abordagem teórico-prática, contemplando a exposição sistematizada do conteúdo, aliada à interação com os participantes, de modo a favorecer a construção do conhecimento de forma crítica e aplicada. A metodologia adotada envolverá, além da exposição dialogada, a discussão de textos teóricos e normativos relevantes, bem como a análise de casos concretos e de experiências institucionais relacionadas à temática, permitindo a adequada contextualização dos conceitos no âmbito da atuação prática.

A solução abrange, portanto, a prestação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, compreendendo o planejamento, a preparação e a execução da atividade formativa pela docente, com foco no aprimoramento das competências dos participantes quanto à atuação do Ministério Público na resolução de demandas estruturais.

A execução da atividade deverá observar padrões de qualidade compatíveis com a relevância do tema e com a qualificação da profissional contratada, assegurando a adequada transmissão do conhecimento e o alcance dos objetivos propostos pela ação de capacitação.

**2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR****2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ENQUADRAMENTO COMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****2.1.1 BASE LEGAL:**

A seleção do fornecedor será por **Inexigibilidade de Licitação**, com fundamento no

- () **A** – Artigo 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () **B** – Artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () **C** – Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
- (**x**) **D** – Artigo 74, inciso III, alínea f da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () **E** – Artigo 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () **F** – Artigo 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.2 JUSTIFICATIVA PARA A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO:

A presente contratação fundamenta-se na inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, a ser prestado por profissional de notória especialização.

O objeto da contratação consiste na realização de aula específica, com temática delimitada, “Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos”, a ser ministrada por docente com reconhecida expertise na área jurídica. Trata-se de atividade que envolve conhecimento aprofundado, domínio teórico e experiência prática consolidada, características que tornam o serviço singular e insuscetível de aferição por critérios objetivos de julgamento.

Nesse contexto, destaca-se que a Dra. Gisele Fernandes Góes possui notória especialização comprovada por sua formação acadêmica (Doutorado pela PUC-SP e Mestrado pela UFPA), atuação docente em cursos de graduação e pós-graduação, exercício de relevante função pública como Procuradora Regional do Trabalho e contínua qualificação acadêmica, com estágio de supervisão junto à UFPR, com atuação diretamente relacionada à temática objeto da capacitação.

A escolha da profissional está diretamente relacionada à sua qualificação técnica, à experiência prática na área e à aderência de sua atuação acadêmica e institucional ao conteúdo programático pretendido, fatores que não permitem a comparação objetiva com outros possíveis prestadores, inviabilizando, assim, a realização de procedimento competitivo.

Ademais, a natureza personalíssima do serviço, que pressupõe a atuação direta da profissional contratada, reforça a impossibilidade de substituição por outro prestador sem prejuízo da qualidade e dos resultados esperados.

Dessa forma, resta caracterizada a inviabilidade de competição, sendo cabível a contratação direta por inexigibilidade de licitação, em conformidade com a legislação vigente.

2.2 HABILITAÇÃO**2.2.1 JURÍDICA:**

- () **A - DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA** (Cartão CNPJ, Contrato Social e alterações, se houver, e ato constitutivo);



(X) B - DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro).

2.2.2 FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar:

A - Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS;

B - Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia;

B.1 - Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – **caso não seja Bahia;**

C - Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado;

D - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica);

E - Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica).

2.2.3 TÉCNICA:

() A - NÃO SERÁ EXIGIDA.

(X) B - SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Serão aceitos quaisquer documentos que comprovem a capacidade técnica do profissional para ministrar o curso, tais como certificados, declarações, contratos, portfólios, notícias ou documentos equivalentes. Entende-se por comprovação de capacidade técnica qualquer documentação idônea que demonstre a experiência ou habilitação do(a) profissional para ministrar o curso, incluindo, mas não se limitando a, certificados, declarações de instituições, contratos de prestação de serviços, portfólios, notícias ou documentos congêneres.

2.2.4 ECONÔMICO-FINANCEIRA:

(X) A - NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

() B - CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA.

() C - BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:

➤ **JUSTIFICAR OPÇÃO “C”:**

➤ **ÍNDICES CONTÁBEIS APLICÁVEIS:**

() 1. Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser:

() Maior que 01 (um) **()** Outro. Indicar:

() 2. Liquidez Geral (LG), que deverá ser:

() Maior que 01 (um) **()** Outro. Indicar:

() 3. Solvência Geral (SG), que deverá ser:

() Maior que 01 (um) **()** Outro. Indicar:

() 4. Outro. Indicar:

() D - DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a ____ % do valor da licitação (limite legal: 10%);

➤ **JUSTIFICAR OPÇÃO “D”:**

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****3.1 REGIME DE EXECUÇÃO**

☒ **A - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

☐ **B - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

☐ **C - OUTRO. Indicar:**

3.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

3.2.1 O prestador deverá retirar a nota de empenho no prazo de 2 dias úteis, contados a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

3.2.2 O prestador poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

3.3 FORMA DE EXECUÇÃO

3.3.1 LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: A prestação de serviço acontecerá na Sala de Sessões da Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, endereço: 5ª Avenida, nº 750 – Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA – 41.745-004.

3.3.2 DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO:

☐ **A - NÃO SE APLICA.**

☒ **B - SIM. CONFORME REGRAS ABAIXO:** A aula será realizada no dia 28/05/2026, das 10 às 12h.

3.3.3 NECESSIDADE DE AGENDAMENTO COM O MPBA:

☒ **A - NÃO SE APLICA.**

☐ **B - SIM, CONFORME REGRAS ABAIXO:**

- ☐ **Unidade Responsável:**
- ☐ **Telefone e e-mail para contato:** () _____ e _____.
- ☐ **Antecedência mínima (se necessário):**

3.3.4 DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

☒ **A - NÃO SE APLICA.**

☐ **B - APLICA-SE, CONFORME DESCRITO ABAIXO:**

3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO:

☐ **A - REGRAS: (SUGESTÃO)**

- **A.1 - PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:**



DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM
		() Úteis () Corridos
		() Úteis () Corridos

➤ **A.2 - PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE:**

() I - RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (regra geral).

() II - OUTRO. Informar:

➤ **A.3 - PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER):**

➤ **A.4 - ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO:**

() I - NÃO.

() II - **SIM.** Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pela Instituição.

(X) B - REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):

O serviço será executado no dia 28 de maio de 2026, das 10 às 12h.

() C - DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas.

3.6 REGRAS DE GARANTIA:

3.6.1 REGRAS GERAIS:

(X) A – NÃO SE APLICA.

() B – GARANTIA LEGAL PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

() C – GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS.

➤ **JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:**

() D – HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA).

➤ **JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:**

➤ **INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS):**

○ **GARANTIA LEGAL:**

○ **GARANTIA CONTRATADA:**



() E – DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas. (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO).

3.6.2 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA: (Somente para opções C ou D do item 3.6.1)

3.6.2.1 EXECUTOR DA GARANTIA:

- () A – CONTRATADO. (REGRA GERAL)
() B – FABRICANTE. (EXCEÇÃO)

- Justificar a exigência de garantia do fabricante:

3.6.2.2 DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços:

- () A – _____ DIAS.
() B – _____ MESES.
() C – GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS)
○ Justificar prazo de duração definido:

3.6.2.3 PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA:

- () A – _____ HORAS. Contagem – Escolher UMA opção: () Úteis () Corridos
() B – _____ DIAS. Contagem – Escolher UMA opção: () Úteis () Corridos
() C – OUTRO (S). Indicar:

3.6.2.4 FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO:

- () A – ASSISTÊNCIA SEDIADA NA ZONA URBANA OU METROPOLITANA DE SALVADOR.
() B – ASSISTÊNCIA SEDIADA NO MUNICÍPIO:
() C – ASSISTÊNCIA SEDIADA EM LOCAL A CRITÉRIO DA CONTRATADA.
() D – *ON SITE*, ISTO É, ASSISTÊNCIA PRESTADA DIRETAMENTE NA SEDE DO MPBA (EXCEÇÃO).
Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de ____ (____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;
○ Justificativa para a garantia *on site*:

() E – OUTRA. Especificar:

3.6.5.5 DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA:

() A – NÃO SE APLICA.



() B – APLICA-SE, CONFORME DESCRITO ABAIXO:

3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO:

(X) A – VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO.

() B – ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS, CONFORME REGRAS ABAIXO:

- Indicar parcela(s) subcontratável (eis):
- Indicar regras/condições para subcontratação:

3.8 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.8.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.8.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização da contratação, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

3.8.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução da contratação, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

3.8.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

3.8.1.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

3.8.1.2.3 Promover a verificação dos produtos já entregues;

3.8.1.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do **MPBA**, se necessário, parecer de especialistas;

3.8.1.2.5 Manter anotação em registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.8.1.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual/BA nº 14.634/2023; art. 12, §2º e Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

3.8.1.3 A fiscalização, pelo **MPBA**, não desobriga o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

3.8.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **MPBA**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas neste instrumento.



3.8.1.4 O **MPBA** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

3.8.1.4.1 Qualquer bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído pelo fornecedor às suas expensas;

3.8.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **MPBA**.

3.8.1.5 Caberá ao gestor do contrato deliberar sobre a execução contratual, em especial:

3.8.1.5.1 Autorizar o início da execução do objeto contratual, deliberando sobre o momento do envio de documentos de formalização tais como documentos ou nota de empenho ordinária ao contratado;

3.8.1.5.2 Coordenar as atividades realizadas pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, elaborando, sempre que necessário, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento à finalidade da Administrativa;

3.8.1.5.3 Receber dúvidas ou questionamentos de matérias sob sua competência, feitos pela CONTRATADA e/ou pela fiscalização, manifestando-se e dando o devido encaminhamento;

3.8.1.5.4 Deliberar sobre prorrogações de prazos de entre ou execução;

3.8.1.5.5 Deliberar sobre o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante emissão de termo detalhado, quando não for designada comissão específica para tal fim;

3.8.1.5.6 Adotar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

3.8.1.6 Para fins de fiscalização e gestão o MPBA poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do futuro contrato.

3.8.1.7 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

3.8.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO:

(X) A - NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1.

() B - DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:

3.8.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

3.8.3.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.



3.8.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

3.8.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.8.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.8.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.8.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.8.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.8.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.8.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.8.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.8.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.8.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.8.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.8.3.3.1 Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.8.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.8.3.2.2 a 3.8.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.8.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.8.3.2.2 a 3.8.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.8.4 DAS MULTAS:

(X) A - APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:

3.8.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

3.8.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.8.4.2.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



3.8.4.2.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.8.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.8.4.2.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.8.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.8.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;

3.8.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.8.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.8.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

3.8.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.8.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

() B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS:

3.8.4.1 Moratória de xxx % (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

3.8.4.2 Compensatória de xxx % (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

3.8.4.2.1 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.8.4.2.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.8.4.2.3 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.8.4.2.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.8.4.2.5 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.8.4.3 Compensatória de xxx % (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;

3.8.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;

3.8.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



3.8.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;

3.8.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.8.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.9 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)

3.9.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 2 dias corridos (regra geral), contados:

☐ A - DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

☒ B - DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA.

☐ C - OUTRO. Indicar:

3.9.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.

3.9.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S):

☒ A - NÃO SE APLICA.

☐ B - PRAZO:

☐ B.1 - ____ HORAS. Contagem: : ☐ Úteis ☐ Corridos

☐ B.2 - ____ DIAS. Contagem:: ☐ Úteis ☐ Corridos

☐ B.3 - ____ OUTRO (S). Indicar:

3.9.4 DEMAIS REGRAMENTOS:

3.9.4.1 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

3.9.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.9.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.9.3 assegurado à **CONTRATADA** a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;

3.9.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;



3.9.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual nº 14.634/2023, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;

3.9.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

3.10 DOS PREÇOS

3.10.1 ABRANGÊNCIA:

☒ **(X) A - OS PREÇOS CONTRATADOS ENLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO.**

➤ **A.1** - Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

➤ **A.2** - Demais regramentos (se houver): Não se aplica.

☐ **() B - ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:**

3.10.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS:

☐ **() A - VALOR MENSAL FIXO.**

☐ **() B - VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS.**

☒ **(X) C - VALOR GLOBAL CONTRATADO, RELATIVO À COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

☐ **() D - OUTRO. Indicar:**

3.11 REGRAS DE FATURAMENTO

3.11.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S):

☐ **() A - MENSAL.**

☐ **() B - MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO / EMPENHO EMITIDO.**

☒ **(X) C - EM PARCELA ÚNICA:**

☒ **(X) C.1 - AO FINAL DE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral).**

☐ **() C.2 - OUTRO. Indicar:**



() D - PARCELADO:

() D.1 - QUANTIDADE DE PARCELAS:

() D.2 - DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS:

() E - OUTRO (A). Indicar:

3.11.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO:

(X) A - **NÃO SE APLICA**, sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.12.1 (abaixo).

() B - **REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS**, para além dos indicados na opção A. Especificar:

3.12 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

3.12.1 O faturamento referente ao objeto deste instrumento será efetuado na periodicidade indicada no item 3.11.1, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo **CONTRATANTE**;

3.12.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.12.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;

3.12.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.12.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;

3.12.5 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

3.12.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.12.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.12.2 e 3.12.3.

3.12.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

**3.13 REAJUSTAMENTO****() A - PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS:**

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços:

() A.1 - INPC/IBGE.

() A.2 - OUTRO. Indicar:

- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração.
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

() B - NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços. *

Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços:

() B.1 - INPC/IBGE.

() B.2 - OUTRO. Indicar:

- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados.
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a data do orçamento estimado pela Administração e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual.

(X) C - NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO.



3.14 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS

3.14.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP):

☒ A - NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços).

☐ B - VIGÊNCIA DA ARP:

➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses. (Limitado a 01 ano)

➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência:

☐ NÃO ☐ SIM (Limitado ao total de vigência da ARP de 2 anos)

3.14.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

☒ A - CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO:

☒ A.1 - 2 meses, contados do recebimento do empenho pela contratada.

☐ A.2 - _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada.

☐ A.3 - _____ meses, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previsão inicial).*

☐ A.4 - _____ dias, contados a partir do dia ____ de _____ de 202x (previsão inicial).*

☐ B - CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO:

☐ B.1 - _____ meses / _____ anos, contados a partir da:

☐ Opção1: Data certa (previsão inicial): _____ de _____ de 202X.

☐ Opção 2: Da data da (última) assinatura.

☐ B.2 - _____ dias, contados a partir da:

☐ Opção1: Data certa (previsão inicial): _____ de _____ de 202X.

☐ Opção 2: Da data da (última) assinatura.

3.14.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA:

☒ A - NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

☐ B – SIM. SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.

➤ Justificativa:

3.15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS:



- 3.15.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes do ato que autorizou a contratação, bem como em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 3.15.1.2 Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus apensos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto, bem como as certidões de regularidade cabíveis;
- 3.15.1.3 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MPBA no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do fato;
- 3.15.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do futuro contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente(s) ao(s) material(is);
- 3.15.1.5 Comunicar ao **MPBA**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 3.15.1.6 Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.15.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada dos materiais eventualmente empregados na prestação dos serviços, sempre que a legislação assim o exigir;
- 3.15.1.8 Prestar ao **MPBA**, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária;
- 3.15.1.9 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos, Alvarás, licenciamentos, autorizações e materiais necessários à execução do objeto deste Termo de Referência;
- 3.15.1.10 Assegurar que o objeto deste Termo de Referência não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;
- 3.15.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **MPBA**;
- 3.15.1.12 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor;
- 3.15.1.13 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo **MPBA**, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;



3.15.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos, e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **MPBA**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.15.1.15 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **MPBA**, de refazimento dos serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o **MPBA**;

3.15.1.15.1 Comunicar ao **MPBA**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa à execução;

3.15.1.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **MPBA** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

3.15.1.17 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **MPBA**, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.15.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;

3.15.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.15.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

☒ **A - NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.

☐ **B - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:**

3.16 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.16.1 OBRIGAÇÕES GERAIS:

3.16.1.1 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

3.16.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do ato de autorização da contratação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

3.16.1.3 Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja refeito, reparado ou corrigido;



3.16.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;

3.16.1.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

3.16.1.6 Rejeitar os serviços executados fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao fornecedor, que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

3.16.1.7 Notificar previamente ao fornecedor, quando da aplicação de penalidades;

3.16.1.8 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo fornecedor, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

3.16.1.9 Emitir Ordem de Serviço para instruir a execução dos serviços;

3.16.1.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

3.16.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento.

3.16.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

(X) A - NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

() B - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:

3.17 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL

(X) A - NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.

() B - SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL, CONFORME REGRAS ABAIXO:

➤ B.1 Percentual exigido:

() I - 5% (cinco por cento).

() II - OUTRO*. Indicar: ____ % (____ por cento).

- Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial da contratação:

➤ B.2 Prazo para apresentação da garantia: _____ dias após assinatura do contrato.

➤ B.3 Prazo de duração da garantia contratual na modalidade seguro-garantia:

() I - A MESMA DA CONTRATAÇÃO.

() II - _____ dias/meses após a vigência da contratação.

**3.18 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.

3.19 RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

MATRÍCULA:	352.906
NOME DO SERVIDOR:	Liliane Formigli Noblat
UNIDADE ADMINISTRATIVA:	Coordenação Administrativa do CEAF
INSERIR ASSINATURA DIGITAL:	 Documento assinado digitalmente LILIANE FORMIGLI NOBLAT Data: 23/04/2026 11:31:15-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br



APENSO I

TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	CÓDIGO DO SERVIÇO COM DESCRIÇÃO
01	Prestação de serviço, como instrutora, da Procuradora Regional do Trabalho e professora Gisele Fernandes Góes , para ministrar aula sobre “Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos”, que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA.	Unidade	1	21172 - Treinamento Qualificação Profissional



APENSO II

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF): GISELE SANTOS FERNANDES GÓES		
NOME FANTASIA (PJ): GISELE FERNANDES GÓES	CNPJ / CPF: [REDACTED]	
ENDEREÇO: RUA JOÃO BALBI, 200 – AP. 1400 – EDF. TORRE DE TOLEDO - NAZARÉ		
MUNICÍPIO: BELÉM	UF: PA	CEP: 66060-280



CURSO METODOLOGIA E PRÁTICA DO PROCESSO ESTRUTURAL

CRONOGRAMA

MÓDULO I – PROCESSO ESTRUTURAL: NOÇÕES GERAIS

Aula 1	Aula 2	Aula 3	Aula 4	Aula 5	Aula 6
23/04	07/05	18/05	28/05	23/07	30/07

23.04 - 10h às 12h | Salão Nobre

PROCESSO ESTRUTURAL NO SISTEMA BRASILEIRO
DE JUSTIÇA MULTIPORTAS

Fredie Didier Jr.

Advogado | Professor Titular de Direito da UFBA

07.05 - 10h às 12h | Salão Nobre

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E INTERINSTITUCIONAL VOLTADAS
PARA O PROCESSO ESTRUTURAL

Leandro Fernandez

Juiz do Trabalho do TRT – 6
Doutor em Direito pela UFBA

18.05 - 10h às 12h | Salão Nobre

CONCEITOS FUNDAMENTAIS. O PROCESSO ESTRUTURAL
DEVERIA EXISTIR?

Edilson Vitorelli

Desembargador Federal do TRF – 6
Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFMG

28.05 - 10h às 12h | Sala de Sessões

PROCESSO ESTRUTURAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO
PORTA DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS

Gisele Fernandes Góes

Procuradora Regional do Trabalho da 8ª Região
Professora da Faculdade de Direito da UFPA

23.07 - 10h às 12h | Salão Nobre

AGENTES E ENTES DE FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO NOS
PROCESSOS ESTRUTURAIS

Eduardo Talamini

Advogado | Professor Associado da Faculdade de Direito da UFPR

30.07 - 10h às 12h | Salão Nobre

PROCESSO CONSTITUCIONAL DE PERFIL ESTRUTURAL

Paula Pessoa

Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UNB



CURSO METODOLOGIA E PRÁTICA DO PROCESSO ESTRUTURAL

CRONOGRAMA

MÓDULO II – PROCESSO JUDICIAL ESTRUTURAL E SUAS TÉCNICAS

Aula 1	Aula 2	Aula 3	Aula 4	Aula 5	Aula 6
A DEFINIR	11/08	18/08	25/08	10/09	24/09
Aula 7	Aula 8				
12/11	01/12				

Data a definir | Local a definir

DEMANDAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS COMO FONTE DE PROCESSOS ESTRUTURAIS

Alberto Bastos Balazeiro

Ministro do TST | Doutor em Direito Constitucional pelo IDP

11.08 - 10h às 12h | Salão Nobre

FASE POSTULATÓRIA DO PROCESSO ESTRUTURAL

Agenor de Andrade

Juiz de Direito do TJPA | Doutorando em Direito pela UFBA

18.08 - 10h às 12h | Salão Nobre

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO ESTRUTURAL

Sofia Temer

Advogada | Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UFRJ

25.08 - 10h às 12h | Salão Nobre

CONDUÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL

Sérgio Cruz Arenhart

Procurador Regional da República
Professor titular da Faculdade de Direito da UFPR

10.09 - 10h às 12h | Salão Nobre

PROVA E INSTRUÇÃO NO PROCESSO ESTRUTURAL

Thaís Paschoal

Advogada | Professora da Faculdade de Direito da UNESP

24.09 - 10h às 12h | Salão Nobre

DECISÕES ESTRUTURAIS E ESTABILIDADE PROCESSUAL

Juliana Melazzi Andrade

Promotora de Justiça do MPSP
Mestra em Direito pela UERJ

12.11 - 10h às 12h | Salão Nobre

LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE MEDIDAS ESTRUTURAIS

Gustavo Osna

Advogado | Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFPR

01.12 - 15h às 17h | Salão Nobre

DESCONSTITUIÇÃO DE DECISÕES E DE ACORDOS ESTRUTURAIS

Graziela Argenta Zaneti

Promotora de Justiça MPES
Doutora em Direito pela FDV

Hermes Zaneti Jr.

Promotor de Justiça do MPES
Professor da Faculdade de Direito da UFES



CURSO METODOLOGIA E PRÁTICA DO PROCESSO ESTRUTURAL

CRONOGRAMA

MÓDULO III – ATUAÇÃO ESTRUTURAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO*

Aula 1

Aula 2

Aula 3

Aula 4

Aula 5

Aula 6

A DEFINIR

A DEFINIR

A DEFINIR

A DEFINIR

A DEFINIR

A DEFINIR

Data a definir | Local a definir

PROCESSO ESTRUTURAL PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE
INTERESSE PÚBLICO

Susana Henriques da Costa

Promotora de Justiça do MPSP

Professora da Faculdade de Direito da USP

Data a definir | Local a definir

MINISTÉRIO PÚBLICO RESOLUTIVO E O TRATAMENTO
ADEQUADO DOS PROBLEMAS ESTRUTURAIS

Lenna Luciana Nunes Daher

Promotora de Justiça do MPDFT

Mestra em Direito pela UCB

Data a definir | Local a definir

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS ESTRUTURAIS EXTRAJUDICIAIS
PERTINENTES AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Robson Renault Godinho

Promotor de Justiça do MPRJ

Pós-Doutor em Direito pela UFBA

Data a definir | Local a definir

ACORDOS ESTRUTURAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Elton Venturi

Procurador Regional da República

Professor Associado da Faculdade de Direito da UFPR

Data a definir | Local a definir

CONSENSUALIDADE NO MPBA: O COMPOR COMO
PORTA DE JUSTIÇA

Karinny V. Peixoto de Oliveira

Promotora de Justiça do MPBA

Milena Moreschi de Almeida

Promotora de Justiça do MPBA

Data a definir | Local a definir

ATUAÇÃO ESTRUTURAL PELO MPBA

Rita Tourinho

Promotora de Justiça do MPBA

Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UFBA

Cristina Seixas Graça

Promotora de Justiça do MPBA

Adriano Freire de Carvalho Marques

Promotor de Justiça do MPBA

Coordenador do CEDUC

*Os módulos III e IV se realizarão em 2027, e o calendário será definido oportunamente



CURSO METODOLOGIA E PRÁTICA DO PROCESSO ESTRUTURAL

CRONOGRAMA

MÓDULO IV – PROCESSO ESTRUTURAL NA PRÁTICA*

Aula 1

Aula 2

Aula 3

Aula 4

Aula 5

Aula 6

A DEFINIR

A DEFINIR

A DEFINIR

A DEFINIR

A DEFINIR

A DEFINIR

Data a definir | Local a definir

PROCESSO ESTRUTURAL NA PRÁTICA I: CASOS PARADIGMÁTICOS E ATUALIDADES

Matheus Galdino

Procurador do Município de Salvador
Doutorando em Direito pela UFBA

Rafael Alexandria

Procurador do Município de Salvador
Mestre em Direito pela UFBA

Data a definir | Local a definir

PROCESSO ESTRUTURAL NA PRÁTICA II: CASOS PARADIGMÁTICOS E ATUALIDADES

Guilherme Veiga

Advogado | Doutor em Direito Constitucional pelo UniCEUB

Fernanda Rocha David

Advogada | Mestra em Direito pela UERJ

Data a definir | Local a definir

PROCESSO ESTRUTURAL NA PRÁTICA III: CASOS PARADIGMÁTICOS E ATUALIDADES

Fabício Bastos

Promotor de Justiça do MPRJ
Doutor em Direito pela Tor Vergata

Bruno Cavaco

Promotor de Justiça do MPRJ
Doutor em Direito pela UERJ

Data a definir | Local a definir

PROCESSO ESTRUTURAL NA PRÁTICA IV: CASOS PARADIGMÁTICOS E ATUALIDADES

Beclaute Oliveira da Silva

Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFAL

Sabrina Nunes Borges

Advogada | Professora da Faculdade de Direito da UNIPAM

Data a definir | Local a definir

PROCESSO ESTRUTURAL NA PRÁTICA V: CASOS PARADIGMÁTICOS E ATUALIDADES

Bruna Medina

Servidora do Estado do Paraná | Doutoranda em Direito pela UFPR

Jéssica Galvão Chaves

Advogada | Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UFJF

Data a definir | Local a definir

PROCESSO ESTRUTURAL NA PRÁTICA VI: CASOS PARADIGMÁTICOS E ATUALIDADES

Anissara Toscan

Advogada | Pós-Doutora em Direito pela UFBA

Lívia Losso Andreatini

Advogada da União | Doutoranda em Direito pela USP

*Os módulos III e IV se realizarão em 2027, e o calendário será definido oportunamente

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO

1. DESCRIÇÃO
Ministrar aula sobre “Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos”, que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural.
PERÍODO/DATA: 28/05/2026
CARGA HORÁRIA: 2 horas
VALOR PROPOSTO: 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

2. LOCAL: Sede do MPBA – CAB – Salvador/BA

3. PÚBLICO ALVO: Membros e Servidores do MPBA
--

4. INFORMAÇÕES DO PALESTRANTE			
NOME Gisele Santos Fernandes Góes		(*) CPF Nº [REDACTED]	
(*) RG Nº [REDACTED]	(*) NIT / PIS / PASEP Nº [REDACTED]	(*) INSCRIÇÃO INSS Nº [REDACTED]	
(*) BANCO: [REDACTED]	(*) AGÊNCIA: [REDACTED]	(*) C/C: [REDACTED]	
(*) TITULAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO: ☐ MESTRADO: ☐ DOUTORADO: ☒ PÓS-DOUTOR.: ☐			
ENDEREÇO: Rua João Balbi, 200, ap 1400. Edifício Torre de Toledo – Nazaré.			
Município	Estado	UF	CEP
Belém	Pará	PA	66.060-280
E-mail: gisele.goes@mpt.mp.br			



(ASSINADO E DATADO DIGITALMENTE)



MANIFESTAÇÃO

TABELA DE PREÇOS

Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços semelhantes para futura contratação do(s) item(ns) abaixo listado(s), respeitados os ditames legais.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	Q.	PREÇO 1 – PROPOSTA DO FORNECEDOR A SER CONTRATADO			PREÇOS DE CONTRATAÇÕES SEMELHANTES DE MESMA NATUREZA			
			RAZÃO SOCIAL OU NOME	CPF	VALOR TOTAL R\$	PREÇO 2		PREÇO 3	
						CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$	CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$
1	Prestação de serviço, como instrutora, da Procuradoria Regional do Trabalho e professora Gisele Santos Fernandes Góes, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos", que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA.	01	Gisele Santos Fernandes Góes	278.***.***-68	1.800,00				

1 - OBSERVAÇÕES:

- a) Trata-se de processo de contratação direta por meio de Inexigibilidade (art.74 da Lei Federal de nº14.133/21), ante a inviabilidade de competição
- b) Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) comprobatórios dos preços pagos em contratações semelhantes com o pretenso contratado.

2 – JUSTIFICATIVA SE NÃO APRESENTAR O MÍNIMO DE 03 (TRÊS) CONTRATAÇÕES SEMELHANTES PARA CADA ITEM:

Não se faz necessária a apresentação de três contratações similares, uma vez que o valor da hora-aula referente à contratação do instrutor está fundamentado no Ato Normativo nº 020/2023, bem como em suas alterações (SEI 1960379 e SEI 1960380).

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

Matrícula:	Nome do Servidor:	INSERIR ASSINATURA DIGITAL:
355.625	Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	
Unidade Administrativa:		
CEAF – Unidade de Finanças		



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Analista Técnico, em 23/04/2026, às 11:47, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1960377** e o código CRC **A49EACBE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Para complementação das informações constantes na Manifestação - Tabela de Preços (SEI 1960377), esclareço que o preço da prestação do serviço tem como base a remuneração de instrutores externos disposta no Anexo Único, do Ato Normativo N. 020/2023 (SEI 1960379) e alteração 1960380. O valor de R\$ 1.800,00 considera a titulação "Doutorado", a natureza da atividade "Presencial" (2 horas x R\$ 750,00) e os 20% do INSS Patronal. Em resumo, trata-se do somatório do valor principal de R\$ 1.500,00 mais o INSS Patronal de R\$ 300,00 (20% do valor principal).

Atenciosamente,

Unidade de Finanças do CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Analista Técnico, em 23/04/2026, às 11:47, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1960378** e o código CRC **FA96C4E4**.

INQUÉRITO CIVIL Nº 707.9.24746/2022

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Poções

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário

INTERESSADO(A)(S): Laudelino da Costa Palmeira; Leandro Araújo Mascarenhas

RELATORIA: 9º Conselheiro - Ulisses Campos de Araújo

Salvador, 24 de maio de 2023.

ALEXANDRE SOARES CRUZ

Promotor de Justiça

Secretário-Geral

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**GABINETE**

ATO Nº 286, DE 24 DE MAIO DE 2023.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA no uso das atribuições que lhe confere o art. 136 da Constituição Estadual, combinado com o art. 15, inciso VII, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e de acordo com a Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, resolve EXONERAR, a pedido, o servidor indicado abaixo, deste Ministério Público.

NOME	LOTAÇÃO	CARGO	SÍMBOLO
THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA BOAVENTURA	CAMAÇARI - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA	OFICIAL ADMINISTRATIVO II	CMP-2

Salvador, 24 de maio de 2023.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Procuradora-Geral de Justiça

ATO Nº 287, DE 24 DE MAIO DE 2023.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 136 da Constituição Estadual, combinado com o art. 15, inciso VI, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, bem como de acordo com a Lei Estadual nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, na forma do Ato Normativo nº 21/2019, resolve NOMINAR o bacharel em direito indicado abaixo, conforme segue:

NOME	LOTAÇÃO	CARGO	SÍMBOLO
CLARA PINTO TEIXEIRA ARAUJO	CAMAÇARI - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA	OFICIAL ADMINISTRATIVO II	CMP-2

Salvador, 24 de maio de 2023.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Procuradora-Geral de Justiça

ATO NORMATIVO Nº 20, DE 24 DE MAIO DE 2023.

Dispõe sobre a remuneração devida a instrutores externos pelo exercício de atividades relacionadas à formação profissional de membros e servidores, no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 136 da Constituição Estadual, combinado com os arts. 2º e 15 da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996;

CONSIDERANDO as competências do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, dispostas no Ato Normativo nº 9/2012;

CONSIDERANDO a estratégia institucional de elaborar e implementar programa de capacitação permanente para seus integrantes,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O pagamento da remuneração por atividade de instrutoria externa no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia observará o disposto neste Ato Normativo.

Art. 2º Constitui atividade de instrutoria externa o desempenho eventual de atividades atreladas à capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 3º Compreende-se como instrutoria externa, para os efeitos deste Ato Normativo:

- I – ministrar aulas e cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento;
- II – proferir seminários, fóruns, simpósios e correlatos;
- III – atuar em atividades similares ou equivalentes em outros eventos de capacitação, presenciais ou à distância.

§ 1º Considera-se curso de capacitação ou aperfeiçoamento aquele destinado à aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes dos membros e dos servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.

§ 2º Consideram-se seminários, fóruns, simpósios e correlatos aqueles de caráter informativo que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional dos membros e dos servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.

§ 3º Considera-se material didático-pedagógico aquele a ser utilizado em evento educacional, ou disponibilizado para autodesenvolvimento, como recurso de apoio para o processo de ensino-aprendizagem, elaborado pelo palestrante, na forma de transcrição de slides, compartilhamento de imagens, sons, vídeos, que não constitua ou inclua documentos e materiais institucionais e que não tenha sido elaborado durante o horário normal de trabalho do profissional contratado.

§ 4º Considera-se instrutor todo aquele que, a convite do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, desempenhar as atividades definidas no caput deste artigo na condição de palestrante, moderador, instrutor, tutor, conteudista, professor, orientador, coordenador pedagógico, coordenador técnico ou de logística educacional.

§ 5º Considera-se evento educacional toda atividade com finalidade precípua de desenvolvimento de competências profissionais, autorizada e coordenada pelo CEAF, e para qual estejam especificados, no mínimo, os objetivos de ensino aprendizagem, o facilitador de aprendizagem ou equivalente e os participantes.

§ 6º Os materiais didático-pedagógicos, de elaboração facultativa por parte do instrutor ou facilitador de aprendizagem, fazem parte do planejamento da aula e devem ser disponibilizados com antecedência ao CEAF, em prazo a ser estabelecido por este, não cabendo, por sua elaboração, qualquer tipo de remuneração adicional àquela percebida pelo exercício da atividade de instrutoria, tutoria, palestra, moderação de comunidades de prática e coaching, assim como transferidos todos os direitos para o Ministério Público do Estado da Bahia de uso, reprodução e divulgação.

§ 7º O instrutor deverá conceder os direitos autorais de todos os meios didáticos/pedagógicos utilizados como material de apoio, sejam apostilas, slides, imagens ou de qualquer forma ou material, assinando Termo de Concessão emitido pelo CEAF.

CAPÍTULO II DA SELEÇÃO DE INSTRUTORES

Art. 4º É requisito para o desempenho de instrutoria externa no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia o nível de escolaridade necessário ou especialização ou experiência profissional compatível.

Art. 5º A seleção de instrutores externos observará as disposições do presente Ato Normativo, bem como, no que couber, a Lei Estadual nº. 9.433/2005.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º Compete ao instrutor, ouvido o CEAF, apresentar o programa do curso, especificando:

- I – conteúdo programático e metodologia de ensino a ser aplicada;
- II – critério para avaliação de aprendizagem, quando for o caso;
- III – instrumentos de avaliação de aprendizagem, quando for o caso;
- IV – material didático-pedagógico e recursos institucionais necessários;
- V – total de horas-aula;
- VI – número máximo de participantes por turma;
- VII – outras informações que julgar necessárias.

Parágrafo único. O instrutor que descumprir injustificadamente as condições preestabelecidas no projeto do curso ou que desistir da ação formativa não poderá ser contratado para ministrar as atividades objeto desta Resolução pelo prazo de 02 (dois) anos, observado o devido processo legal.

Art. 7º Compete ao CEAF:

- I – coordenar a realização do evento;
- II – fazer constar os dados da avaliação do instrutor, se disponíveis;
- III – atestar o total de horas-aula ministradas pelo instrutor, certificar o trabalho realizado e encaminhar o processo à unidade competente, para fins de pagamento;

IV – definir os critérios de avaliação dos instrutores;
V – excluir do cadastro os instrutores que obtenham desempenho considerado regular ou insuficiente;
VI – manter em pasta própria o resultado da avaliação realizada ao final de cada evento.

CAPÍTULO IV DO PAGAMENTO

Art. 8º Os valores da remuneração da hora-aula são fixados de acordo com a graduação do instrutor, conforme Anexo Único deste Ato Normativo.

Parágrafo Único. Em caso de instrutor que não tenha graduação, mas comprovando-se a experiência profissional compatível, observar-se-á o pagamento da hora aula destinada à titulação de graduação.

Art. 9º Quando o encargo da atividade de instrutoria externa implicar deslocamento, será concedido o pagamento do transporte, mediante solicitação ao Coordenador do CEAF, sem prejuízo dos valores estabelecidos para a instrutoria.

Art. 10. As horas-aula de cada instrutor externo limitar-se-ão ao máximo de 60 (sessenta) horas trimestrais e 40 (quarenta) horas mensais, salvo interesse relevante do CEAF ou ao cumprimento dos objetivos e metas do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 11. Considerar-se-á, para efeito de cálculo, a hora convencional de 60 (sessenta) minutos.

Art. 12. O pagamento a que se refere o art. 9º deste Ato Normativo será realizado pelo setor competente do Ministério Público do Estado da Bahia, em conformidade com as normas da Instituição.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Compete exclusivamente ao respectivo ordenador de despesas apreciar e deliberar previamente sobre todos e quaisquer procedimentos tendentes à concretude da finalidade deste Ato Normativo.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 15. As despesas decorrentes deste Ato Normativo correrão por conta de dotação orçamentária do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 17. Este Ato entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Salvador, 24 de maio de 2023.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO

TITULAÇÃO DO INSTRUTOR EXTERNO	NATUREZA DA ATIVIDADE	VALOR DA HORA-AULA (R\$)
DOUTORADO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	550,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	400,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	270,00
MESTRADO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	450,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	380,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	250,00
ESPECIALIZAÇÃO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	300,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	250,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	170,00
GRADUAÇÃO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	200,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	190,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	127,00

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 003.9.285996/2025

ORIGEM: 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe

ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento Ilícito

INTERESSADO(A)(S): Anonima; Disque 127

RELATORIA: 9º Conselheiro - Adalvo Nunes Dourado Júnior

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 600.9.151331/2026

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

INTERESSADO(A)(S): Otávio Melo dos Santos Neto

RELATORIA: 9º Conselheiro - Adalvo Nunes Dourado Júnior

Salvador, 30 de março de 2026.

ANDRÉ LUÍS LAVIGNE MOTA

Promotor de Justiça

Secretário-Geral

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

GABINETE

ATO NORMATIVO Nº 10, DE 30 DE MARÇO DE 2026

Altera o Anexo Único do Ato Normativo nº 20, de 24 de maio de 2023.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 136 da Constituição do Estado da Bahia e o art. 15 da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo Único do Ato Normativo nº 20, de 24 de maio de 2023, para atualizar valores da hora-aula.

Art. 2º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 30 de março de 2026.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES

Procurador-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO

TITULAÇÃO DO INSTRUTOR EXTERNO	NATUREZA DA ATIVIDADE	VALOR DA HORA-AULA (R\$)
DOUTORADO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	750,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	400,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	270,00
MESTRADO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	650,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	380,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	250,00
ESPECIALIZAÇÃO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	300,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	250,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	170,00
GRADUAÇÃO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	200,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	190,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	127,00

DECISÃO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

PROCEDIMENTO SIGA Nº 94650/2026. Interessado: RAFAEL VIDAL CENDON D'ALMEIDA. Assunto: Auxílio. Decisão: Deferido, pelo período de até 6 (seis) meses, nos termos do art. 1º do Ato Normativo Conjunto PGJ/CG nº 1, de 24 de março de 2020.



Fw: [EXTERNA] Solicitação de Documentos - Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural

De Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Data Sex, 17/04/2026 08:53

Para Ceaf Financeiro <ceaf.financeiro@mpba.mp.br>

6 anexos (5 MB)

Comprovante residência.pdf; Declaração de regularidade 37-2009 -CNMP Pessoa Física.pdf; Declaração de não emprego do menor de 18 anos - art. 7º XXXIII da CF - Pessoa Física.pdf; Dra. Gisele Fernandes Góes-Termo de Autorização Imagem.pdf; Carteira motorista.pdf; diploma doutorado.pdf;

Obter o [Outlook para Android](#)

From: Gisele Santos Fernandes Goes <gisele.goes@mpt.mp.br>

Sent: Thursday, April 16, 2026 2:24:24 PM

To: Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Cc: Profa Gisele Fernandes Góes <gisele.goes@ufpa.br>

Subject: RE: [EXTERNA] Solicitação de Documentos - Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural

Prezada Dra. Liliane

Boa tarde

Uma alegria e honra o convite

Currículo resumido

Gisele Fernandes Góes. Doutora (PUC SP). Mestre (UFPA). Professora da UFPA da graduação e pós-graduação. Procuradora Regional do Trabalho. Em estágio de supervisão (UFPR).

Quanto aos vãos, como minha participação é de manhã dia 28 de maio, sugiro:

17:20 BEL ————— 1 parada ————— 22:30 SSA
5 h 10 min.

Operado pela LATAM Airlines Brasil

[Consulte as condições](#)

Salvador da Bahia a Belém qui., 28 de mai.

17:40 SSA ————— 1 parada ————— 23:35 BEL
5 h 55 min.

Operado pela LATAM Airlines Brasil

Tem da Gol também similar a esse.
Pode me passar por whatsapp e fechamos logo as passagens.
E mando a foto também por whatsapp.
Seguem os documentos.
Meu whats é 91-981313638
Meus dados bancários: Banco do Brasil - Agência 1882-1 e conta corrente 211391-0

Forte abraço e obrigada por tudo e sigo à disposição

Gisele S F Góes

De: Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Enviado: terça-feira, 31 de março de 2026 11:05

Para: gisele.goes@ufba.br <gisele.goes@ufba.br>

Cc: Gisele Santos Fernandes Goes <gisele.goes@mpt.mp.br>

Assunto: [EXTERNA] Solicitação de Documentos - Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural

ATENÇÃO: Esta mensagem de e-mail se originou de fora do MPT. Não clique em links ou abra qualquer anexo ao menos que reconheça o remetente e tenha certeza de que o conteúdo é seguro.

Prezada Dra. Gisele Góes, bom dia!

Daremos início ao seu processo de contratação para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como porta de solução de problemas jurídicos", que faz parte do **Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural**, no dia **28/05/2026**, conforme ofício-convite e cronograma em anexo.

As contratações dos instrutores desse curso serão realizadas com base no Ato Normativo do MPBA que regulamenta o pagamento de horas/aula (60 minutos cada hora/aula) para instrutores externos, cujos valores atuais são:

Instrutores com titulação de **Mestrado = R\$ 650,00** (seiscentos e cinquenta reais)

Instrutores com titulação de **Doutorado = R\$ 750,00** (setecentos e cinquenta reais)

Além do valor das horas/aula, serão disponibilizadas as **passagens aéreas** e os valores correspondentes a **diárias administrativas**, para cobrir os custos com deslocamento e hospedagem. Aqui em Salvador, disponibilizaremos um veículo com motorista, para realizar seus traslados.

Para enviarmos as opções de voos, gostaríamos de solicitar informações quanto à cidade de origem, datas e o turno que prefere, da ida e da volta. Caso já possua voos de sua preferência, basta nos informar os dados.

Para instruímos o processo de contratação, gostaríamos de solicitar o envio dos seguintes documentos:

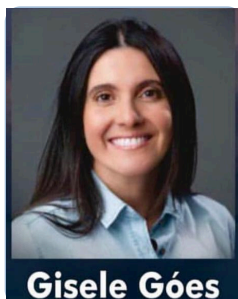
- Currículo resumido;
- Foto em boa resolução para o material de divulgação;
- Comprovante dos dados bancários (pode ser o print da tela do aplicativo do banco, onde aparece o nome e os dados de agência e conta);
- Comprovante de residência (menos de 3 meses);
- Documento de identificação pessoal oficial, contendo RG e CPF;

- Certificados/diplomas de formação profissional;
- Declarações assinadas pelo contratado (segue modelo em anexo. Sugestão de assinador: GOV.BR):
 - a) Declaração de não emprego de menor de 18 anos, salvo como aprendiz (exigência do inc. XXXIII do art. 7º da CF);
 - b) Declaração de adequação à Resolução Nº 37/2009 – CNMP;
- Termo de Autorização para Uso de Imagem (segue em anexo);
- Certificado de Registro cadastral - SICAF (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/consultas/consultarCRC.jsf>).

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente,

Liliane Formigli Noblat
Coordenadora Administrativa do CEAF
Ministério Público do Estado da Bahia
(71) 3322-5090 / 3321-4628 R. 217



Gisele Santos Fernandes Góes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1305423832262115>

ID Lattes: **1305423832262115**

Última atualização do currículo em 09/04/2026

Doutora em Direito Processual PUC/SP. Mestre UFPA. Professora de Direito Processual Civil UFPA. Vice-Secretária Geral do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual. Membro da ANNEP - Associação Norte nordeste de Professores de Processo. Co-fundadora do Projeto Mulheres do Processo em parceria com IBDP. Associada Honorária da ABEP Associação Brasileira Elas no Processo. Procuradora Regional do Trabalho da PRT/8a Região. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Processual Trabalhista, Tutela Coletiva. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Gisele Santos Fernandes Góes

Nome em citações bibliográficas

GÓES, G. S. F.; GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/1305423832262115>

Orcid iD



<https://orcid.org/0000-0002-2104-2889>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Universidade Federal do Pará.
Belem, PA - Brasil

Formação acadêmica/titulação

2003 - 2007

Doutorado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: Proposta de sistematização das questões de ordem pública processual e substancial🌀, Ano de obtenção: 2007.
Orientador: 🌀 Teresa Arruda Alvim Wambier.

1998 - 2002

Mestrado em Direito.
Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.
Título: O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: O PODER DE CRIATIVIDADE DO JUIZ E O ACESSO À JUSTIÇA, Ano de Obtenção: 2002.
Orientador: 🌀 ANTONIO GOMES MOREIRA MAUÉS.

1999 - 2000

Especialização em especialização em direito civil e processual civil. (Carga Horária: 360h).
Universidade Estácio de Sá, UNESA, Brasil.
Título: Duplo grau de jurisdição obrigatório - Remessa de Ofício.

1989 - 1994

Graduação em direito.
Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.
Título: As convenções coletivas e os acordos coletivos de trabalho.
Orientador: Rosita de Nazaré Sidrim Nassar.

Pós-doutorado

2021

Pós-Doutorado.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público /
Especialidade: Direito Processual Civil.

Formação Complementar

2003 - 2003

Extensão universitária em Italiano Instrumental. (Carga horária: 30h).
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

2003 - 2003

Atuação Profissional

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Ministério Público do Trabalho, MPT, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: Proc Regional Trabalho -
promoção merecimento

Vínculo institucional

1997 - Atual

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: Procuradora do Trabalho

Vínculo institucional

2019 - 2021

Vínculo: Coordenadora Nacional,
Enquadramento Funcional: Coordenadora
Nacional de 2º grau

Atividades

11/2015 - Atual

Direção e administração, Procuradoria Geral do Trabalho.

Cargo ou função
Promovida por merecimento Procuradora Regional do Trabalho.

06/1997 - Atual

Direção e administração, Procuradoria do Trabalho da 8ª Região.

Cargo ou função
Procuradora do Trabalho.

**10/2013 -
10/2015**

Direção e administração, Procuradoria do Trabalho da 8ª Região.

Cargo ou função
Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região.

**10/2011 -
10/2013**

Direção e administração, Procuradoria do Trabalho da 8ª Região.

Cargo ou função
Vice-Procuradora Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região.

**04/2012 -
11/2012**

Direção e administração, Procuradoria Geral do Trabalho.

Cargo ou função
Membro Titular da Comissão Examinadora do 17º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Trabalho.

**05/2011 -
09/2011**

Direção e administração, Procuradoria Geral do Trabalho.

Cargo ou função
Vice-Coordenadora da Coordenadoria
Nacional do Trabalho Portuário e
Aquaviário - CONATPA.

Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: Membro efetivo do conselho da
FAD do ICJ

**Outras
informações**

Representante Docente Titular no
Conselho da Faculdade de Direito do ICJ -
eixo de formação profissional Direito
Processual - de 16 de fevereiro de 2021
até 15 de fevereiro de 2023

Vínculo institucional

1998 - Atual

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: Professor titular, Carga horária:
20

Vínculo institucional

1996 - 1997

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: Professora Substituta, Carga
horária: 40

Atividades

**10/2003 -
10/2003**

Ensino, Especializacao em direito
administrativo, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
direito processual publico

**01/2001 -
10/2002**

Ensino, Especialização em Direito
Municipal, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Responsabilidade dos agentes políticos
dos municípios

**01/2000 -
01/2002**

Direção e administração, Centro de
Ciências Jurídicas.

Cargo ou função
Coordenador de Curso.

**05/2000 -
05/2000**

Ensino, Especialização em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
nulidades

**09/1997 -
12/1997**

Ensino, direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Orientação no Núcleo de Prática Jurídica

**09/1996 -
12/1997**

Ensino, direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Direito Processual Civil
Teoria Geral do Processo

**04/1997 -
06/1997**

Extensão universitária , Centro de
Ciências Jurídicas.

Atividade de extensão realizada
Curso Como elaborar uma dissertação.

Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2016

Vínculo: Conselheira C.Administrativo,
Enquadramento Funcional: Conselheira
Titular do Conselho Administrativ

Instituto Brasileiro de Direito Processual, IBDP, Brasil.

Vínculo institucional

2025 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Vice-Secretária Geral

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: secretária da região norte,
Enquadramento Funcional: colaboradora -
secretária da região norte, Carga horária:
10

Vínculo institucional

2001 - Atual

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional:
Membro, Carga horária: 0

Atividades

09/2015 - Atual

Direção e administração, IBDP.

Cargo ou função
Secretaria Adjunto da Regiao Norte.

2002 - Atual

Outras atividades técnico-científicas ,
IBDP, IBDP.

Atividade realizada
Assembléia Geral. Atividade realizada de
participação como membro do Instituto..

Centro Universitário Jorge Amado, UNIJORGE, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2005

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora da Pós Graduação

Atividades

**05/2002 -
07/2005**

Ensino, especialização em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
teoria geral da prova
Procedimento, atos processuais e
nulidades
Ação

Empresa Técnica de Administração Ltda, ETA, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1995

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional:
Professora de cursos preparatórios

Atividades

**01/1995 -
12/1995**

Ensino,

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito Processual Civil

Escola Superior da Magistratura, ESM, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora, Carga horária: 0

Atividades

**05/2007 -
07/2007**

Ensino, reformas processuais, Nível:
Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas
reformas processuais

escola superior de advocacia, ESA/PA, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - Atual

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora, Carga horária: 0

Atividades

03/2007 - Atual

Ensino, especialização em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
direito processual civil

Escola Superior de Direito de MAto Grosso, ESUD, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2005

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora

Atividades

**04/2003 -
04/2005**

Ensino, especializacao em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Nulidades

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora

Atividades

05/2007 - Atual

Ensino, Especializacao em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
nulidades
questoes de ordem publica

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: livre, Enquadramento Funcional:
Professora

Atividades

**08/2007 -
08/2007**

Ensino, especializacao em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
teoria geral da prova

Vínculo institucional

2004 - Atual

Vínculo: LIVRE, Enquadramento
Funcional: Professora

Atividades

06/2004 - Atual

Ensino, especializacao em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
mandado de segurança
procedimentos especiais
teoria geral da prova

Faculdade Pontes de Miranda, AIESNE, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2003

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora

Atividades

10/2003 - 10/2003

Ensino, Especializacao em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Peticao inicial e resposta do reu

Fuindação Escola Superior do Ministério Público do Pará, FESMPPA, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 2001

Vínculo: serviço prestado, Enquadramento
Funcional: Professora, Carga horária: 0

Outras informações

Disciplinas para curso preparatório à
carreira do MP/Pa - Módulos de teoria
geral do direito privado e Sentença, Coisa
Julgada e Recursos

Atividades

1997 - 2000

Ensino, Curso de aperfeiçoamento e
ingresso carreira do MP, Nível:
Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas
Direito Processual Civil
Direito Civil

Fundacao escola superior do Ministerio Publico do DF e Territorios, FESMPDFT, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2007

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora

Atividades

**03/2007 -
06/2007**

Ensino, Especializacao em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Principios processuais
teoria geral da prova

Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, IIDP, Colômbia.

Vínculo institucional

2006 - Atual

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional:
Membro, Carga horária: 0

Atividades

10/2006 - Atual

Outras atividades técnico-científicas ,
IIDP, IIDP.

Atividade realizada
Assembléia Geral. Membro do Instituto..

Instituto dos Advogados do Pará, IAP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: Membro honorário,
Enquadramento Funcional: Membro
Honorário, Carga horária: 0

Atividades

05/2005 - Atual

Outras atividades técnico-científicas , IAP,
IAP.

Atividade realizada
membro honorário.

JusPodivm, JUSPODIVM, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - Atual

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
professora do Núcleo de Pós Graduação

Atividades

05/2002 - Atual

Ensino, Especialização em Direito
Processual Civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
ação
Tutela das obrigações de fazer, não fazer
e entrega
Tutelas cautelar e antecipada
Procedimento, atos processuais e
nulidades
teoria geral da prova

Luiz Flavio Gomes, LFG, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - Atual

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora

Atividades

06/2003 - Atual

Ensino, Especialização, Especialização, Nível:

Disciplinas ministradas
Proporcionalidade
Objetivacao do recurso extraordinario

Procuradoria Geral do Estado do Pará, PGE/PA, Brasil.

Vínculo institucional

1994 - 1997

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: Procuradora do Estado do Pará

Atividades

**02/1996 -
03/1996**

Direção e administração, PGE/Pa.

Cargo ou função
Coordenadora da Procuradoria Judicial.

tribunal de justiça do estado do pará, TJE/PA, Brasil.

Vínculo institucional

1992 - 1994

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: OFICIAL DE JUSTIÇA

Atividades

**11/1993 -
12/1994**

Direção e administração, TJE/PA.

Cargo ou função
Escrivente do 23º Ofício Cível.

**09/1994 -
10/1994**

Direção e administração, TJE/PA.

Cargo ou função
Escrivã substituta da 23ª Vara Cível.

**08/1992 -
10/1993**

Direção e administração, TJE/PA.

Cargo ou função
Oficial de Justiça.

Universidade da Amazônia, UNAMA, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - Atual

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora

Atividades

04/2000 - Atual

Ensino, Especialização em direito
processual, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Recursos no processo trabalhista
Teoria Geral do Processo

Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional:
Professora

Atividades

10/2007 - Atual

Ensino, Especializacao em direito
processual civil, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Questoes de ordem publica

Academia Brasileira de Direito Processual, ABDPRO, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Membro associado,
Enquadramento Funcional: membro

Outras informações

MEMBRO

Associacao Norte Nordeste de Professores de Processo, ANNEP, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Vice-presidente

Outras informações

mandato de 3 anos - finda em
31/12/2023

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Membro associado,
Enquadramento Funcional: Membro

INSTITUTO DE PESQUISAS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, IPEATRA,
Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2021

Vínculo: ASSOCIADO E CONSELHEIRA,
Enquadramento Funcional: CONSELHO
SUPLENTE

Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, Brasil.

Vínculo institucional

2025 - 2025

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: colaboradora Grupo Trabalho
Tutela Estrutural

Vínculo institucional

2020 - 2023

Vínculo: Servidor público, Enquadramento
Funcional: colaboradora Grupo Trabalho
Tutela Coletiva

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.

Vínculo institucional

2025 - Atual

Vínculo: Professor Visitante,
Enquadramento Funcional: professora
colaboradora

Outras informações

Aula DINTER Doutorado Interinstitucional,
Nível: Pós-Graduação Disciplina ministrada
PUC RS

Projetos de pesquisa

2026 - Atual

Rede de Pesquisa DHSD-PEJPA Direitos
Humanos, Sustentabilidade e
Desenvolvimento Socioeconômico

Descrição: Trata-se de projeto de
cooperação científica internacional e
interinstitucional vinculado à Rede de
Pesquisa DHSD-PEJPA Direitos Humanos,
Sustentabilidade e Desenvolvimento

Socioeconômico: Políticas Públicas, Efetividade Jurídica e Proteção Ambiental, formalizada por Termo de Cooperação entre 21 grupos de pesquisa, com vigência de 24 meses. A rede reúne as seguintes instituições brasileiras: Universidade Federal do Pará (UFPA); Faculdade de Direito de Franca (FDF); Universidade da Amazônia (UNAMA); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Unidades Araguari, Frutal e Passos); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Faculdade de Direito de Vitória (FDV); Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA); Instituição Toledo de Ensino (ITE). No âmbito internacional, integram a rede: Universitat de Barcelona (Espanha); Pontifícia Universidad Católica del Ecuador Sede Ibarra (Equador). A cooperação tem por objetivo fomentar pesquisas interdisciplinares nas áreas de Direitos Humanos, Processo Civil, Políticas Públicas, Sustentabilidade, Inovação Tecnológica e Filosofia do Direito, promovendo a realização de congressos internacionais itinerantes, produção de obras coletivas e publicação de artigos em periódicos científicos indexados. No âmbito da rede, a docente atua como líder do Grupo de Pesquisa Tutela Coletiva e Estrutural (Universidade Federal do Pará), participando da articulação científica internacional, da organização de eventos e da produção acadêmica cooperada.. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gisele Santos Fernandes Góes - Coordenador.

2023 - Atual

Observatório de Tutela Coletiva e Estrutural

Descrição: O grupo de pesquisa tem como objetivos estudar os problemas afetos à tutela coletiva e especialmente de condão estrutural relacionados às políticas públicas e envolvendo a região Norte. Além dos referenciais teóricos estudados, a questão da jurisprudência será alvo de ser catalogada em Observatório. Também são objeto de atividades do grupo: participação nos eventos relacionados com apresentação de trabalhos, publicações em periódicos, rede de grupo de pesquisa com outras Instituições e publicação em coletâneas e livros. Certificado no CNPQ dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3133837540640858. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (10) / Mestrado acadêmico: (5) / Doutorado: (3) .

Integrantes: Gisele Santos Fernandes Góes - Coordenador / samira viana silva - Integrante / Bernardo Augusto da Costa Pereira - Integrante / Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade - Integrante / Joel da Costa Evanelista - Integrante /

2023 - Atual

Democracia, Hermenêutica e Processo

Descrição:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8044460082263906Grupo
certificado pela Instituição Unama.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Especialização: (1) /
Mestrado acadêmico: (3) / Mestrado profissional: (1) /
Doutorado: (10) .

Integrantes: Gisele Santos Fernandes Góes - Integrante /
Agatha Gonçalves Santana - Integrante / Marcelo Bezerra
Ribeiro - Coordenador.

2023 - Atual

Núcleo de Direito Processual Civil
Comparado

Descrição: Grupo registrado no CNPQ
dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1561192989607288Coordenador
Lider Professor Dr. Sérgio Cruz Arenhart da UFPR.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (12) / Especialização: (2) /
Mestrado acadêmico: (10) / Doutorado: (23) .

Integrantes: Gisele Santos Fernandes Góes - Integrante / sergio
cruz arenhart - Coordenador / samira viana silva - Integrante /
CLAYTON MARANHÃO - Integrante / Luiz Guillerme Marinoni -
Integrante.

2018 - Atual

Estudo do Novo Processo Civil: Processo
de conhecimento

Descrição: Estudar os impactos
provocados com as novas técnicas
introduzidas e os desafios de utilização no
processo coletivo.

Situação: Em andamento; Natureza:
Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (4) .

Integrantes: Gisele Santos Fernandes
Góes - Integrante / Sandoval Alves da
Silva - Integrante / rosalina pinto da costa
- Coordenador.

2015 - Atual

Concretização dos Direitos Fundamentais:
influência do processo e das teorias da
justiça.

Descrição: O grupo de pesquisa pretende
examinar a concretização dos direitos
humanos tendo por pano de fundo a
atuação estatal, em especial, a atuação

jurisdicional e a formulação, implantação e controle de políticas públicas bem como a atuação da sociedade civil como agente de realização de direitos fundamentais. A pesquisa pretende especificamente: a) investigar a repercussão das técnicas processuais na atuação judiciária na concretização dos direitos fundamentais. b) Investigar as repercussões das concepções teóricas de justiça sobre a formulação, implantação e controle de políticas públicas...

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (3) .

Integrantes: Gisele Santos Fernandes Góes - Integrante / José Henrique Mouta - Integrante / Jean Carlos Dias - Coordenador / José Cláudio Monteiro de Brito Filho - Integrante / Arthur Laércio Homci - Integrante.

2009 - 2013

SISTEMA PROCESSUAL - DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

Descrição: Teoria Geral do processo coletivo. Ações coletivas ativas e passivas. Class actions Sistema opt in e out. Análise do direito estrangeiro e jurisprudência pátria.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Gisele Santos Fernandes Góes - Coordenador.

Projetos de extensão

2016 - Atual

Projeto Mulheres no Direito Processual

Descrição: O Projeto Mulheres no Direito Processual do IBDP Instituto Brasileiro de Direito Processual foi aprovado pela Diretoria do Instituto em 2016.2, tendo como principal objetivo evidenciar a mulher brasileira como pensadora, pesquisadora e produtora de conhecimento no âmbito do Direito Processual. A inspiração maior foi o acesso a um post da Cristiane Brasileiro, Doutora pela PUC-RJ, que revelou uma lamentável estatística. Em que pese as mulheres sejam maioria dentre os estudantes das universidades brasileiras, sua presença fica cada vez mais escassa na medida em que avança a vida acadêmica. Não se sabe a verdadeira razão disso, mas algo é certo, despertou para a necessidade de repensar e transformar essa realidade. Assim, o IBDP reuniu a Comissão de Coordenação do Projeto (composta originariamente por

Ana Marcato, Beatriz Galindo, Gisele Góes, Paula Sarno Braga, Ricardo Aprigliano e Rita Nolasco, e hoje já contando com Antonio do Passo Cabral, Renata Cortez, Cristina Motta e Janaína Noletto), que se uniu ao Projeto Processualistas e à ABEP (Associação Brasileira Elas no Processo), e desenvolveu e estruturou as diferentes linhas de atuação propostas para o projeto, resultando: na manutenção de fanpage nas redes sociais (facebook e instagram @mulheresnoprocesso) e um canal no Youtube para divulgação de eventos locais (Congressos Mulheres no Direito Processual), de vídeos e reels gravados, e de notícias acadêmicas de mulheres em destaque; na realização de ciclo de eventos locais, em diversos estados da Federação (alguns deles on line), com exposições e diferentes formas de participação de mulheres processualistas, sendo uma mulher local homenageada; em cada um desses eventos, a instituição de um comitê de seleção e avaliação de trabalhos de jovens estudantes que são apresentados e discutidos ao final do dia, sendo que o melhor trabalho é premiado e sua autora recebe um certificado, livros e outros prêmios; na publicação de volumes da coletânea (Mulheres no Direito Processual) com trabalhos das expositoras, de estudantes selecionadas, e outras convidadas e convidados, homenageando uma mulher acadêmica de destaque; no projeto afilhadas acadêmicas, com estudantes selecionadas por edital e orientadas por professoras e professores de Direito Processual de todo Brasil na elaboração de trabalho acadêmico - que já evidenciou novos talentos para a academia..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Integrantes: Gisele Santos Fernandes Góes - Integrante / Antonio do Passo Cabral - Integrante / Paula Sarno Braga - Coordenador / Beatriz Galindo - Integrante / Ricardo Aprigliano - Integrante / Rita Dias Nolasco - Integrante / Renata Cortez - Integrante / Cristina Motta - Integrante.

Membro de corpo editorial

2023 - Atual

Periódico: Revista do TRT 8ª Região

2023 - Atual

Periódico: Revista do TRF 6ª Região

2021 - Atual

Periódico: Suprema Revista de Estudos Constitucionais

2020 - Atual

Periódico: revista ANNEP de Direito Processual (Asso.Norte-Ne de profs. de processo)

2007 - Atual

Periódico: Revista da Pós Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia - UFBA

2007 - Atual

Periódico: revista magister de direito civil e processual civil

Revisor de periódico

2023 - Atual

Periódico: Revista do TRT 8ª Região

2021 - Atual

Periódico: Revista Eletrônica de Direito Processual

2021 - Atual

Periódico: Suprema Revista de Estudos Constitucionais

2019 - Atual

Periódico: civil procedure review

2015 - Atual

Periódico: Revista de Processo

2014 - Atual

Periódico: revista da faculdade de direito da UFMG

2012 - Atual

Periódico: Revista Jurídica da Presidência

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito Processual Civil.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Processual
Trabalhista.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: direito processual
constitucional.

Idiomas

Alemão

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Francês

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Italiano

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2025

Menção honrosa - 2º lugar - Pós
graduação - Participação social, tutela
coletiva e Amazônia: uma análise dos
pontos de inclusão digital (PIDs) do TJPA
- Ana Beatriz Miranda Olívia Santos e
Gisele Góes, Seminário Integrado de
Pesquisa e Extensão de Direito VIII SIEPE
E XI SEMACAD.

2025

Nome de Turma da 010/2020 Matutino,
UFPA.

2023

Paraninfa da Turma 010/2018, Turma
010/2018 UFPA.

2023

Mérito Docente - 40 anos da EJPA, Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará.

2023

Medalha CLT - 80 anos de História, ATEP Associação da Advocacia Trabalhista do Estado do Pará.

2023

Associada Honorária da ABEP Associação Brasileira Elas no Processo, ABEP Associação Brasileira Elas no Processo.

2022

Comenda de Honra ao Mérito da AMPEP - Associação do Ministério Público do Estado do Pará, AMPEP - Associação do Ministério Público do Estado do Pará.

2022

Prêmio Professor Zeno Veloso, Esa - Escola Superior de Advocacia da OAB - Pará.

2022

Medalha Vereador Clodomir Grande Colino, Câmara Municipal de Belém.

2021

Paraninfa da Turma 010/2016, Turma 010/2016 UFPA curso de Direito.

2020

Nome da Turma e Paraninfa da Turma 010/2015, UFPA.

2019

Menções Honrosas no Concurso de Artigos "Justiça Cidadã", Superior Tribunal de Justiça..

2018

Nome da Turma, Patronesse e Professora Homenageada da Turma 010/2013, UFPA.

2017

Nome das Turmas 010 e 060/2012, UFPA.

2017

Amigo da Escola Superior de Magistratura/TJE/Pa, ESM/TJE/Pa.

2016

Nome da Turma e Parainfa da Turma 010/2011, UFPA.

2016

Ordem do Mérito Jus et Labor - Grau Oficial, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

2015

Parainfa da Turma 010/2010, UFPA.

2014

Parainfa da Turma 010/2009, UFPA.

2014

Ordem do Merito Advocaticio, OAB/PA.

2014

Medalha do Merito Portuario, Sindopar.

2013

Parainfa da Turma 010/2008, UFPA.

2013

Ordem do Merito Judiciario - Comendador, Tribunal de Justica do Estado do Para.

2012

Medalha Servicos Prestados Escola Superior da Magistratura, Escola Superior da Magistratura do Estado do Para.

2011

Parainfa da turma 010/2007, UFPA.

2007

Professora homenageada da turma 030 da UFPA, UFPA.

2007

Professora homenageada da turma 040da UFPA, UFPA.

2005

Professora homenageada pela Turma DI7DB, Cesupa.

2004

Nome de turma dos formandos de 2004 do CESUPA, CESUPA.

2004

2003

Professora destaque, I Turma da Pós Graduação Lato sensu em D. Processual Civil da JusPodivm c Faculdade Jorge Amado.

2001

Medalha de Mérito da Mulher "Helena Valdés", Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Pará.

1999

Professora homenageada da Turma 040 de Direito da UFPA, Universidade Federal do Pará.

1998

Nome de Turma do Curso de preparação à carreira do Ministério Público, Ministério Público do Estado do Pará.

1997

Paraninfa da Turma dos bacharelados do 2o semestre de 1997 da UFPA, UFPA.

1997

Paraninfa da Turma A 1 96 do curso de preparação à carreira do Ministério Público, Ministério Público do Estado do Pará.

1997

Paraninfa da turma do 2o semestre da UFPA 030, UFPA.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; DAMASCENO, J. P. B. F. ; MENDONCA JUNIOR, R. R. . Processo estrutural, compromissos constitucionais e cooperação: o caso da ação civil pública das vagas de graduação. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais, v. 5, p. 283, 2025.

2.

SANTANA, A. G. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . A prática de stalking e cyberstalking no meio ambiente de trabalho: a possibilidade de configuração da conduta de assédio moral. REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, v. 91, p. 158, 2025.

3.

ANDRADE, A. C. N. C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; SILVA, S. A. . A (Im) Parcialidade do Juiz nos Processos Estruturais ou Processos por Quesitos. Revista de Direito Brasileira, v. 38, p. 271, 2025.

4.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; COSTA, R. M. P. ; MOURA, J. V. M. . A DESINFORMAÇÃO DIGITAL NO BRASIL COMO PROBLEMA ESTRUTURAL: POTENCIALIDADES DO PROCESSO ESTRUTURAL. REVISTA DE PROCESSO, v. 368, p. 351, 2025.

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Processos Estruturais, modulação e o Tema 698 do Supremo Tribunal Federal. REVISTA DE PROCESSO, v. 349, p. 323, 2024.

6.

SANTOS, A. B. M. O. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; SILVA, S. V. . Desvendando a atuação de partidos políticos nas ADP's estruturais. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1068, p. 113, 2024.

7.

BUENO, C. S. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . MANIFESTAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL ? IBDP NO TEMA 1.235 DOS RECURSOS REPETITIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REVISTA DE PROCESSO, v. 356, p. 107, 2024.

8.

SOARES, D. V. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; HOMCI, J. V. . A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA VULNERABILIDADE ALGORÍTMICA DO CONSUMIDOR. REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, v. 155, p. 271, 2024.

9.

FISCHER, L. R. C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; NORONHA, S. G. . O DIREITO À MORADIA ADEQUADA E A ADPF 828-DF: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROCESSO ESTRUTURAL. Revista eletrônica de direito processual, v. 24, p. 525-545, 2023.

10.

ANDRADE, A. C. N. C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; COSTA, J. P. S. N. ., A CRISE NO SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DO PARÁ E OS PROCESSOS ESTRUTURAIS: UM CAMINHO POSSÍVEL?. REVISTA JURÍDICA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, v. 15, p. 13-44, 2023.

11.

ANDRADE, A. C. N. C. ; **GÓES, G. S. F.** ; PEREIRA, B. A. C. . A UTILIZAÇÃO DOS NUDGES NAS SESSÕES DE MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS. Revista eletrônica de direito processual, v. 23, p. 01, 2022.

12.

GÓES, G. S. F.; SCAFF, L. ; NORAT, L. C. . DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE POR EXCLUSÃO DE SÓCIO É A CONTRIBUIÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS. Revista eletrônica de direito processual, v. 23, p. 184-220, 2022.

13.

DAMESCENO, JOÃO PAULO BAETA FARIÁ ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; ARAUJO, JOSÉ HENRIQUE MOUTA . ANÁLISE SOBRE O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: DA QUALIDADE DO ACÓRDÃO QUE FIXA A TESE JURÍDICA E AS (DIS)FUNCIONALIDADES DO INSTITUTO. Revista de Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça, v. 8, p. 101-123, 2022.

14.

GÓES, G. S. F.; SILVA, S. V. . A flexibilidade dos procedimentos em litígios estruturais: uma análise do destino da ADPF nº 347. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL (IMPRESSO), v. 120, p. 183, 2022.

15.

GÓES, G. S. F.; VIEIRA, D. S. ; DIAS, J. C. . A realização de convenções processuais no âmbito da tutela coletiva: um passo em direção à eficiência da justiça. Revista Brasileira de Direito Processual, v. 112, p. 91-113, 2021.

16.

GÓES, G. S. F.; SILVA, S. A. ; JESUS, T. V. . A necessidade da premissa dialógica como interesse processual nos conflitos coletivos.. Revista de Direito Brasileira, v. 27, p. 281-299, 2021.

17.

GÓES, G. S. F.. Tema 1075 Constitucionalidade do art. 16 da Lei da ACP. revista jurídica eletrônica RTM, v. 20, p. 7-90, 2021.

18.

GÓES, G. S. F.; VIEIRA, D. S. ; COSTA, R. M. P. . Pontos de encontro e desencontro entre a legitimação extraordinária negocial e a assistência.. Revista eletrônica de direito processual, v. 21, p. 59, 2020.

19.

GÓES, G. S. F.; SOARES, D. V. ; VIEIRA, D. S. . Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e ação coletiva: diálogo ou duelo na defesa do consumidor em juízo?. REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, v. 130, p. 349-393, 2020.

20.

GÓES, G. S. F.; VIEIRA, D. S. ; COSTA, R. M. P. . Entre a instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica e o redirecionamento para o sócio: construção da Torre de Babel da Execução Fiscal. Revista eletrônica de direito processual, v. 21, p. 87-120, 2020.

21.

SILVA, S. A. ; JESUS, T. V. ; **GÓES, G. S. F. .** A representação adequada no mandado de segurança coletivo e o formalismo valorativo: uma análise jurisprudencial do Tribunal de Justiça

22.

SOARES, D. V. ; GOMES, E. M. ; **GÓES, G. S. F.** . A SOCIEDADE POÓS-MODERNÁ E O VALÓR JURÍDICO DO TEMPO: AS INCONGRUÊNCIAS DE TRATAMENTO DO TEMPO PELO FORNECEDOR E O DANO TEMPORAL CAUSADO AO CONSUMIDOR.. Pensamento Jurídico, v. 13, p. 86-107, 2019.

23.

MARANHAO, N. S. ; FERREIRA, A. J. B. ; **GÓES, G. S. F.** . O novo e polémico § 2o do art. 8o da CLT: de volta aos tempos do juiz ?boca da Lei??. REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO), v. 201, p. 37-62, 2019.

24.

GÓES, G. S. F.. Resenha do livro DIAS, Jean et al. Curso de processo civil: processo de conhecimento. 2. ed. Revista, ampliada e atualizada com a Lei nº 13.793/2019. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL (IMPRESSO), v. 108, p. 423-424, 2019.

25.

GÓES, G. S. F.; HOMCI, A. L. . O valor da previsibilidade a partir da formação de um sistema de precedentes: análise da teoria do direito como integridade e sua incidência no ordenamento jurídico brasileiro. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL (IMPRESSO), v. 104, p. 153-169, 2018.

26.

GÓES, G. S. F.; PAES, E. M. G. . PRECEDENTES JUDICIAIS COMO UMA BUSCA DA JUSTIÇA EQUITATIVA DE JOHN RAWLS.. |Revista de processo, jurisdição e efetividade da justiça, v. 03, p. 132-148, 2017.

27.

GÓES, G. S. F.. Ordem pública e os papeis da Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. Revista do Ministério Público do Trabalho, v. 01, p. 7-296, 2013.

28.

GÓES, G. S. F.. Processo Civil Cooperativo. A Leitura: Caderno da Escola Superior de Magistratura do Estado do Pará, v. 05, p. 5-179, 2012.

29.

GÓES, G. S. F.. Defesa do devedor na execução de título extrajudicial: principiologia e técnicas processuais de efetividade. A Leitura: Caderno da Escola Superior de Magistratura do Estado do Pará, v. 1, p. 1-96, 2008.

30.

GÓES, G. S. F.. A "relativização" da coisa julgada: exame crítico (exposição de um ponto de vista contrário).. Revista de Processo, v. 135, p. 45, 2006.

31.

GÓES, G. S. F.. Agravo de instrumento. O parágrafo único do artigo 526 - ônus do agravado x princípio da aquisição processual e a prova judiciária.. Revista de Processo, v. 122, p. 45, 2005.

32.

GÓES, G. S. F.. Verdade, verossimilhança e probabilidade na teoria geral da prova. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 33, p. 45, 2005.

33.

GÓES, G. S. F.. Recursos especial, extraordinário e embargos de divergência: efeito translativo ou correlação recursal?. Revista Dialética de Direito Processual, v. 22, p. 45, 2005.

34.

GÓES, G. S. F.. Autenticação. Desnecessidade. Aplicação do §1º do art. 544 e art. 525. Interpretação sistemática. Revista de Processo, v. 116, p. 45, 2004.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ CABRAL, A. P. ; DIDIER JR, F. ; VITORELLI, Edilson ; **GÓES, G. S. F.** ; FERNANDEZ, L. . Proposta de reforma do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal - elaborada pela Comissão de Especialistas Externos vinculados à Academia.. 1. ed. São Paulo: JusPodivm, 2026. 273p .

2.

DAMASCENO, J. P. B. F. (Org.) ; **GÓES, G. S. F.** (Org.) . Sistema Brasileiro de Precedentes em monografias. Prêmio Egas Moniz de Aragão e Prêmio Renê Ariel Dotti. 1. ed. Londrina: Thoth, 2025. 457p .

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Precedentes Judiciais. 1. ed. Londrina: Thoth, 2024. 418p .

4.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira (Org.) ; **GÓES, G. S. F.** (Org.) ; MARANHÃO, N. S. (Org.) . Direitos Humanos e Relações Trabalhistas estudos em homenagem à professora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar. 1. ed. são paulo: LTR, 2021. v. 1. 338p .

5.

SOARES, D. V. (Org.) ; KOURY, S. E. C. (Org.) ; HOMCI, A. L. (Org.) ; **GÓES, G. S. F.** (Org.) ; SILVA, A. O. (Org.) ; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira (Org.) . PROVOCações CONTEMPORÂNEAS NO DIREITO DO CONSUMIDOR.. 1. ed. rio de janeiro: lumen juris, 2018.

6.

GÓES, G. S. F.; BRAGA, P. S. (Org.) ; MARCATO, A. (Org.) ; GALINDO, B. (Org.) ; APRIGLIANO, R. (Org.) ; NOLASCO, R. D. (Org.) . Negocios Processuais. 1. ed. salvador: JusPodivm, 2017. v. 1. 679p .

7.

GÓES, G. S. F.; MOUTA, J. H. ; DIAS, J. C. . A nova execução por quantia certa, súmula vinculante, processo eletrônico e repercussão geral. Uma análise da terceira etapa da reforma do CPC.. 1. ed. salvador: JusPodivm, 2009. v. 01. 291p .

8.

GÓES, G. S. F. Direito Processual Civil. Processo de conhecimento.. 1. ed. são paulo: revista dos tribunais, 2006. v. 1500. 349p .

9.

GÓES, G. S. F. Teoria Geral da Prova. 1. ed. salvador: JusPodivm, 2005. v. 1500. 151p .

10.

★ **GÓES, G. S. F.** Princípio da proporcionalidade no Processo Civil. 1. ed. são paulo: Saraiva, 2004. v. 1500. 206p .

11.

GÓES, G. S. F.; ROCHA, I. J. M. . O direito e a realidade amazônica: dois enfoques. belém: Universidade Federal do Pará, 1994.

Capítulos de livros publicados

1.

GÓES, G. S. F.; SANTOS, A. B. M. O. ; SILVA, S. V. . Dispute boards e litígios estruturais. Consensualidade, prevenção e delegação. In: Juliana Melazzi; Leandro Fernandez; Frederico Távora; Ewerton Ferreira. (Org.). ENSAIOS DE DIREITO PROCESSUAL Justiça Multiportas. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2026, v. , p. 357-.

2.

GÓES, G. S. F.; EVANELISTA, J. C. . Cooperação interinstitucional como forma de consecução do processo estrutural: acp do carvão e ADPF 709. In: Sérgio Cruz Arenhart; Marcon Félix Jobim; Gustavo Osna. (Org.). Processos estruturais. 6ed.São Paulo: JusPodivm, 2026, v. , p. 661-672.

3.

GÓES, G. S. F.; SILVA, S. V. . A utilização da inteligência artificial na gestão de processos estruturais. In: Sérgio Cruz Arenhart; Marcon Félix Jobim; Gustavo Osna. (Org.). Processos estruturais. 6ed.São Paulo: JusPodivm, 2026, v. , p. 673-690.

4.

PANTOJA, A. C. ; **GÓES, G. S. F. ; DAMASCENO, J. P. B. F. .** Participação social e Democracia: o papel da Administração Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário como

promotores de espaços deliberativos nos processos administrativos e judiciais coletivos e estruturais.. In: Alderico de Carvalho Jr, Davi Reis, Maria Carolina Silveira Beraldo, Rafael Costa. (Org.). Tutela Coletiva, Ministério Público e Democracia: Estudos em Homenagem a Gregório Assagra de Almeida. 1ed.São Paulo: D'Plácido, 2026, v. , p. 1-900.

5.

PANTOJA, A. C. ; **GÓES, G. S. F.** . GOVERNANÇA, ACCOUNTABILITY É O TRATAMENTO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS ESTRUTURAIS: PERSPECTIVAS SOBRE O MODELO DE ENTIDADES AUTÔNOMAS. In: América Cardoso B. Lima Nejaim; Benigna Araújo Teixeira Maia; Cecília Rodrigues F. Hildebrand; Marcelle Mourelle Perez Diós; Marcia Cristina Xavier de Souza.. (Org.). Acesso à justiça, Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Desjudicialização: Uma Homenagem à Professora Flávia Pereira Hill. 1ed.Londrina: Thoth, 2026, v. , p. 1-1048.

6.

PANTOJA, A. C. ; DAMASCENO, J. P. B. F. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO PARÁ: A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM DECISÕES ADMINISTRATIVAS E AS DIMENSÕES COLETIVA E ESTRUTURAL DO PROCESSO. In: Maria Cristina Cesar de Oliveira; Octavio Cascaes Dourado Junior; Anete Marques Penna de Carvalho; Gustavo Tavares Monteiro; Marcio Augusto Moura de Moraes. (Org.). LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO PARÁ. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2026, v. , p. 1-.

7.

PANTOJA, A. C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . A INCOMPATIBILIDADE DA SUSPENSÃO DE LIMINAR COM O PROCESSO ESTRUTURAL. In: Fredie Didier Jr; Beclaute Oliveira Silva. (Org.). Annep e os 10 anos do CPC. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2026, v. , p. 15-.

8.

ANDRADE, A. C. N. C. ; PEREIRA, B. A. C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . A UTILIZAÇÃO DOS NUDGES, NAS SESSÕES DE MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS. In: Fredie Didier Jr; Beclaute Oliveira Silva. (Org.). Annep e os 10 anos do CPC. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2026, v. , p. 45-.

9.

★ **GÓES, G. S. F.**.. AÇÃO RESCISÓRIA E DEMOCRACIA PROCESSUAL: A INCLUSÃO PARTICIPATIVA NO PROCESSO COLETIVO A PARTIR DO TEMA 1.004 DO STF.. In: André de Azevedo Machado (coordenador-executivo), Fabiano da Rosa Tesolin (coordenador-científico), Min. Mauro Campbell Marques (coordenador-geral). (Org.). Cortes Superiores e o Código de Processo Civil: O Sistema Brasileiro de Precedentes, os

10.

SANTOS, A. B. M. O. ; **GÓES, G. S. F.** ; SILVA, S. V. . Partidos Políticos e Processos Estruturais no STF. In: Eduarda Peixoto da Cunha França; Matheus Casimiro. (Org.). O Supremo em Transformação: História, inovações e desafios. 1ed.Londrina: Thoth, 2025, v. II, p. 77-.

11.

PANTOJA, A. C. ; **GÓES, G. S. F.** ; SILVA, S. V. . Processo Estrutural na Suprema Corte: análise crítica da ADPF 760. In: Eduarda Peixoto da Cunha França; Matheus Casimiro. (Org.). O Supremo em Transformação: História, inovações e desafios. 1ed.Londrina: Thoth, 2025, v. II, p. 45-.

12.

★ **GÓES, G. S. F.**. Muito além da abstração: o STF, a ADI e os caminhos do consenso. In: Georges Abboud; Trícia Navarro. (Org.). Consensualidade no STF. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters do Brasil, 2025, v. , p. 419-.

13.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; OLIVEIRA, J. N. . Processos Estruturais e Participação Democrática Significativa na Composição de Conflitos Multipolares. In: Eduarda Peixoto da Cunha França; Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega; Matheus Casimiro. (Org.). Pragmatismo, Direitos Fundamentais e Processos Estruturais. 1ed.Londrina: Thoth, 2025, v. , p. 1-430.

14.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Enunciado 230 do Conselho da Justiça Federal Comentado. In: Frederico Augusto Koehler; Marco Aurélio Peixoto; Silvano José Flumignan. (Org.). Enunciados CJF Conselho da Justiça Federal Jornadas de Direito Processual Civil. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2025, v. , p. 47-.

15.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SILVA, S. V. . Perspectivas sobre a utilização da IA na gestão de processos estruturais. In: Denise Mendes; Jeferson Bacelar; Giusepp Mendes. (Org.). Magníficas Mulheres: mulheres no sistema de justiça. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2025, v. II, p. 467-.

16.

SOARES, D. V. ; **GÓES, G. S. F.** ; SILVA, S. V. . CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E A TUTELA COLETIVA ESTRUTURAL DO CONSUMIDOR NO CONTEXTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. In: Dennis Verbicaro; Janaína Vieira Homci. (Org.). Relações eletrônicas de consumo. 1ed.Indaiatuba: Foco, 2024, v. , p. 1-384.

17.

GÓES, G. S. F.; SILVA, S. V. . Acerto x desacerto: a mudança jurisprudencial do STJ acerca da cognição das questões de ordem pública no Recurso Especial. In: América Cardoso B. Lima Nejaim; Cecilia Rodrigues F. Hildebrand; Fernanda Gomes e Souza Borges; Flávia Pereira Hill; Renata Cortez Peixoto. (Org.). Processos nos Tribunais Superiores. 1ed.Londrina: Thoth, 2024, v. , p. 169-.

18.

GÓES, G. S. F.. Ação Rescisória como técnica de ampliação de participação do processo coletivo. Análise do Tema 1004 STF.. In: Fabiano Carvalho; Sérgio Rizzi; Teresa Arruda Alvim. (Org.). Ação Rescisória Homenagem ao Professor Rodrigo Barioni - volume II. 1ed.Londrina: Thoth, 2024, v. II, p. 293-.

19.

PEREIRA, B. A. C. ; **GÓES, G. S. F.** ; BASTOS, D. J. . Os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua: litígio estrutural e a participação social na ADPF 976. In: Eduarda Peixoto da Cunha França; Matheus Casimiro. (Org.). Processos estruturais no Brasil: reflexões do III Congresso Internacional de Processos Estruturais. 1ed.Londrina: Thoth, 2024, v. , p. 117-.

20.

PANTOJA, A. C. ; **GÓES, G. S. F.** ; SILVA, S. V. . A suspensão de liminar é compatível com os processos estruturais?. In: Eduarda Peixoto da Cunha França; Matheus Casimiro. (Org.). Processos estruturais no Brasil: reflexões do III Congresso Internacional de Processos Estruturais. 1ed.Londrina: Thoth, 2024, v. , p. 317-.

21.

★ GOES, G. S. F. ; **GÓES, G. S. F.** . O precedente de processo estrutural advindo do Tema 698 do STF e os desafios da aplicação da ratio decidendi no TST. In: Cássio S. Bueno; Alexandre Freitas Câmara; Flávia Hill; Rogéria Dotti; Eduardo Talamini; Sérgio Cruz Arenhart; Aluísio Mendes. (Org.). Sistema Brasileiro de Precedentes: propostas e reflexões para seu aprimoramento. XV Jornadas Brasileiras de Direito Processual em homenagem ao Prof. Luiz Guilherme Marinoni e Profa Teresa Arruda Alvim. 1ed.Londrina: Thoth, 2024, v. , p. 1333-.

22.

PANTOJA, A. C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO EM PROCESSOS ESTRUTURAIS: A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EXECUTIVOS POR MEIO DE DISPUTE BOARDS. In: Ana Cláudia Rodrigues Theodoro; Flávia Pereira Hill; Humberto Dalla Bernardina de Pinho. (Org.). Desjudicialização. Atualidades e Novas Tendências. Vol. II.. 1ed.Londrina: Thoth, 2024, v. , p. 1-.

23.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; HOMCI, A. L. . A NECESSIDADE DE EQUILÍBRIO ARGUMENTATIVO NO PROCESSO E A FUNDAMENTAÇÃO COM BASE EM PRECEDENTES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. In: Beatriz Magalhães Galindo; Ana Cândida Menezes Marcato; Cristina Reindolff da Motta; Gisele Santos Fernandes Góes; Janaina Soares Noleto Castelo Branco; Paula Sarno Braga; Renata Cortez Vieira Peixoto; Ricardo de Carvalho Aprigliano; Rita Dias Nolasco. (Org.). Precedentes Judiciais. 1ed.Londrina: Thoth, 2024, v. , p. 1-418.

24.

ANDRADE, A. C. N. C. ; PEREIRA, B. A. C. ; **GÓES, G. S. F.** . A utilização dos nudges nas sessões de mediação como instrumento da política nacional de tratamento adequado dos conflitos. In: Denise Mendes; Giussepp Mendes; Jefferson Bacelar. (Org.). Magníficas Mulheres: lutando e conquistando direitos. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2023, v. 1, p. 181-198.

25.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S. . O Ministério Público do Trabalho no enfrentamento de litígios estruturais decorrentes do contexto pandêmico. In: Rodolfo Pamplona Filho; Danilo Gonçalves Gaspar. (Org.). Trabalho em Debate. 1ed.São Paulo: Mizuno, 2023, v. 1, p. 119-125.

26.

GÓES, G. S. F.. Reparação e recomposição dos bens lesados e o papel do MPT. Fluid recovery, Cy-Près e Fundos. Um caminho para problemas estruturais.. In: Edilson Vitorelli; Gustavo Osna; Hermes Zaneti Jr; Luís Alberto Reichelt; Marco Félix Jobim; Sérgio Cruz Arenhart. (Org.). Coletivização e Unidade do Direito. 1ed.Londrina: Thoth, 2023, v. IV, p. 7-746.

27.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S. . O MPT no enfrentamento do litígio estrutural da Barragem Pera Jusante: preponderância da Autocomposição. In: Bruno Choairy Cunha de Lima; Bruno Gomes Borges da Fonseca; Cirlene Luiza Zimmermann; Patrick Maia Merisio; Silvio Beltramelli Neto. (Org.). CODEMAT 20 Anos de Atuação na Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e na Promoção da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. 1ed.Brasília: MPT, 2023, v. 1, p. 11-528.

28.

PEREIRA, B. A. C. ; **GÓES, G. S. F.** . Processos estruturantes no direito brasileiro: breves reflexões acerca deste (não tão) novo paradigma processual. In: Edilson Vitorelli; Gustavo Osna; Hermes Zaneti Jr; Luís Alberto Reichelt; Marco Félix Jobim; Rogéria Dotti. (Org.). Coletivização e Unidade do Direito estudos em homenagem ao Professor Sérgio Cruz Arenhart. 1ed.Londrina: Thoth, 2022, v. III, p. 29-453.

29.

SOARES, D. V. ; **GÓES, G. S. F.** ; ANDRADE, A. C. N. C. . PROCESSOS COLETIVOS E PROCESSOS ESTRUTURAIS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS. In: Daniel Octávio Silva Marinho; José Henrique Mouta Araújo; Marco Aurélio Ventura Peixoto; Rodrigo Frantz Becker. (Org.). FAZENDA PÚBLICA: ATUAÇÃO EM JUÍZO, CONSENSUALIDADE E PRERROGATIVAS. 1ed.Londrina: Thoth, 2022, v. I, p. 1-450.

30.

HOMCI, A. L. ; **GÓES, G. S. F.** . O valor da previsibilidade a partir da Formação de um Sistema de Precedentes: Análise da Teoria do Direito como Integridade e sua incidência no Ordenamento Jurídico Brasileiro. In: Jean Carlos Dias; José Cláudio Monteiro de Brito Filho; José Henrique Mouta Araújo. (Org.). Direito e Desenvolvimento na Amazônia. 1ed.Belo Horizonte: B, 2022, v. 4, p. 425-445.

31.

GÓES, G. S. F.; DAMASCENO, J. P. B. F. ; MOUTA, J. H. . Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: da Qualidade do Acórdão que fixa a Tese Jurídica e as (Dis) Funcionalidades do Instituto. In: Jean Carlos Dias; José Cláudio Monteiro de Brito Filho; José Henrique Mouta Araújo. (Org.).

32.

MENDONCA JUNIOR, R. R. ; **GÓES, G. S. F.** . O Processo Estrutural e o Papel da Jurisdição Constitucional por meio da ADPF. In: Rodrigo Becker; Ana Carolina Caputo Bastos; Paulo Mendes; Guilherme Pupe da Nóbrega. (Org.). Processo Constitucional Brasileiro: desafios de consolidação, sistematização e harmonização das normas de regência. 1ed.Londrina: Thoth, 2022, v. , p. 1-358.

33.

GÓES, G. S. F.. Distribuição do ônus de prova no processo trabalhista. In: Gisele Góes, Ney Maranhão e Pastora do Socorro Teixeira Leal. (Org.). Direitos Humanos e Relações Trabalhistas estudos em homenagem à Professora Rosita de Nazaré Sidrim Nassar. 1ed.são paulo: LTR, 2021, v. , p. 65-71.

34.

GÓES, G. S. F.; VIEIRA, D. S. ; MARANHÃO, N. S. . LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: TERMO DE AJUSTAMENTO EM MATÉRIA TRABALHISTA E PARTICIPAÇÃO DA COLETIVIDADE. In: Alberto Nemer Neto; Cláudio Jannotti da Rocha; José Carlos Rizk Filho; José Roberto Freire Pimenta; Ricardo José Macedo de Britto Pereira. (Org.). Coleção Direito Material e Processual do Trabalho Constitucionalizados - Vol. IV. 1ed.são paulo: LEX, 2021, v. IV, p. 153-.

35.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S. . O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ? EM ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ? NO ENFRENTAMENTO DE PROBLEMATICAIS ESTRUTURAIS DECORRENTES DO CONTEXTO PANDEMICO. In: Alberto Nemer Neto; Cláudio Jannotti da Rocha; José Carlos Rizk Filho; José Roberto Freire Pimenta; Ricardo José Macedo de Britto Pereira. (Org.). Coleção Direito Material e Processual do Trabalho Constitucionalizados - Vol. IV. 1ed.são paulo: LEX, 2021, v. IV, p. 410-.

36.

PEREIRA, B. A. C. ; **GÓES, G. S. F.** . Estabilização da tutela e divergências interpretativas: ponderações necessárias. In: Teresa Arruda Alvim; Eduardo de Avelar Lamy; Leonardo Ferrer Ribeiro. (Org.). Tutela Provisória: direto ao ponto. 1ed.são paulo: Thomson Reuters, 2021, v. I, p. 387-408.

37.

GÓES, G. S. F.. A função democrática do amicus curiae. In: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho; Bruno Freire e Silva. (Org.).

38.

ARAUJO, J. H. M. ; **GÓES, G. S. F.** ; DAMASCENO, J. P. B. F. . A análise prática do julgamento dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas na Amazônia Legal: causa-piloto ou procedimento-modelo?. In: Jean Carlos Dias; José Cláudio Monteiro de Brito Filho; José Henrique Mouta Araújo. (Org.). Direito e Desenvolvimento na Amazônia: estudos interdisciplinares e interinstitucionais. 1ed.Florianópolis: Qualis, 2021, v. 3, p. 9-689.

39.

GÓES, G. S. F.; SANTOS, C. ; MOITA, R. ; MARANHÃO, N. S. . O incidente de resolução de demandas repetitivas e sua aplicação no processo do trabalho: a experiência do TRT8ª região no julgamento do IRDR nº 12-74.2017. In: Cesar Zucatti Pritsch, Fernanda Junqueira, Flavio Higa e Ney Maranhão. (Org.). Precedentes no Processo do Trabalho: teoria geral e aspectos controvertidos. 1ed.são paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2020, v. , p. 483-502.

40.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S. . O papel do MPT na pandemia. In: Alexandre Belmonte, Luciano Martinez e Ney Maranhão. (Org.). Direito do Trabalho na crise da COVID19. 1ed.salvador: Juspodivm, 2020, v. 1, p. 209-220.

41.

GÓES, G. S. F.; VIEIRA, D. S. ; MARANHÃO, N. S. . Termo de ajustamento de conduta em matéria trabalhista. In: EDIS MILARÉ. (Org.). AÇÃO CIVIL PÚBLICA APÓS 35 ANOS. 1ed.são paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2020, v. , p. 109-136.

42.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S. . O papel do Ministério Público - em especial Ministério Público do Trabalho - no enfrentamento de Problemáticas Estruturais decorrentes do contexto Pandêmico. In: Felipe Prata Mendes; João Paulo Mendes Neto; Ney Maranhão; Sérgio Mendes Filho. (Org.). Direito e Pandemia - olhares críticos sobre a Crise. 1ed.são paulo: Venturoli, 2020, v. , p. 128-136.

43.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S. . O papel do Ministério Público do Trabalho e os problemas estruturais na pandemia. In: Felipe Prata Mendes; Pedro Tourinho Tupinambá; Vanessa

44.

FERREIRA, A. J. B. ; MARANHÃO, N. S. ; **GÓES, G. S. F.** . o O novo e polêmico § 2º do art. 8º da CLT: de volta aos tempos do juiz ?boca da lei?. In: Ricardo Carvalho Fraga. (Org.). Direito do Trabalho: após reformas. 1ed.porto alegre: ASPAS, 2020, v. , p. 189-226.

45.

VIEIRA, D. S. ; **GÓES, G. S. F.** ; DIAS, J. C. . O acordo realizado na ação civil pública do naufrágio do Navio Haidar em Barcarena/PA aos olhos da análise econômica do direito.. In: Holanda de Mendonça Alves; Rafaela Teixeira Sena Neves; João Daniel Daibes Resque.. (Org.). Direito contemporâneo em debate: estudos transdisciplinares.. 1ed.porto alegre: Fi, 2019, v. , p. 375-401.

46.

GÓES, G. S. F.. Sobrejornada e meio ambiente de trabalho: princípio da insignificância ou bagatela?. In: Guilherme Feliciano; Paulo Roberto Ebert. (Org.). Direito ambiental do trabalho. 1ed.são paulo: LTR, 2018, v. 4, p. 5-277.

47.

SILVA, A. L. H. C. ; **GÓES, G. S. F.** . A CRISE DO MODELO JUDICIAL PARA A GESTÃO DE CONFLITOS DE CONSUMO E O COMPROMETIMENTO DA TUTELA PROCESSUAL DOS CONSUMIDORES: O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS COMO CAMINHO VIÁVEL PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS CONSUMERISTAS.. In: VERBICARO, Dennis; ATAÍDE, Camille; ACIOLI, Carlos.. (Org.). PROVOCAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO DIREITO DO CONSUMIDOR.. 1ed.rio de janeiro: Lumen Juris, 2018, v. , p. 287-311.

48.

FRANCO FILHO, G. S. ; **GÓES, G. S. F.** ; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira ; BRITO FILHO, J. C. M. . Distribuição do ônus de prova no processo trabalhista. In: Georgeton de Sousa Franco Filho; Gustavo Pamplona; Jeferson Bacelar. (Org.). Reforma Trabalhista - perspectivas do mundo do trabalho. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. , p. 1-231.

49.

GÓES, G. S. F.. CAPÍTULO DAS PROVAS - COMENTÁRIOS AO CPC. In: ANGELICA ARRUDA ALVIM, ARAKEN DE ASSIS, EDUARDO ARRUDA ALVIM E GEORGE SALOMÃO LEITE. (Org.).

50.

GÓES, G. S. F. Distribuicao convencional do onus de prova. In: Gisele Fernandes Goes; Ana Marcato; Beatriz Galindo; Paula Sarno Braga; Rita Dias Nolasco; Ricardo Aprigliano. (Org.). Negocios Processuais. 1ed.: , 2017, v. 1, p. 203-217.

51.

GÓES, G. S. F. Atuacao do MPT junto aos Tribunais de 2a instnsncia, segundo NCPC e sua aplicacao ao processo trabalhista. In: Elisson Miessa e Henrique Correia. (Org.). Estudos aprofundados MPT. 1ed.salvador: JusPodivm, 2017, v. 3, p. 5-649.

52.

GÓES, G. S. F. O que muda na Sessao de julgamento no Novo CPC?. In: Beatriz Galindo e Marcela Kohlbach de Faria. (Org.). RECURSOS NO CPC/2015: PERSPECTIVAS, CRITICAS E DESAFIOS. 1ed.salvador: JusPodivm, 2017, v. 1, p. 1-528.

53.

GÓES, G. S. F. depoimento pessoal e confissão. In: Teresa arruda wambier; fredie didier jr; eduardo talamini; bruno dantas. (Org.). Breves comentarios ao novo CPC. 3ed.sao paulo: revista dos tribunais, 2016, v. 1, p. 9-2800.

54.

GÓES, G. S. F. DEVER DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. In: LORENA COLNAGO E THEREZÁ NAHAS. (Org.). PROCESSO DO TRABALHO ATUAL. 1aed.SÃO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2016, v. , p. 1-492.

55.

GÓES, G. S. F. Retrocessos e perspectivas do modelo portuario brasileiro: ênfase nas requisicoes da capatazia, bloco e vigia portuário fora do sistema do OGMO. In: Elisson Melissa; Henrique Correia. (Org.). Estudos aprofundados MPT. 3ed.salvador: juspodivm, 2015, v. 1, p. 5-1314.

56.

GÓES, G. S. F. Retrocessos e perspectivas do modelo portuário brasileiro:ênfase nas requisições de capatazia, bloco e vigia portuário fora do sistema do OGMO. In: Elisson Miessa dos Santos; Henrique Correia. (Org.). Estudos aprofundados

57.

GÓES, G. S. F.. Indeferimento liminar dos embargos à execução: hipóteses do abuso do direito de defesa. In: Fredie Didier Jr; Leonardo Carneiro da Cunha; Antonio Adonias Bastos. (Org.). Execução e Cautelar - estudos em Homenagem a José de Moura Rocha. 1ed.Salvador: JusPodivm, 2012, v. 3, p. 11-635.

58.

GÓES, G. S. F.. Contraditório e questões de ordem pública. In: Fredie Didier Jr; Antonio Adonias Aguiar Bastos. (Org.). O projeto do novo Código de Processo Civil. 1ed.Salvador: JusPodivm, 2012, v. 2, p. 11-734.

59.

GÓES, G. S. F.. Retrocessos e perspectivas do modelo portuário brasileiro: ênfase nas requisições de capatazia, bloco e vigia portuário fora do sistema do OGMO. In: Elisson Miessa dos Santos; Henrique Correia. (Org.). Estudos aprofundados MPT - Ministério Público do Trabalho. 1ed.Salvador: JusPodivm, 2012, v. 1, p. 7-748.

60.

GÓES, G. S. F.. Reclamação constitucional. In: Fredie Didier Jr. (Org.). Ações constitucionais. 6ed.Salvador: JusPodivm, 2012, v. , p. 5-730.

61.

GÓES, G. S. F.. Questões de ordem pública como Questões de Fato e de Direito e a necessária vinculação à teoria do fato jurídico. In: Fredie Didier Jr; Marcos Ehrhardt Jr. (Org.). Revisitando a teoria do fato jurídico - Homenagem a Marcos Bernardes de Mello. 01ed.São Paulo: Saraiva, 2010, v. 01, p. 01-680.

62.

GÓES, G. S. F.. Brasil: El abuso del "mandato de seguridad" en la experiencia brasilena. In: Samuel B. Abad Yupanqui e Pablo Pérez Tremps. (Org.). La reforma del proceso de amparo. 1ed.Peru: Palestra, 2009, v. 01, p. 7-388.

63.

GÓES, G. S. F. Quais as bases científicas para um renovado direito processual?. In: Athos Gusmão Carneiro; Petrônio Calmon. (Org.). Bases científicas para um renovado direito processual. 02ed.Salvador: JusPOdivm, 2009, v. 01, p. 23-868.

64.

GÓES, G. S. F. Reclamação constitucional. In: Fredie Didier J. (Org.). Ações constitucionais. 04ed.Salvador: JusPodivm, 2009, v. 01, p. 01-627.

65.

GÓES, G. S. F. Existe discricionariedade judicial? Discricionariedade X termos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais. In: José Miguel Garcia Medina; Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz; Luís Otávio Sequeira de Cerqueira; Luiz Manoel Gomes Júnior. (Org.). Os poderes do JUIZ e o controle das decisões judiciais. Estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier. 1ed.são paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, p. 5-1211.

66.

GÓES, G. S. F. Quais as bases científicas para um renovado Direito Processual?. In: Athos Gusmão Carneiro; Petronio Calmon. (Org.). Bases científicas para um renovado Direito Processual. 1ed.Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2008, v. 2, p. 1-469.

67.

GÓES, G. S. F. A prescrição e a Lei 11.280/06. In: Gustavo Nogueira Santana. (Org.). A nova reforma processual. rio de janeiro: lumen juris, 2007, v. , p. 119-129.

68.

GÓES, G. S. F. Reclamação constitucional. In: Fredie Didier Jr. (Org.). Ações constitucionais. 2ed.Salvador: JusPodivm, 2007, v. , p. -.

69.

GÓES, G. S. F. Aspectos da reforma processual civil aplicados ao processo trabalhista: a lei 11232/05. In: Juliana Vignoli Cordeiro; SEbastião Vieira Caixeta. (Org.). O processo como instrumento de realização dos Direitos Fundamentais. 1ed.são paulo: LTR, 2007, v. 1, p. 7-170.

70.

GÓES, G. S. F.. 2. Termos jurídicos indeterminados: interpretação ou discricionabilidade judicial? Ênfase nos princípios jurídicos.. In: Renan Lotufo. (Org.). Sistema e Tópica na Interpretação do Ordenamento.. são paulo: manole, 2006, v. , p. 73-107.

71.

GÓES, G. S. F.. 3. A "relativização" da coisa julgada: exame crítico (exposição de um ponto de vista contrário).. In: Fredie Didier Jr. (Org.). Relativização da coisa julgada.. salvador: JusPodivm, 2006, v. , p. -.

72.

GÓES, G. S. F.. 4. Premissas básicas da ação rescisória. ênfase nas polêmicas questões da finalidade, efeitos da decisão e execução em função da procedência do ius rescindens.. In: Fredie Didier Jr. (Org.). Execução Civil. Estudos em homenagem ao professor Paulo Furtado.. rio de janeiro: lumen juris, 2006, v. , p. -.

73.

GÓES, G. S. F.. 5. O art. 232 do CC e a Súmula 301 do STJ ? presunção legal ou judicial ou ficção legal?. In: Rodrigo Reis Mazzei; Fredie Didier Jr. (Org.). Prova, exame médico e presunção. O artigo 232 do Código Civil. salvador: JusPodivm, 2006, v. , p. -.

74.

GÓES, G. S. F.. Cotejo entre o direito à prova e a proibição das provas obtidas por meios ilícitos.. In: Luiz Fux; Nelson Nery Jr; Teresa Arruda Alvim Wambier. (Org.). Processo e Constituição. Estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. são paulo: revista dos tribunais, 2006, v. , p. -.

75.

GÓES, G. S. F.. Reclamação constitucional. In: Fredie Didier Jr. (Org.). Ações constitucionais. Salvador: JusPodivm, 2006, v. , p. -.

76.

GÓES, G. S. F.. 8. O art. 232 do CC e a Súmula 301 do STJ ? presunção legal ou judicial ou ficção legal?. In: Rodrigo Mazzei; Fredie Didier Jr. (Org.). Reflexos do novo Código Civil no Direito Processual. salvador: JusPodivm, 2006, v. , p. -.

77.

GÓES, G. S. F.. Reforma do Judiciário e Direito Internacional. In: Rodrigo Mazzei; Bruno Freire e Silva. (Org.). Reforma do Judiciário. Curitiba: Juruá, 2005, v. , p. -.

78.

GÓES, G. S. F.. A base ética da execução por sub-rogação no processo civil brasileiro: os princípios da idoneidade do meio e da menor onerosidade.. In: Daniel Amorim Assumpção Neves; Sérgio Shimura. (Org.). Processo de Execução. São Paulo: Método, 2005, v. , p. -.

79.

GÓES, G. S. F.. O pedido de dano moral coletivo na ação civil pública do Ministério Público.. In: Rodrigo Mazzei; Rita Nolasco. (Org.). Processo Civil Coletivo. São Paulo: Quartier Latin, 2005, v. , p. -.

80.

GÓES, G. S. F.. Razoável duração do processo. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Nelson Nery Jr;. (Org.). Reforma do Judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a EC n. 45/2004.. são paulo: revista dos tribunais, 2005, v. , p. -.

81.

GÓES, G. S. F.. A reclamação constitucional. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Nelson Nery Jr. (Org.). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis. N. 08.. são paulo: revista dos tribunais, 2005, v. , p. -.

82.

GÓES, G. S. F.. Intervenção de terceiros na Justiça do Trabalho. In: Fredie Didier Jr; Teresa Arruda Alvim Wambier. (Org.). Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins. são paulo: revista dos tribunais, 2004, v. , p. -.

83.

GÓES, G. S. F.. Execução de cédula de crédito industrial. In: Fredie Didier Jr. (Org.). Procedimentos especiais cíveis: legislação extravagante.. são paulo: saraiva, 2003, v. , p. -.

84.

GÓES, G. S. F.. A dimensão do princípio da proporcionalidade no Direito Processual Civil brasileiro. In: Robério Nunes dos Anjos Filho. (Org.). Estudos de Direito Constitucional. Salvador: JusPodivm, 2003, v. , p. -.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

CABRAL, A. P. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; DIDIER JR, F. ; FERNANDEZ, L. ; TEMER, S. ; FERRAZ, T. ; MENDES, P. ; LIMA, E. V. D. ; PESSOA, P. ; LEITE, C. F. L. . Á necessária e oportuna reforma do Regimento Interno do STF. JOTA - opinião e análise, site jota, 02 fev. 2026.

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. As múltiplas funções da responsabilidade civil nas demandas coletivas e estruturais e o PL 1641/21. Migalhas de Responsabilidade Civil n. 5635, p. 1 - 1, 04 jul. 2023.

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SILVA, S. V. . A contestação estrutural como boa prática processual reconhecida no 12º FPPC. Conjur Consultor Jurídico, p. 1 - 1, 10 abr. 2023.

4.

ANDRADE, A. C. N. C. ; **GÓES, G. S. F. .** Saneamento compartilhado e a efetividade nos processos estruturais. Conjur Consultor Jurídico, p. 1 - 1, 08 abr. 2023.

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Cooperação judiciária nacional: ruptura com determinados dogmas processuais. Conjur Consultor Jurídico, p. 1 - 1, 09 abr. 2022.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ANDRADE, A. C. N. C. ; FISCHER, L. . MEDIAÇÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO PROCESSUAL DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS NO CAMPO NO BRASIL E EM PORTUGAL. In: Anais do II Seminário Internacional FEUC/CES/UFPA [recurso eletrônico]: Os objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil e em Portugal: análise comparativa das medidas adotadas acerca

dos direitos sociais e do acesso ao direito à justiça, 2024, Coimbra. Anais do II Seminário Internacional FEUC/CES/UFPA: Os objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil e em Portugal: análise comparativa das medidas adotadas acerca dos direitos sociais e do acesso ao direito à justiça. Belém: UFPA;CES;FEUC, 2024. p. 218.

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; REGO, L. R. ; ASSIS, B. C. C. . A VULNERABILIDADE DO TRABALHADOR E A INCOMPATIBILIDADE DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL NOS ACORDOS TRABALHISTAS. In: Anais do II Seminário Internacional FEUC/CES/UFPA [recurso eletrônico]: Os objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil e em Portugal: análise comparativa das medidas adotadas acerca dos direitos sociais e do acesso ao direito à justiça, 2024, Coimbra. Anais do II Seminário Internacional FEUC/CES/UFPA: Os objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil e em Portugal: análise comparativa das medidas adotadas acerca dos direitos sociais e do acesso ao direito à justiça. Belém: UFPA;CES;FEUC, 2024. p. 24.

3.

BASTOS, D. J. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; MURRIETA, D. S. . O SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES, A BOA-FÉ OBJETIVA PROCESSUAL E OS CONTORNOS DA LITIGÂNCIA.. In: VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 2024, online. VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI - Processo, jurisdição e efetividade da justiça. Florianópolis: Conpedi, 2024. p. 216-237.

4.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; PANTOJA, A. C. . Processo Estrutural e Consequencialismo Decisório: a Valoração das Consequências na Nova Dinâmica de Controle Judicial de Políticas Públicas.. In: XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2023, Fortaleza. PROCESSO CIVIL, 2023. p. 159-177.

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SOARES, C. F. . A INTERFERÊNCIA DA POBREZA NO ACESSO À JUSTIÇA E O PAPEL DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS. In: VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 2023. ACESSO À JUSTIÇA: POLÍTICA JUDICIÁRIA, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA II, 2023. p. 1-20.

6.

PANTOJA, A. C. ; SILVA, S. V. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E PROCESSO ESTRUTURAL: ATOS CONCERTADOS PARA EXECUÇÃO DE MEDIDAS ESTRUTURANTES.. In: VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 2023. PROCESSO CIVIL I, 2023. p. 27-44.

7.

ANDRADE, A. C. N. C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; SEGLIA, C. L. . O PROCESSO ESTRUTURAL E AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO SISTEMA CARCERÁRIO PARAENSE APOS A ADPF 347 E O MASSACRE NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALTAMIRA-PA. In: VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 2023. ACESSO À JUSTIÇA: POLÍTICA JUDICIÁRIA, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA II, 2023. p. 138-159.

8.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SILVA, S. V. ; Silva, Sandoval . Processo Estrutural e Métodos Autoocompositivos: conflito, autocomposição e conexão de processos estruturais.. In: XI Encontro Internacional do CONPEDI, 2022, 2022, Santiago. FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS, 2022. p. 348-366.

9.

SILVA, A. L. H. C. ; **GÓES, G. S. F.** . A quem interessa o caos interpretativo na solução judicial das demandas consumeristas de massa no Brasil?. In: XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2019, BELEM. ANAIS DO XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. FLORIANOPOLIS: CONPEDI, 2019. p. 43-57.

10.

GÓES, G. S. F.; SILVA, A. L. H. C. . A necessidade de equilíbrio argumentativo no processo e a fundamentação com base em Precedentes no CPC. In: XXVI Conpedi - Linha: Teorias da justiça, da decisão e da argumentação jurídica, 2017, São Luís. Teorias da justiça, da decisão e da argumentação jurídica. São Luís: conpedi e UFMA, 2017.

11.

LEAO, S. C. L. ; **GÓES, G. S. F.** . AS LESÕES AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES NA PERSPECTIVA INTERNACIONAL E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 2016, FLORIANOPOLIS. AS LESÕES AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES NA PERSPECTIVA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2016. v. 01. p. 97-115.

12.

LEAO, S. C. L. ; **GÓES, G. S. F.** . PRECEDENTES E NOVO CPC: RAZÃO ARGUMENTATIVA NA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO VIA DIREITO JUDICIAL. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 2016, FLORIANOPOLIS. PRECEDENTES E NOVO CPC: RAZÃO ARGUMENTATIVA NA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO VIA DIREITO JUDICIAL, 2016. v. 01. p. 48-63.

13.

PEREIRA, L. R. M. L. ; **GÓES, G. S. F.** . MEDIAÇÃO E DEFENSORIA PUBLICA: PACIFICAÇÃO SOCIAL E DISCURSO DIALÓGICO. A RUPTURA DE PARADIGMAS. In: V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI, 2016, MONTEVIDEU. MEDIAÇÃO E DEFENSORIA PUBLICA: PACIFICAÇÃO SOCIAL E DISCURSO DIALÓGICO. A RUPTURA DE PARADIGMAS, 2016. v. 01. p. 63-78.

Resumos publicados em anais de congressos

1.

SANTOS, A. B. M. O. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . PARTICIPAÇÃO SOCIAL, TUTELA COLETIVA E AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DOS PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL (PIDs) DO TJPA. In: VIII Seminário Integrado Ensino Pesquisa e Extensão, XI Semana Acadêmica do Curso de Direito, 2026, Belém. XI SEMACAD VIII SIEPE. Belém, 2026. p. 107-108.

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; OLIVEIRA¹, A. J. R. F. . O IMPACTO DA REGULAMENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 03/2025 NO PROCESSO ESTRUTURAL E NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. In: VIII Seminário Integrado Ensino Pesquisa e Extensão, XI Semana Acadêmica do Curso de Direito, 2026, Belém. XI SEMACAD VIII SIEPE. Belém: UFPA, 2025. p. 41.

Artigos aceitos para publicação

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Repensando o papel e as funções do(a) processualista no contexto contemporâneo. REVISTA DE PROCESSO, 2026.

Apresentações de Trabalho

1.

SILVA, B. O. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . A presença feminina no Direito: avanços e desafios estruturais. 2026. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; LIMA, E. V. D. . Demandas Estruturais: O Sistema de Justiça Brasileiro e a tutela dos direitos fundamentais. 2026. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ZANETI, H. ; FIRMINO, A. G. ; SUXBERGER, A. H. ; SOUZA, A. A. ; LIMA, E. V. D. ; ZANETI, G. A. ; IANOTTI, C. . Le azioni collettive in Brasile. 2026. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

IANOTTI, C. ; ZANETI, G. A. ; SOUZA, A. A. ; SUXBERGER, A. H. ; FIRMINO, A. G. ; LIMA, E. V. D. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; ZANETI, H. . Debate Session - Call for Abstracts. 2026. (Apresentação de Trabalho/Outra).

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Processo estrutural trabalhista - desafios para uma justiça social efetiva. 2026. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

SILVA, A. O. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . Aula Magna Repensando o papel e as funções do (a) processualista no contexto contemporâneo. 2026. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

7.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; KOURY, S. E. C. ; ROCHA, F. S. S. . Realidade amazônica e tutela coletiva de bens jusambientais trabalhistas. 2025. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

8.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; PEREIRA, B. A. C. ; SILVEIRA, B. B. ; SILVA, S. A. . Um código democrático: premissas, debates e transformações (principais mudanças estruturais em relação ao CPC/73). 2025. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

9.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; TAVARES, L. N. . A complexidade nos Juizados - necessidade de reavaliação?. 2025. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

10.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; LIMA, F. G. M. . A força dos precedentes no Processo do Trabalho: estratégias para a construção e defesa da jurisprudência. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11.

MARCATO, A. ; HILL, F. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . Os problemas estruturais e os meios não jurisdicionais de resolução dos conflitos. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12.

HILL, F. ; BASTOS, D. J. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; ARENHART, S. C. . Representação e Substituição no Processo Civil Coletivo Brasileiro. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ZANETI, H. . Participação social e Democracia: o papel da Administração Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário como promotores de espaços deliberativos nos processos administrativos e judiciais coletivos e estruturais. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; BALAZEIRO, A. B. ; BRANDAO, C. . A consolidação do TST como Corte de Precedentes. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ROSENVALD, N. ; M. FILHO, C. E. R. . A inafastabilidade da jurisdição no contexto

da desjudicialização: limites constitucionais ao exercício privado de poderes executivos. 2025. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

16.

BASTOS, D. J. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; RIBEIRO, M. B. . Processo Estrutural para a Amazônia. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Processo Estrutural Trabalhista: identificação, características e normas fundamentais. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SILVA, B. F. E. . Questões polêmicas sobre a execução das Ações Cíveis Públicas. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Jurisdição sem decisão. 2025. (Apresentação de Trabalho/Outra).

20.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Mitidiero, Tarantino e Calvino: ônus de prova e seus inimigos. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Consensualidade e processos estruturais. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22.

CABRAL, A. P. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . PARTICIPAÇÃO E CONTRADITÓRIO NOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE CASOS REPETITIVOS. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; LIMA, F. G. M. . Recursos e incidentes nos TRTs. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24.

FIRMINO, A. G. ; LIMA, E. V. D. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; ZANETI, H. ; DELFIM, M. R. ; ARENHART, S. C. . Justiça Multiportas e soluções consensuais. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Processos coletivos e estruturais. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

26.

ZUFELATO, C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; COSTA, S. H. ; ZANETI, H. . Limites territoriais da coisa julgada coletiva: o que muda com a declaração de inconstitucionalidade do art. 16 da LACP? (tema 1075 STF). 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. A fase de execução processual e sua civilidade extrajudicial. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28.

PEREIRA, B. A. C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . Processos estruturais. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; RIBEIRO, M. B. . Processo estrutural e Amazônia. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Tutela Coletiva do Trabalho. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Precedentes estruturais no Processo do Trabalho. 2024. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

32.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Cooperação judiciária e processo estrutural. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

33.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Processo Estrutural. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

34.

HILL, F. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . Execução em processos coletivos e estruturais. 2024. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

35.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ZANETI, H. . Processo estrutural, Direitos Humanos e grupos vulneráveis: participação e efetividade de tutela. 2024. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

36.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ALMEIDA, G. A. . Paradigma da consensualidade e o tratamento adequado de conflitos. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

37.

VENTURI, E. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; ZANETI, H. . As propostas de regulamentação PLs 4441/2020 e 1641/2021. 2024. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

38.

LIMA, E. V. D. ; VENTURI, E. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; ARENHART, S. C. . O MP e os Princípios que regem os PLs. 2024. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

39.

SANTOS, C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . A quem interessa a execução?. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

40.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; RIBEIRO, M. B. . O impacto da tecnologia no Direito do Trabalho. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

41.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; RIBEIRO, M. B. . ADPF 347 e Processos Estruturais. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

42.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; CONALGO, L. . Como melhorar o cumprimento da sentença coletiva e a questão da prevenção ou livre distribuição. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

43.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; GOMES, M. C. ; CUNHA, E. . O futuro do processo estrutural no Brasil. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

44.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. A CLT e o Processo do Trabalho. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

45.

VENTURI, E. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; ARENHART, S. C. . Justiça Multiportas e processo coletivo: reforço da autocomposição coletiva. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

46.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Processo do Trabalho em Perspectiva Constitucional: acesso à justiça e devido processo legal. 2023. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

47.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Tribunais Superiores e o filtro de relevância no Recurso Especial. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

48.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ZANETI, H. . Justiça Multiportas, Dever de estímulo à solução consensual e Processos Estruturais. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

49.

GÓES, G. S. F.; MEDINA, J. M. G. . Fundamentação da decisão judicial e seus problemas: entre o §2º do art. 489 do CPC e a LINDB. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

50.

GÓES, G. S. F.. Consensualidade, Flexibilidade Procedimental e Políticas Públicas. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

51.

GÓES, G. S. F.; APRIGLIANO, R. . Garantia do Contraditório. 2022. (Apresentação de Trabalho/Outra).

52.

GÓES, G. S. F.. Teoria geral da prova e provas em espécie. 2022. (Apresentação de Trabalho/Outra).

53.

GÓES, G. S. F.. Precedentes, IRDR, IAC na Justiça do Trabalho. 2022. (Apresentação de Trabalho/Outra).

54.

GÓES, G. S. F.. Tutela coletiva no Brasil. 2022. (Apresentação de Trabalho/Outra).

55.

56.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Esgotando os recursos e incidentes internos dos Tribunais Regionais. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

57.

GÓES, G. S. F.. Dano moral coletivo: conceito, mensuração, destinação. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

58.

GÓES, G. S. F.; CABRAL, A. P. ; PEREIRA, B. A. C. . Processos estruturantes e Fazenda Pública. 2021. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

59.

GÓES, G. S. F.; SILVA NETO, M. J. E. . Atuação do MP e o artigo 16 da Lei da ACP: considerações interdisciplinares. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

60.

GÓES, G. S. F.; SILVA, B. O. . Tutela coletiva estrutural. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

61.

GÓES, G. S. F.. Autocomposição em tempos de pandemia. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

62.

GÓES, G. S. F.; HILL, F. . Aula na Pós Graduação da UERJ. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

63.

GÓES, G. S. F.. Do coletivo ao repetitivo: acesso à justiça e demandas de massa. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

64.

GÓES, G. S. F.. PRECEDENTE NO PROCESSO DO TRABALHO. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

65.

GÓES, G. S. F.. MINI CURSO DE PROCESSO COLETIVO. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

66.

GÓES, G. S. F.. Oficina O Poder Judiciário e os Processos Estruturais. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

67.

GÓES, G. S. F.; CONALGO, L. . Ação rescisória. 2021. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

68.

CABRAL, A. P. ; **GÓES, G. S. F. .** Processo estrutural e grandes impactos na Amazônia. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

69.

GÓES, G. S. F.. Curso de Tutela coletiva. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

70.

GÓES, G. S. F.; SILVA, B. F. E. . Reclamação constitucional e controle de precedentes. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

71.

GÓES, G. S. F.. Processo estrutural. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

72.

GÓES, G. S. F.. Aula Fundos Reparatórios fluid recovery. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

73.

GÓES, G. S. F.. ESPECIALIZAÇÃO MODULO DA TEORIA DA PROVA. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

74.

GÓES, G. S. F.; HILL, F. . Diálogos sobre o CPC - Processo Coletivo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

75.

MARANHAO, N. S. ; **GÓES, G. S. F. .** Atuação do MPT em meio à pandemia. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

76.

GÓES, G. S. F.; SANTOS, C. . A atuação do MPT por meio da mediação no contexto da pandemia COVID19. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

77.

VIEIRA, D. S. ; **GÓES, G. S. F. .** A proteção do trabalhador por meio da tutela coletiva durante a pandemia COVID. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

78.

GÓES, G. S. F.; NOLASCO, R. D. . Tutela coletiva em tempos de pandemia. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

79.

GÓES, G. S. F.; CORTEZ, R. ; PEIXOTO, M. A. . Tipologia do ônus de prova. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

80.

GÓES, G. S. F.. MP e Processos Estruturais. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

81.

GÓES, G. S. F.. A utilização da mediação pelo MPT. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

82.

GÓES, G. S. F.; PAMPLONA FILHO, R. . Ônus de prova e direito à saúde dos trabalhadores. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

83.

GÓES, G. S. F.; CONALGO, L. ; FACO, J. ; PAMPLONA FILHO, R. . Mesa redonda virtual - Instrução probatória em tempos de pandemia. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

84.

GÓES, G. S. F.. Pandemia e acesso à justiça em um modelo multiportas. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

85.

NOGUEIRA, P. H. ; **GÓES, G. S. F. .** Paniel 03 Nulidades Processuais. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

86.

NOLASCO, R. D. ; **GÓES, G. S. F. .** Tutelas Provisórias. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

87.

GÓES, G. S. F.. PROVAS. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

88.

GÓES, G. S. F.; SILVA, B. O. . Aspectos polêmicos do direito probatório. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

89.

GÓES, G. S. F.; MOUTA, J. H. ; ARENHART, S. C. . IV WEBINAR - PROCESSO ESTRUTURAL E ACESSO À JUSTIÇA. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

90.

GÓES, G. S. F.; NOLASCO, R. D. ; PEIXOTO, M. A. . PROCESSO ESTRUTURAL. 2020. (Apresentação de

91.

GÓES, G. S. F.. CONSTESTAÇÃO, RECONVENÇÃO, REVELIA E EFEITOS. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

92.

GÓES, G. S. F.. O PROCESSO E A AÇÃO VISTA COMO OUSADIA. O PROCESSO E O RECURSO VISTO COMO PETULÂNCIA. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

93.

GÓES, G. S. F.. EL PRINCIPIO DE PROPORCIONALIDAD EN EL PROCESO CIVIL. LA EXPERIENCIA DEL NUEVO CPC DE BRASIL. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

94.

GÓES, G. S. F.. SANEAMENTO COMPARTILHADO - CPC BRASIL. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

95.

GÓES, G. S. F.. PRECEDENTES E ADVOCACIA PÚBLICA. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

96.

GÓES, G. S. F.. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

97.

GÓES, G. S. F.. AS COLETIVIDADES, QUESTÕES DE CLASSE E IDENTITÁRIAS: O DIREITO DO TRABALHO E INTERSECCIONALIDADES. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

98.

GÓES, G. S. F.. PROVAS ATÍPICAS - PAINEL 08 DIREITO PROBATORIO. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

99.

GÓES, G. S. F.. Professora Ada Pellegrini Grinover: O Processo em Evolução - Congresso em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

100.

GÓES, G. S. F.. O processo estrutural foi contemplado pelo NCPC?. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

101.

GÓES, G. S. F.. DEbate sobre o art. 139, IV do CPC. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).

102.

SILVA, A. L. H. C. ; **GÓES, G. S. F. .** Direitos fundamentais processuais e direitos humanos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

103.

GÓES, G. S. F.. Recursos e Precedentes. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

104.

GÓES, G. S. F.. Apelação e Remessa de Ofício no NCPC. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

105.

GÓES, G. S. F.. Tutela provisórias. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

106.

GÓES, G. S. F.. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Precedentes. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**10
7.**

GÓES, G. S. F.. Distribuicao convencional do onus de prova. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**10
8.**

GÓES, G. S. F.. aspectos polemicos da decisao judicial. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

**10
9.**

GÓES, G. S. F.. A atuação do MPT - MPT na prevenção dos acidentes de trabalho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**11
0.**

GÓES, G. S. F.. A prova do Processo do Trabalho a luz do Novo CPC. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**11
1.**

GÓES, G. S. F.. Compatibilidade principiologica entre o CPC e o Processo do Trabalho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**11
2.**

GÓES, G. S. F.. Impactos do CPC no Processo do Trabalho/ Aspectos gerais e tutelas. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**11
3.**

GÓES, G. S. F.. Mecanismos de condenação e execução contra os grandes litigantes na Justica do Trabalho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11
4.

GÓES, G. S. F.. O conflito entre o novo CPC e o processo do trabalho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11
5.

GÓES, G. S. F.. Enunciados sobre Processo Coletivo. 2014. (Apresentação de Trabalho/Outra).

11
6.

GÓES, G. S. F.. A Principiologia no novo CPC. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

11
7.

GÓES, G. S. F.. Aspectos polêmicos da lei 13015/2014 no tempo. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

11
8.

GÓES, G. S. F.. Medidas Cautelares e antecipações de tutela nas Ações Eleitorais. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11
9.

GÓES, G. S. F.. Novos paradigmas do CPC. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12
0.

★ **GÓES, G. S. F..** Reflexões sobre as questões de ordem pública processual. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12
1.

★ **GÓES, G. S. F.**.. A aplicação das mudanças do CPC na Justiça do Trabalho. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12
2.

★ **GÓES, G. S. F.**.. Objetivação do recurso extraordinário e reclamação constitucional. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12
3.

GÓES, G. S. F... A fase de execução trabalhista à luz das reformas do CPC. 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

12
4.

GÓES, G. S. F... Alteracoes recursais do CPC. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12
5.

GÓES, G. S. F... O Processo Civil como instrumento de cidadania. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12
6.

★ **GÓES, G. S. F.**.. Relativização da coisa julgada - exposição de um ponto de vista contrário. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12
7.

GÓES, G. S. F... Princípio da razoável duração do processo. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12
8.

GÓES, G. S. F... Tutela de urgência. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12
9.

GÓES, G. S. F.. Nulidades no processo civil. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
0.

GÓES, G. S. F.. Questões de ordem pública em juízo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
1.

GÓES, G. S. F.. Reflexões sobre recentes alterações do Código de Processo Civil. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
2.

GÓES, G. S. F.. Repercussões das alterações do CPC na CLT. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
3.

GÓES, G. S. F.. Alterações ao Código de Processo Civil. 2002. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

13
4.

GÓES, G. S. F.; BASSO, G. M. ; LEITE, C. H. B. ; MANCUSO, R. C. ; MAIOR, J. L. S. . Execução indireta nas obrigações de fazer e não fazer nas ações coletivas. 2002. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

13
5.

GÓES, G. S. F.. O princípio da proporcionalidade. 2002. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

**13
6.**

GÓES, G. S. F.. Direito Processual Constitucional. 2001. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**13
7.**

GÓES, G. S. F.. Tópicos contemporâneos do Processo Civil. 2001. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**13
8.**

GÓES, G. S. F.. Temas de direito processual civil. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**13
9.**

GÓES, G. S. F.. Tutela antecipada. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**14
0.**

GÓES, G. S. F.. Processo Civil - Recursos. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**14
1.**

GÓES, G. S. F.. Tutela específica. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**14
2.**

GÓES, G. S. F.. Responsabilidade dos agentes políticos. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**14
3.**

GÓES, G. S. F.. Direito Processual Civil. 1999. (Apresentação de Trabalho/Outra).

14
4.

GÓES, G. S. F.. A tutela antecipada. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
5.

GÓES, G. S. F.. Mandado de segurança coletivo e ação popular. 1999. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

14
6.

GÓES, G. S. F.. Tutela cautelar e tutela de urgência. 1998. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
7.

GÓES, G. S. F.. A preocupação com o tempo do processo: tutela antecipada e execução imediata e ação monitória. 1998. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

14
8.

GÓES, G. S. F.. A preocupação com o tempo do processo: tutela antecipada e execução imediata e ação monitória. 1998. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

14
9.

GÓES, G. S. F.. O Ministério Público como função essencial à justiça. 1997. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Outras produções bibliográficas

1.

PANTOJA, A. C. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES .** Processo Estrutural e Entidades de Infraestrutura Específica. Londrina, 2026. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

2.

CUNHA, E. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** .
Demandas Estruturais: O Sistema de Justiça Brasileiro e a corte
Interamericana de Direitos Humanos. Londrina, 2025.
(Prefácio, Pósfacio/Posfácio)>.

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SILVA, S. V. . A
contestação no Processo Estrutural. Sao Paulo, 2025. (Prefácio,
Pósfacio/Prefácio)>.

4.

CUNHA, E. ; **GÓES, G. S. F.** ; GOMES, M. C. . Processos
estruturais no Brasil: reflexões do III Congresso Internacional
de Processos Estruturais. Londrina, 2024. (Prefácio,
Pósfacio/Apresentação)>.

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; HELLWIG, S. . A
Participação Técnica e Social no Processo Estrutural: Uma
Análise a Partir da Ação Civil Pública da Lagoa da Conceição ?
Florianópolis/SC. Londrina, 2024. (Prefácio,
Pósfacio/Prefácio)>.

6.

HOMCI, A. L. ; **GÓES, G. S. F.** . Precedentes e Integridade.
Londrina, 2023. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

7.

ANDRADE, A. C. N. C. ; **GÓES, G. S. F.** . A atuação judicial nos
processos estruturais. Londrina, 2023. (Prefácio,
Pósfacio/Prefácio)>.

8.

GÓES, G. S. F.; EVANELISTA, J. C. . Ciências Jurídicas
aplicadas e os diversos saberes volume 2. rio de janeiro, 2022.
(Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

9.

GÓES, G. S. F.. Ciências jurídicas aplicadas e os diversos
saberes. rio de janeiro, 2021. (Prefácio, Pósfacio/Posfácio)>.

10.

GÓES, G. S. F.. Dispensa coletiva. Rio de Janeiro, 2018. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

11.

CRUZ, M. C. M. ; **GÓES, G. S. F.** . Independência e responsabilidade dos juízes. Curitiba, 2018. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.

12.

GÓES, G. S. F.. Reflexos da reforma do CPC no Processo do Trabalho. Sao Paulo, 2007. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

13.

GÓES, G. S. F.. Acesso a justiça e efetividade do processo. Curitiba, 2001. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1.

LEITE, C. F. L. ; PESSOA, P. ; MENDES, P. ; TEMER, S. ; CABRAL, A. P. ; DIDIER JR, F. ; **GOES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; FERNANDEZ, L. ; FERRAZ, T. ; LIMA, E. V. D. . Comissão Acadêmica para a Reforma do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. 2025.. 2025.

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ZANETTI, H. . Grupo de Trabalho criado pelo CNMP para diretrizes do Processo Estrutural no Brasil. 2025.

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; HILL, F. ; SILVA, S. A. ; ARENHART, S. C. ; DOTTI, R. ; CUNHA, L. C. . Audiência Pública IRDR n. 07 Amicus Curiae IBDP. 2025.

4.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Audiência Pública Anteprojeto de lei de processos estruturais: pontos relevantes para regulamentação. 2024.

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Revista TRT 8ª Região. 2023.

6.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Revista TRT 8ª Região. 2023.

7.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; HILL, F. . REDP Revista Eletrônica de Direito Processual. 2022.

8.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Revista Suprema. 2022.

9.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. REDP Revista Eletrônica de Direito Processual. 2021.

10.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. REDP Revista Eletrônica de Direito Processual. 2021.

11.

CABRAL, A. P. ; DIDIER JR, F. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; TAVARES, J. P. L. G. ; LIMA, E. V. D. ; ZANETI, H. . Grupo de Trabalho criado pelo CNMP para Tutela Coletiva. 2020.

Trabalhos técnicos

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Aprovação da renovação do Projeto de Extensão 'Capacitação de acesso à justiça no Projeto Escrevendo e Reescrevendo a Nossa História (PERNOH) - ano 08. 2026.

2.

CABRAL, A. P. ; LIMA, E. V. D. ; DIDIER JR, F. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; FERNANDEZ, L. ; FERRAZ, T. ; MENDES, P. ; PESSOA, P. ; LEITE, C. F. L. ; TEMER, S. .
Propostas de alteração normativa ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.. 2025.

3.

ZANETI, H. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** .
Proposta de Recomendação ao CNMP sobre atuação estrutural no MP brasileiro. 2025.

4.

HILL, F. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; CUNHA, L. C. ; ARENHART, S. C. ; Silva, Sandoval ; DOTTI, R. .
Manifestação como Amicus Curiae do IBDP no IRDR n. 07 do TJ PA. 2025.

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Revisão de artigos revista TRT8. 2025.

6.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. APROVAÇÃO DE ACORDO DE PARCERIA ACADÊMICO-CIENTÍFICO ? UFPA E FURB. PARCERIA ENTRE PPGDS.. 2025.

7.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Revisão de artigos double blind revista TRT8. 2024.

8.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. PROJETO DE PESQUISA Discriminação e Determinismo na Era da Inteligência Artificial: Desafios e Perspectivas nas Relações de Consumo. 2024.

9.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO FINAL. 2024.

10.

SILVA, S. A. ; **GÓES, G. S. F.** . Sobre o Projeto de Extensão PERNOH. 2022.

11.

SOARES, D. V. ; **GÓES, G. S. F.** . projeto de pesquisa: ?O falso empoderamento do consumidor no sistema de avaliação de plataformas digitais: um estudo da inteligência artificial sob a perspectiva da vulnerabilidade algorítmica?. 2022.

12.

GÓES, G. S. F.; SILVA, S. A. . Projeto de Pesquisa ' O DIALOGO MINISTERIAL COM OS SETORES DA ECONOMIA DE IMPACTO POLÍTICO E SOCIAL NA VIDA DAS PESSOAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE: Concretização dos direitos sociais por meio do Projeto Escrevendo e Reescrevendo a Nossa História (PERNOH) '. 2022.

13.

COSTA, R. M. P. ; **GÓES, G. S. F.** . Projeto de ensino Prejudicialidade na execução?. 2022.

14.

SILVA, S. A. ; **GÓES, G. S. F.** . Projeto de Monitoria relativo ao período letivo 2022.2. 2022.

15.

GÓES, G. S. F.. Critérios de impacto legislativo na conformação do procedimento comum e procedimentos especiais. 2022.

16.

GÓES, G. S. F.. Controle da improbidade administrativa e eficiência de procedimentos extrajudiciais e processos jurisdicionais. 2022.

17.

GÓES, G. S. F.. DIMENSÃO DOS CONFLITOS BIOJURÍDICOS E MULTIPLICIDADE DE ALTERNATIVAS PARA COMPOSIÇÃO. 2022.

18.

GÓES, G. S. F.. NOTA TÉCNICA 01/2021 GT COVID MPT saúde e igualdade das trabalhadoras gestantes. 2021.

19.

GÓES, G. S. F.. NOTA TÉCNICA 02/2021 GT COVID MPT Vacinação. 2021.

20.

GÓES, G. S. F.. NOTA TÉCNICA 03/2021 GT COVID MPT trabalhadoras gestantes e lactantes. 2021.

21.

GÓES, G. S. F.. NOTA TÉCNICA 04/2021 GT COVID MPT proteções respiratórias (máscaras). 2021.

22.

GÓES, G. S. F.. Revisão de artigo REDP - Revista Eletrônica de Direito Processual. 2021.

23.

GÓES, G. S. F.. Revisão de artigo REDP - Revista Eletrônica de Direito Processual. 2021.

24.

GÓES, G. S. F.. revisão de artigo para Civil Procedure Review. 2020.

25.

GÓES, G. S. F.. Nota Técnica 11 do MPT a respeito dos Professores e Professoras na sua atuação em plataformas digitais home office em razão da pandemia. 2020.

26.

GÓES, G. S. F.. Nota Técnica Medida Provisoria 936. 2020.

27.

GÓES, G. S. F.. Revisao de artigos para REPRO Revista de Processo. 2019.

28.

GÓES, G. S. F.. Criação da Coordenadoria Nacional de 2º grau do MPT. 2019.

29.

GÓES, G. S. F.; Silva, Sandoval ; COSTA, R. M. P. . Parecer de avaliação de reconhecimento de diploma de doutorado. 2019.

30.

GÓES, G. S. F.. Revisao de artigos para REPRO Revista de Processo. 2018.

31.

GÓES, G. S. F.. Revisao de artigos para REPRO Revista de Processo. 2017.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; MOARES, P. . Podcast Pra Fazer Direito. 2025. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).


2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; MIRANDA, L. ; FROSSARD, A. ; RIBEIRO, M. . Encontros Processuais Temáticos: análise de enunciados e boas práticas. 2025. (Programa de rádio ou TV/Outra). 

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; TEMER, S. . Entender Direito - Instrumentos Processuais - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). 2025. 

1.

MIRANDA, L. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ;
JESUS, T. V. . Elas no Sistema Multiportas. 2024; Tema:
Autocomposição. (Rede social).

2.

SILVA, B. F. E. ; **GÓES, G. S. F.** . A próxima década do Direito
do Trabalho - 10 anos do Bruno Freire Advogados. 2022;
Tema: Distribuição convencional do ônus de prova. (Site).

3.

GÓES, G. S. F.; NOLASCO, R. D. . Lives Projeto Mulheres no
Processo. 2020; Tema: Tutela coletiva. (Rede social).

4.

GÓES, G. S. F.. Comentários sobre o NCPC. 2016; Tema:
NCPC e repercussões no processo trabalhista. (Site).

Demais tipos de produção técnica

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; JOBIM, M. F. .
DINTER Doutorado Interinstitucional. 2025. (Curso de curta
duração ministrado/Outra).

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Curso de
aperfeiçoamento em mediação e conciliação no 2º grau. 2025.
(Curso de curta duração ministrado/Outra).

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; FACO, J. . Tutela
coletiva e estrutural. 2025. (Curso de curta duração
ministrado/Especialização).

4.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Justiça Multiportas, Dever de estímulo à solução consensual e Processos Estruturais. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Especialização em Processo Civil - Módulo Ações Coletivas. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

6.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Caso Barcarena. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

7.

FACO, J. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . Tutela Coletiva e Estrutural. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

8.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ZANETI, H. . Atuação do MP e as mudanças no Processo Civil contemporâneo - Recursos em geral: apelação, embargos e agravos. 2024. .

9.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Curso de Especialização em Direito Processual Civil em sentido lato. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. OFICINA DE ESTUDO DE CASOS 3: METODOS ALTERNATIVOS DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIAIS. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

11.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; FACO, J. . Tutela coletiva e estrutural. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

12.

FIRMINO, A. G. ; ZANETI, H. ; DELFIM, M. R. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** . Justiça Multiportas, Dever de estímulo à solução consensual e Processos Estruturais. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

13.

GÓES, G. S. F.. Recursos Repetitivos na Justiça do Trabalho. 2022. .

14.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. MÓDULO VI ? CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PROCESSO ESTRUTURAL (20h). 2022. .

15.

GÓES, G. S. F.. Formação Residência Clínica para Indígenas e Quilombolas - módulo Direito Processual Coletivo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

16.

GÓES, G. S. F.. Preparação estratégica para o MPT - tema Direito Processual Civil. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. DIREITOS FUNDAMENTAIS E PROCESSO CIVIL. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

18.

GÓES, G. S. F.; SILVA, A. O. ; HOMCI, A. L. . Curso de Especialização em Processo Civil - módulo Teoria da Prova e Provas em espécie. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

19.

VIEIRA, D. S. ; **GÓES, G. S. F.** . Oficima 41º CONAT - REVISÃO DE TACS. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

20.

GÓES, G. S. F.. I Reunião Nacional da Coordenação de 2º grau - Panorama da Coordenadoria e Plano de atuação. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

21.

SILVA, A. O. ; **GÓES, G. S. F.** ; HOMCI, A. L. . Curso de Especialização em Processo Civil - modulo recursos nos tribunais superiores. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

22.

GÓES, G. S. F.. Curso de Recurso de Revista - aspectos processuais. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

23.

GÓES, G. S. F.. Especializacao em Direito Processual do Trabalho. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

24.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C. ; MOUTA, J. H. . Atualizacao Direito Processual Civil. 2017. .

25.

SILVA, A. L. H. C. ; **GÓES, G. S. F.** . Recursos nos Tribunais Superiores. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

26.

GÓES, G. S. F.. Atualização em Direito Processual Civil. 2016. .

27.

GÓES, G. S. F.. Avaliação de artigo científico (Parecer). 2016. (Parecer/avaliacao artigo científico).

28.

GÓES, G. S. F.. Alterações no CPC e impactos na atuação do MPT - PRT 10a Região. 2015. .

29.

GÓES, G. S. F.. Alterações no CPC e impactos na atuação do MPT - PRT 12a região. 2015. .

30.

GÓES, G. S. F.. Atualização em Direito Processual Civil - Novo CPC. 2015. .

31.

GÓES, G. S. F.. Curso de Atualização do novo CPC. 2015. .

32.

GÓES, G. S. F.. Temas relevantes do novo CPC. 2015. .

33.

GÓES, G. S. F.. Modulos de Principios e Tutela Coletiva. 2015. .

34.

GÓES, G. S. F.. Normas fundamentais, principios, litisconsorcio, intervencoes de 3o, defesa e incidentes e prova no NCPC. 2015. .

35.

GÓES, G. S. F.. O novo CPC - Lei 13105 - Escola do Conhecimento. 2015. .

36.

GÓES, G. S. F.. Atualizacao de Direito Processual Civil. 2015. .

37.

GÓES, G. S. F.. O Novo CPC. 2015. .

38.

39.

GÓES, G. S. F.. Normas fundamentais, Procedimento e Incidentes Processuais e Tutelas Provisoras. 2015. .

40.

GÓES, G. S. F.. Alteracoes do CPC no processo trabalhista - PRT 10. 2015. .

41.

GÓES, G. S. F.. Alteracoes do CPC no processo trabalhista - PRT 12. 2015. .

42.

GÓES, G. S. F.. Alteracoes do CPC no processo trabalhista - PGT - Analistas Processuais. 2015. .

43.

GÓES, G. S. F.. Novo CPC - sentenca e coisa julgada. 2015. .

44.

GÓES, G. S. F.. O Novo CPC - principios e procedimento. 2015. .

45.

GÓES, G. S. F.. Principios, procedimento e Tutelas. 2015. .

46.

GÓES, G. S. F.. Avaliação de artigo científico (Parecer). 2015. (Parecer/avaliacao artigo científico).

47.

GÓES, G. S. F.. avaliação de artigo científico (Parecer). 2015. (Parecer/avaliacao artigo científico).

48.

GÓES, G. S. F.. Avaliação de artigo científico (Parecer). 2015. (Parecer/avaliacao artigo científico).

49.

GÓES, G. S. F.. Avaliação de artigo científico (Parecer). 2015. (Parecer/avaliacao artigo científico).

50.

GÓES, G. S. F.. VII Curso de Formação Inicial para Magistrados. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; COSTA, R. M. P.; SILVA, S. A.. Participação em banca de Arielle Biana dos Santos Calumby. O diálogo intersetorial conduzido pelo Ministério Público do Trabalho como instrumento de acesso à justiça e o caso PERNOH. 2026. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

2.

CABRAL, A. P.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES;** BALAZEIRO, A. B.; SOARES, J. B. B. L.. Participação em banca de Mayana Macedo Fernandes da Silva. Os Procedimentos de Resolução de Casos Repetitivos aplicados como Mecanismos Complementares às Ações Civil Coletivas para a Defesa dos Direitos Individuais Homogêneos no Processo do Trabalho. 2026. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

3.

SOARES, D. V.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES;** ZANETI, H.. Participação em banca de Adilson Carvalho Pantoja. Processo Estrutural e Entidades de Infraestrutura Específica. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

4.

SOARES, D. V.; TAXI, R. A. D.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**. Participação em banca de CAIO GABRIEL DA SILVA MOTTA, O CONSUMIDOR E O MERCADO GAMER: A IDENTIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR GAMER.. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

5.

SOARES, D. V.; LIMA, E. V. D.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**. Participação em banca de Samira Viana Silva. A contestação estrutural e os incentivos ao réu para sua apresentação. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

6.

SOARES, D. V.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; JOBIM, M. F. Participação em banca de Joel da Costa Evangelista. Os Processos Estruturais e o acesso à justiça: uma análise do caso de acolhimento institucional de menor por período acima do teto legal. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

7.

LIMA, E. V. D.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; ALMEIDA, G. A.. Participação em banca de Rafael Moreno Rodrigues Silva. A CIDADE DUAL: O ENFRENTAMENTO DOS FATORES CRIMINOGENOS URBANÍSTICOS PELO PROCESSO ESTRUTURAL. 2024. Dissertação (Mestrado em Direitos Coletivos e Cidadania) - Universidade de Ribeirão Preto.

8.

GÓES, G. S. F.; SOARES, D. V.; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Francisco José Monteiro Junior. TRABALHO E SOCIEDADE DIGITAL: discriminacao algoritmica na pre-contratacao para o emprego e propostas para uma inteligencia artificial confiavel de acordo com a LGP. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

9.

SOARES, D. V.; DIDIER JR, F.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**. Participação em banca de Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade. O SANEAMENTO COMPARTILHADO NO PROCESSO ESTRUTURAL COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPACAO DEMOCRATICA NA CONSTRUCAO DA DECISAO JUDICIAL. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

10.

SANTANA, A. G.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Participação em banca de Rodier Barata Ataíde. Processos estruturais: reflexões sobre a efetividade na proteção dos direitos fundamentais. 2023. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais) - Universidade da Amazônia.

11.

VENTURI, E.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**. Participação em banca de João Paulo Melo. Modelo sincrético de arbitragem e processo judicial (arb-Jud ou Jud-Arb) como alternativa de resolução adequada de conflitos. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

12.

GÓES, G. S. F.; JOBIM, M. F.; OSNA, G.; ZUFELATO, C.; XAVIER, J. T. N.. Participação em banca de Carolina Borges Mosmann. A fluid recovery brasileira e o compromisso com a tutela jurisdicional efetiva: em busca de alternativas. 2022 - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

13.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S.; ENGELMANN, W.. Participação em banca de Maíra Ruffeil Alves. Nanotecnologias e meio ambiente laboral: safe-by-design como técnica mitigadora de riscos ocupacionais. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

14.

SOARES, D. V.; **GÓES, G. S. F.**; ARAUJO, J. H. M.. Participação em banca de João Paulo Baeta Faria Damasceno. As implicações da multiplicidade de IRDR's sobre mesmas questões: a necessidade de proteção à isonomia e à segurança jurídica. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

15.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; TAXI, R. A. D.. Participação em banca de Bernardo Brito de Moraes. A POSSIBILIDADE DE UTILIZACAO DA COOPERACAO (JUDICIARIA) INTERINSTITUCIONAL EM PROCESSOS ESTRUTURAIS PELA DEFENSORIA PUBLICA COMO FORMA DE GARANTIR O DIREITO HUMANO DE ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

16.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; JOBIM, M. F.; ARENHART, S. C.. Participação em banca de Micaela Porto Filchtner Linke. Os processos estruturais e os litígios ambientais de despoluição hídrica. 2022. Dissertação (Mestrado em PPGD) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

17.

NOGUEIRA, P. H.; **GÓES, G. S. F.**; SOARES, D. V.. Participação em banca de Débora da Silva Vieira. A legitimidade extraordinária ativa negocial na tutela coletiva. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

18.

KOURY, S. E. C.; MESQUITA, V. J.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de Diogo Baptista Simões. Aspectos estruturais da inspeção do trabalho no Brasil e o combate à escravidão contemporânea: uma análise do trabalho escravo na construção civil no estado do Pará. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

19.

GÓES, G. S. F.; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; SANTANA, A. G.. Participação em banca de Kassiana Renê Gomes. A (in) constitucionalidade da precificação do dano extrapatrimonial com base no salário do empregado. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais) - Universidade da Amazônia.

20.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ARAUJO, J. H. M.; Silva, Sandoval. Participação em banca de Thiago Vasconcellos Jesus. A NEGOCIAÇÃO AUTOCOMPOSITIVA EM CONFLITOS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO: O CASO DA CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

21.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; DIAS, J. C.; ARAUJO, J. H. M.. Participação em banca de Camila de Paula Rangel Canto. Processos estruturais como mecanismo de acesso à justiça frente às transformações na sociedade. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional) - Centro Universitário do Estado do Pará.

22.

COSTA, R. M. P.; **GÓES, G. S. F.**; MOUTA, J. H.. Participação em banca de Clarice Santos da Silva. A limitação objetiva dos negócios jurídicos processuais no âmbito do processo civil brasileiro. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

23.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; CHAVES, V. J.. Participação em banca de Anna Marcella Mendes Garcia. AS CRIAS DA CASA: uma análise sobre a caracterização do trabalho infantil doméstico exercido em condições análogas à de escravo nos procedimentos do Ministério Público do Trabalho da 8ª Região.. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

24.

FRANCO FILHO, G. S.; **GÓES, G. S. F.**; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Participação em banca de Jamila Job Libardi. LIMITE AO EXERCÍCIO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE GREVE: A responsabilidade civil do sindicato pelo dano social decorrente do abuso do direito de greve como ferramenta de tutela dos direitos fundamentais sociais difusos.. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais) - Universidade da Amazônia.

25.

GÓES, G. S. F.; SILVA, A. O.; MATTOS, S. M.. Participação em banca de Eliana Magno Gomes. O valor jurídico da integridade de Dworkin como fundamento ao processo estrutural. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

26.

COSTA, R. P.; **GÓES, G. S. F.**; MAGALHAES, B. B.. Participação em banca de Arthur Vinicius Bezerra Garcia. Precedentes sob a perspectiva das teorias da argumentação jurídica de Neil MacCormick e Robert Alexy: da inteligibilidade dos deveres de coerência e integridade do CPC à análise de julgados do STF. 2018 - UFPA.

27.

GÓES, G. S. F.; MESQUITA, V. J.; RAIOL, R. W. G.; DANGELO, I. B. M.. Participação em banca de Karina da Silva Meneses. Assédio moral organizacional contra a mulher: da igualdade que prende à igualdade que liberta. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

28.

MORAIS, O. J. C.; **GÓES, G. S. F.**; FRANCO, E. G.. Participação em banca de Marcos Cezar Moutinho da Cruz. Sistema de controle dos juízes e a independência judicial como direito fundamental - uma visão conforme a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade da Amazônia.

29.

FRANCO FILHO, G. S.; **GÓES, G. S. F.**; MORAIS, O. J. C.. Participação em banca de Igor de Oliveira Zwiçker. A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO NA TERCEIRIZAÇÃO PARA A EFETIVIDADE DE DIREITOS SOCIAIS. 2018. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais) - Universidade da Amazônia.

30.

SILVA, A. O.; **GÓES, G. S. F.**; MATTOS, S. M.. Participação em banca de Luana Rochelly Miranda Lima. Town meeting: em busca da liberdade social no processo coletivo. 2018. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Pará.

31.

GÓES, G. S. F.; BRITO FILHO, J. C. M.; DIAS, J. C.. Participação em banca de Denis Gleyce Pinto Moreira. DEsastres ambientais: protecao da dignidade por meio do modelo processual dialogico-cooperativo. 2017 - UFPA.

32.

GÓES, G. S. F.; BRITO FILHO, J. C. M.; KOURY, S. E. C.. Participação em banca de Semirames de Cassia Lopes Leao. A efetividade da turela jurisdicional coletiva no combate ao dumping social nas relacoes de trabalho. 2017. Dissertação (Mestrado em PPGD) - UFPA.

33.

GÓES, G. S. F.; ARAUJO, J. H. M.; DIAS, J. C.. Participação em banca de Felipe Portella Neves. A constitucionalidade do incidente de resolução de demandas repetitivas: um novo

34.

GÓES, G. S. F.; BRITO FILHO, J. C. M.; DIAS, J. C.. Participação em banca de Elaine Cristina Lopes Barros. O Poder Judiciário como Indutor de Políticas Públicas de Saúde.. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional) - Centro Universitário do Estado do Pará.

35.

GÓES, G. S. F.; GIDI, A.; PINHEIRO, V. S.. Participação em banca de BRUNO ARAUJO SOARES VALENTE. O PROCESSO COLETIVO E O DESAFIO DA LITIGÂNCIA MASSIFICADA. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

36.

MATTOS, S. M.; GIDI, A.; GOES, G. S. F.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de BRAHIM BITAR DE SOUSA. REVISITANDO A LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO PROCESSO COLETIVO: o pensamento sistemático aberto fundando novos horizontes para atuação do indivíduo membro do grupo. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

37.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Participação em banca de Pedro Bentes Pinheiro Neto. Conceitos jurídicos indeterminados e o novo CPC: normas de textura aberta e parâmetros da discricionariedade judicial. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

38.

GÓES, G. S. F.; MOUTA, J. H.; DIAS, J. C.. Participação em banca de Bernardo Augusto da Costa Pereira. Os Precedentes Judiciais como forma de superação da crise de tempestividade na prestação jurisdicional brasileira: em busca da razoável duração do processo. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

39.

GÓES, G. S. F.; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; ARENHART, S. C.. Participação em banca de Alexandre Pereira Bonna. Indenização punitiva e ações coletivas: reação aos danos

40.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, G. S. F.**; PAMPLONA FILHO, R.. Participação em banca de Karine Moura Pinheiro. O consumidor como titular de direitos humanos: uma proposta de concretização das cláusulas abusivas.. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

41.

GÓES, G. S. F.; NASSAR, R. N. S.; KOURY, S. E. C.. Participação em banca de Maria de Nazaré Medeiros Rocha. O Tribunal Superior do Trabalho e o meio ambiente do trabalho: pesquisa qualitativa sobre jurisprudência em matéria ambiental do trabalho: trabalho em minas. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

42.

GÓES, G. S. F.; BRITO FILHO, J. C. M.; COSTA, R. P.. Participação em banca de Antonio Carlos Pantoja Freire. Os direitos fundamentais dos idosos no processo judicial - a prioridade processual e as prerrogativas da Fazenda Publica. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

43.

COSTA, R. P.; **GÓES, G. S. F.**; MOUTA, J. H.. Participação em banca de André Luis Bitar de Lima. Precedente no direito brasileiro: uma análise crítica sobre a utilização do distinguishing no STF. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

44.

COSTA, R. P.; **GÓES, G. S. F.**; MOUTA, J. H.. Participação em banca de Karine de Aquino Câmara Levy. A boa fé objetiva no processo civil brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

45.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, G. S. F.**; NASSAR, R. N. S.. Participação em banca de MOISÉS DE OLIVEIRA WANGHON. A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM SEDE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PERSONALIDADE: ANÁLISE DOS PRECEDENTES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SOBRE RESPONSABILIDADE OBJETIVA.. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

46.

GÓES, G. S. F.; MOUTA, J. H.; COSTA, R. P.. Participação em banca de Clivia Renata Loureiro Croelhas. O convencimento judicial e a valoracao probatoria. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

47.

MOUTA, J. H.; **GÓES, G. S. F.**; SANTOS, L. S. S.. Participação em banca de Alex dos Santos Ponte. precedentes normativos na jurisdição brasileira: uma necessidade à luz dos princípios constitucionais da igualdade e segurança jurídica. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade da Amazônia.

48.

SALLES, C. A.; BADARO, G. H. R.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de Daniel Coutinho da Silveira. Prova, argumento e decisão: critérios de suficiência para orientação dos juízos de fato no direito processual brasileiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade de São Paulo.

49.

COSTA, R. P.; **GÓES, G. S. F.**; MOUTA, J. H.. Participação em banca de Pauliane do Socorro Lisboa Abraão. o amicus curiae no controle de constitucionalidade: instrumento de democratização e aprimoramento da prestação jurisdicional. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

50.

MOUTA, J. H.; CICHOWSKI, P.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de MILDRED LIMA PITMAN DE OLIVEIRA. a transcendência da causa no recurso de revista à luz dos direitos fundamentais: proposta de regulamentação legal. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade da Amazônia.

51.

MOUTA, J. H.; **GÓES, G. S. F.**; ATHIAS, Ariane Brito Cal. Participação em banca de Bruno Regis Bandeira Ferreira Macedo. O devido processo legal e o pedido de suspensão de segurança: obstáculo para a efetividade do Processo Civil. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade da Amazônia.

52.

GÓES, G. S. F.; SIMAO, J. F.; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Participação em banca de Agatha Gonçalves Santana.

53.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, G. S. F.**; SIMAO, J. F.. Participação em banca de Ney Stani Moraes Maranhão. A cláusula geral de responsabilidade civil objetiva do direito brasileiro: importância e alcance jurídicos à luz de uma perspectiva civil-constitucional. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

Teses de doutorado

1.

ARAÚJO, JOSÉ HENRIQUE MOUTA; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; VENTURI, E.; SOARES, D. V.; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Participação em banca de Raimundo Rolim de Mendonça Junior. Processos estruturais, democracia e participação: fundamentos para a atuação jurisdicional do STF na implementação de políticas públicas. 2026. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; COSTA, R. M. P.; SILVA, S. A.; ARAUJO, J. H. M.; CAMARA, A. F.. Participação em banca de Amanda Ferreira dos Passos. A competência jurisdicional pela cooperação judiciária no processo coletivo. 2026. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

3.

JOBIM, M. F.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; HILL, F.; OSNA, G.; REICHELT, L. A.; MENEGAT, F.. Participação em banca de Raquel Vieira Paniz. Processo estrutural e controle de atos regulatórios: a posição processual das agências reguladoras. 2026. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

4.

SOARES, D. V.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Tâmara Matias Guimarães Cunha. O direito à desconexão do teletrabalhador brasileiro: proposições jurídicas inspiradas no modelo francês.. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

5.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; TEIXEIRA, E. F.; VENTURI, T.; ROSENVALD, N.. Participação em banca de karine Moura Pinheiro. Abandono parental: o conteúdo dos deveres parentais e o papel da responsabilidade civil preventiva como garantia da eficácia diagonal dos direitos fundamentais na relação paterno-filial. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

6.

SOARES, D. V.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; ARENHART, S. C.; TAXI, R. A. D.; ARAUJO, J. H. M.. Participação em banca de Bernardo Augusto da Costa Pereira. processo coletivo estrutural e a devida suspensão das ações individuais frente à macro-lide fundamentalmente estruturante. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

7.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SILVA JUNIOR, P. I. C.; KOURY, S. E. C.; CHAVES, V. J.. Participação em banca de Robson Heleno da Silva. O tratamento estrutural no enfrenamento à escravidão contemporânea:um estudo a partir da cadeia produtiva do dendê no estado do Pará. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

8.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ALVES, R. P.; DUARTE, M. M. G.; ALMEIDA, M. P.; PAES, E. R. B. D.; RODRIGUES, M. A.. Participação em banca de MICHELLE BRUNO RIBEIRO. ?O PAPEL DOS PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS NA RESOLUÇÃO EFETIVA DE LITÍGIOS ESTRUTURAIS NUMA COORDENAÇÃO DIALÓGICA DAS PORTAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal Fluminense.

9.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; OSNA, G.; JOBIM, M. F.; ARENHART, S. C.; LIMA, E. V. D.; PESSOA, P.; KIRSTE, S.. Participação em banca de Hannah Pereira Alff. LEGAL CONSEQUENTIALISM AND DECISION-MAKING PROCESS: prognostic argumentation in civil litigation and structural process. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

10.

LIMA, E. V. D.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**. Participação em banca de JOANA CRISTINA PAULINO BERNARDES., AS INTERFACES ENTRE O PROCESSO PREVIDENCIÁRIO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL: EM BUSCA DE UM DIALOGO CONSTRUTIVO. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.

11.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; HILL, F.; FUX, L.; FUX, R.; PINHO, H. D. B.; CORTES, O. M. P. Participação em banca de Bruno de Sá Barcelos Cavaco. Devido Processo Legal decisório e consequencialismo: uma análise empírica a partir da experiência das cortes brasileiras. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

12.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; NOBREGA, F.; CASTRO, G. G. P.; JOBIM, M. F. Participação em banca de Eduarda Peixoto da Cunha França. Processos estruturais e transformações sociais: a experiência do Judiciário brasileiro com a reestruturação de realidades inconstitucionais. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

13.

PINHEIRO, V. S.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES;** MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Mário da Silva Ribeiro. Trabalho e Lei Natural: para uma compreensão da prática trabalhista conforme os bens básicos, a moralidade e a dignidade da pessoa humana.. 2024. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

14.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; CHAVES, V. J.. Participação em banca de Emerson Victor Hugo Costa de Sá. NEM TUDO QUE RELUZ É OURO: CARACTERIZAÇÃO DE ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA EM GARIMPO DE OURO NA AMAZÔNIA PARAENSE A PARTIR DA ATUAÇÃO DA AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

15.

GÓES, G. S. F.; ARAÚJO, J. H. M.; COSTA, R. M. P.; TAXI, R. A. D.; SILVA, S. A.. Participação em banca de Arthur Laércio Homci. O Tribunal deve manter a sua jurisprudência íntegra, e agora? A integridade dos Precedentes como garantia do direito fundamental de acesso à justiça. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

16.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, G. S. F.;** SA, J. D. M.; PINHEIRO, J. D.; PEREIRA, M. M. S.. Participação em banca de Márcia Cristina dos Santos Rêgo. Definição jurídica de família à luz dos Direitos Humanos. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

17.

GÓES, G. S. F.; MESQUITA, V. J.; KOURY, S. E. C.; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Rejane Pessoa de Lima. Trabalho escravo contemporâneo e danos extrapatrimoniais uma análise jurisprudencial do TRT 8ª região. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

18.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S.; KOURY, S. E. C.; COSTA, R. M. P.; BRITO FILHO, J. C. M.. Participação em banca de José Edílson Eliziário Bentes. Representação adequada nas ações coletivas: controle jurisdicional no Poder Judiciário Trabalhista. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

19.

MAUES, A. G. M.; **GÓES, G. S. F.**; MAGALHAES, B. B.. Participação em banca de Rafaela Teixeira Sena Neves. Interação dinâmica entre Cortes na América Latina: a disputa por autoridade e legitimidade. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

20.

GÓES, G. S. F.; MAUES, A. G. M.; MAGALHAES, B. B.; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; VAZ, C.. Participação em banca de Lizandro Rodrigues de Sousa. Os fundamentos da repercussão geral: as funções dos recursos aos tribunais de cúpula e o descongestionamento do STF. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

21.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, C.; VENTURI, E.; ROTHENBURG, W.; PUGLIESE, W.. Participação em banca de FERNANDA LISSA FUJIWARA HOMMA. PROCESSO, ESPAÇOS E ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DOS ESPAÇOS DO JUDICIÁRIO COM A TUTELA DE DIREITOS E A TUTELA COLETIVA. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

22.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**. Participação em banca de Igor de Oliveira Zwicker. GREVE AMBIENTAL INDIVIDUAL: Propostas para a sua efetividade. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

23.

MAUES, A. G. M.; BENATTI, J. H.; **GÓES, G. S. F.**; GIDI, A.; MATTOS, S. M.. Participação em banca de IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA. INTERPRETAÇÃO CONSTRUTIVA DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

24.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; BRITO FILHO, J. C. M.; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; VERBICARO, L.. Participação em banca de ADELVAN OLIVÉRIO SILVA. Responsabilidade e Justiça: uma fundamentação da responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade baseada na teoria da justiça de John Rawls. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

25.

GIDI, A.; **GÓES, G. S. F.**; BENATTI, J. H.; MATTOS, S. M.. Participação em banca de Ibrahim José das Mercês Rocha. Integridade dogmática do direito: interpretação construtiva do princípio do desenvolvimento sustentável na tutela jurisdicional coletiva. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

26.

GÓES, G. S. F.; MAUES, A. G. M.; BRITO FILHO, J. C. M.; ARENHART, S. C.; BRANDAO, R.. Participação em banca de Sandoval Alves da Silva. TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS HUMANOS: O DIÁLOGO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

27.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, G. S. F.**; BRITO FILHO, J. C. M.; NASSAR, R. N. S.; FRANCO FILHO, G. S.. Participação em banca de Paula Frassinetti Coutinho da Silva Mattos. Configuração da atividade de risco: problemática doutrinária e jurisprudencial. 2014. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

28.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; BRITO FILHO, J. C. M.; MOUTA, J. H.; ALBUQUERQUE, P. S. W.. Participação em banca de Mario Sergio Beltrao Pamplona. A Interpretação da Discriminação Negativa no Trabalho de Acordo com o Substancialismo.. 2011. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

BRITO FILHO, J. C. M.; **GÓES, G. S. F.**; MOUTA, J. H.; DIAS, J. C.; ALBUQUERQUE, P. S. W.. Participação em banca de Mário Sérgio Beltrão Pamplona. A interpretação da discriminação negativa no trabalho de acordo com o substancialismo. 2011. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará.

Qualificações de Doutorado

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SA, J. D. M.; BENATTI, J. H.; TRECANNI, G.. Participação em banca de Tatiane Rodrigues de Vasconcelos. OS DIREITOS SOCIAIS ENTRE VETOS E RITOS: UMA ANÁLISE DA (IN)EFETIVIDADE DAS DESAPROPRIAÇÕES AGRÁRIAS E QUILOMBOLAS NA JURISPRUDÊNCIA DO TRF1. 2026. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

2.

COSTA, R. M. P.; CAMARA, A. F.; ARAUJO, J. H. M.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; SILVA, S. A.. Participação em banca de Amanda Ferreira dos Passos. A competência jurisdicional negociada na tutela coletiva. 2025. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

3.

DIDIER JR, F.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; FERNANDEZ, L.; TEIXEIRA, E. F.; SOARES, D. V.; FERRAZ, T.. Participação em banca de Agenor Cássio de Andrade Correia. O Judiciário além da jurisdição: o papel dos centros de inteligência na construção de estratégias para a solução de problemas da administração judiciária. 2025. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

4.

COSTA, S. H.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; TAKAHASHI, B.. Participação em banca de Marcos Rolim da Silva. MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS ESTRUTURANTES: REGULAMENTAÇÃO NORMATIVA DA ATUAÇÃO JUDICIAL EM SEDE DE PROCESSOS ESTRUTURAIS.. 2025. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade de São Paulo.

5.

LIMA, E. V. D.; OSNA, G.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**; ARENHART, S. C.. Participação em banca de Hannah Pereira Alff. LEGAL CONSEQUENTIALISM AND

6.

GÓES, G. S. F.; SILVA, S. A.; ARAUJO, J. H. M.. Participação em banca de Thiago Vasconcellos Jesus. O SISTEMA MULTIPORTAS NO TRATAMENTO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A FAZENDA PUBLICA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE CASOS MINERARIOS NO ESTADO DO PARA E EM MINAS GERAIS. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

7.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; NOBREGA, F.; CASTRO, G. G. P.. Participação em banca de Eduarda Peixoto da Cunha França. Processos estruturais e transformações sociais: a experiência do Judiciário brasileiro com a reestruturação de realidades inconstitucionais. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

8.

SOARES, D. V.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES;** MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Tâmara Matias Guimarães. O SISTEMA JURIDICO BRASILEIRO E A SAUDE MENTAL DO TRABALHADOR REMOTO: um estudo a partir da psicodinamica do trabalho e implicacoes regulatorias. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

9.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; CHAVES, V. J.. Participação em banca de Robson Heleno da Silva. A ESCRAVIDAO CONTEMPORANEA COMO UM PROBLEMA ESTRUTURAL: um estudo acerca da possibilidade de enfrentamento ao trabalho analogo ao de escravo por meio de medidas estruturantes judiciais e extrajudiciais. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

10.

GÓES, G. S. F.; FISCHER, L. R. C.; MESQUITA, V. J.. Participação em banca de Emerson Victor Hugo Costa de Sá. Nem tudo que reluz é ouro: análise da garimpagem na Amazônia paraense com vistas à eliminação do trabalho escravo contemporâneo. 2022.

11.

GÓES, G. S. F.; MESQUITA, V. J.; SILVA JUNIOR, P. I. C.. Participação em banca de Luiza Cristina de Albuquerque Freitas. Os reflexos da invisibilidade dos trabalhadores da limpeza urbana na degradação do meio ambiente laboral: uma análise a partir da cidade de Belém. 2022. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

12.

SOARES, D. V.; **GÓES, G. S. F.**; VENTURI, E.. Participação em banca de Raimundo Rolim de Mendonça Junior. Litígios Estruturais: entre representação, participação e democracia. 2022. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

13.

SOARES, D. V.; **GÓES, G. S. F.**; ARENHART, S. C.. Participação em banca de Bernardo Augusto da Costa Pereira. Processos estruturantes, precedentes judiciais e jurisdição transindividual: a importância da fundamentação jurídica para a tutela dos direitos fundamentais coletivos. 2022. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

14.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**. Participação em banca de Karine Moura Pinheiro. O DIREITO HUMANO AO RELACIONAMENTO FAMILIAR: uma análise sobre a concretude da pretensão em face dos particulares. 2022. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

15.

GÓES, G. S. F.; BRITO FILHO, J. C. M.; COSTA, R. M. P.. Participação em banca de José Edilsimo Eliziário Bentes. Direitos individuais homogêneos: sua natureza jurídica e a legitimação do Ministério Público para a tutela desses direitos na Justiça do Trabalho. 2019. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

16.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; MATTOS, S. M.. Participação em banca de Arthur Laércio Homci. A QUEM INTERESSA A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES NO BRASIL? O VALOR DA PREVISIBILIDADE DIANTE DA LIQUIDEZ INERENTE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS.. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

17.

RAIOL, R. W. G.; BRITO FILHO, J. C. M.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de Paulo Juaci de Almeida Brito. Doutrina de proteção integral à pessoa com transtorno mental. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

18.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, G. S. F.**; NASSAR, R. N. S.. Participação em banca de Gilce Tereza Gondim Távora de Albuquerque. O conceito de dano moral in re ipsa: uma leitura civil-constitucional de julgados do STJ. 2014. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

19.

BENATTI, J. H.; **GÓES, G. S. F.**; MOUTA, J. H.. Participação em banca de Ibrahim José das Mercês Rocha. Integridade dogmática do direito para a tutela ambiental - enfoque sobre os requisitos da class action como instrumento para aperfeiçoamento da proteção dos direitos humanos na amazônia. 2014. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

Qualificações de Mestrado

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; CABRAL, A. P.; OSNA, G.; VITORELLI, Edilson; ARENHART, S. C.. Participação em banca de Otávio Augusto Ferraro. A concretização do direito social à moradia por meio do processo judicial. 2026 - ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS.

2.

SOARES, D. V.; ARENHART, S. C.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES**. Participação em banca de David Jacob Bastos. A participação social nos litígios estruturais: efetividade e concretização. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; GABBAY, D.; SILVEIRA, A. C.. Participação em banca de Avertano Messias Klautau. Por que quem tem sai na frente: o acesso à justiça na Amazônia através do Ponto de Inclusão Digital (resolução 508 CNJ). 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

4.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; COSTA, R. M. P.; SILVA, S. A.. Participação em banca de Arielle Bianka dos Santos Calumby. A atuação ministerial processual e extraprocessual como forma de acesso à justiça por meio do diálogo intersetorial no Perno. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SILVA, H. B. M.; MELO, R. S.. Participação em banca de Carolina Bonemer Cury. Adicional de insalubridade e a insalubridade dos adicionais. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade de São Paulo.

6.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SOARES, D. V.; ZANETI, H.. Participação em banca de Adilson Carvalho Pantoja. Processo Estrutural e Entidades de Infraestrutura Específica. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

7.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; JOBIM, M. F.; SOARES, D. V.. Participação em banca de Joel da Costa Evangelista. ACESSO A JUSTIÇA POR MEIO DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS: UMA ANALISE CRITICA A LUZ DA ADPF 866. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

8.

SOARES, D. V.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES.** Participação em banca de Caio Gabriel da Silva Motta. O CONSUMIDOR E O MERCADO GAMER: A IDENTIFICACAO DO CONSUMIDOR GAMER SOB A LUZ DA LGPD. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

9.

SOARES, D. V.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES;** LIMA, E. V. D.. Participação em banca de Samira Viana Silva. A CONTESTACAO ESTRUTURAL COMO INSTRUMENTO DE EFICIENCIA PROCESSUAL NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

10.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; JOBIM, M. F.; GOMES, M. C.. Participação em banca de Sabrina Wiegand Hellwig. A participação técnica e social no processo estrutural: uma análise a partir da ACP da Lagoa da Conceição. 2023.

11.

VENTURI, E.; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES.** Participação em banca de João Paulo Melo. Modelo sincrético de arbitragem e processo judicial (arb-Jud ou Jud-Arb) como alternativa de resolução adequada de conflitos. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

12.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Máira Ruffeil Alves. Nanotecnologia e meio ambiente laboral: safe-by-design como técnica precaucional mitigadora dos riscos ao trabalhador. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

13.

GÓES, G. S. F.; SOARES, D. V.; DIDIER JR, F.. Participação em banca de Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade. A atuação judicial nos processos estruturais: uma análise acerca da aplicação da técnica do saneamento compartilhado pelo magistrado. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

14.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Francisco José Monteiro Junior. Trabalho e sociedade digital: sobre a discriminação algorítmica na pré-contratação para o emprego. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

15.

SILVA, S. A.; **GÓES, G. S. F.** Participação em banca de Camille de Azevedo Alves Siqueira. Procedimentos e instrumentos ministeriais para concretização de direitos humanos: a atuação do MPT na solução, administração, restauração e transformação dos casos de assédio moral. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

16.

GÓES, G. S. F.; JOBIM, M. F.; ARENHART, S. C.. Participação em banca de Micaela Porto Linke. Os processos estruturais e os litígios ambientais de despoluição hídrica: uma análise do caso County of Maui v. Hawaii Wildlife fund et al. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Pós Graduação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

17.

GÓES, G. S. F.; ROLO, R. F.; TAXI, R. A. D.. Participação em banca de Bernardo Brito de Moraes. A possibilidade de manejo de processos estruturais por meio da Defensoria Pública como forma de garantir o direito humano de acessibilidade e de promover a inclusão social das pessoas com deficiência. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

18.

GÓES, G. S. F.; SOARES, D. V.; SILVEIRA, B. B.. Participação em banca de João Paulo Baeta Faria Damasceno. Multiplicidade de IRDR's sobre mesmas questões: a necessidade de observância e proteção ao interesse público. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

19.

MESQUITA, V. J.; **GÓES, G. S. F.**; KOURY, S. E. C.. Participação em banca de Diogo Baptista Simões. A crise institucional da fiscalização trabalhista: uma análise acerca da redução de casos- de trabalho análogo ao de escravo na Amazônia. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

20.

COSTA, R. M. P.; **GÓES, G. S. F.**; MOUTA, J. H.. Participação em banca de Clarice Santos da Silva.. Os limites objetivos da negociação jurídica processual. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

21.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, G. S. F.**; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Jessica Malcher Gillet. O nexo de causalidade na responsabilidade civil: uma transição da lógica da certeza para a lógica da probabilidade?. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

22.

MESQUITA, V. J.; **GÓES, G. S. F.**; TEIXEIRA, E. F.. Participação em banca de Anna Marcella Mendes Garcia.. O TRABALHO DOMÉSTICO INFANTIL EXERCIDO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS A DE ESCRAVO NO PARA: uma análise sobre a caracterização do crime nos procedimentos do Ministério Público do Trabalho.. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

23.

GÓES, G. S. F.; COSTA, R. P.; Silva, Sandoval. Participação em banca de Jessyca Fonseca Souza. O princípio da confidencialidade na mediação: bases para a responsabilização do mediador. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

24.

GÓES, G. S. F.; MATTOS, S. M.; SILVA, S. A.. Participação em banca de Eliana Magno Gomes Paes. O valor jurídico da integridade de Dworkin como substrato ao processo estrutural. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

25.

Silva, Sandoval; COSTA, R. M. P.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de Jessika Fonseca Souza.. A confidencialidade na mediação: bases para o procedimento e limites para o ofício do mediador.. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

26.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; FRANCO FILHO, G. S.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de Jamila Job Libardi. LIMITES AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE: da colisão entre direitos fundamentais à responsabilidade civil.. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade da Amazônia.

27.

GÓES, G. S. F.; MORAIS, O. J. C.; FRANCO, E. G.. Participação em banca de Marcos Cezar Moutinho da Cruz. Sistema de controle dos Juizes e a independencia judicial como direito fundamental - uma visao conforme a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. 2017 - Universidade da Amazônia.

28.

MESQUITA, V. J.; **GÓES, G. S. F.**; DANGELO, I. M.. Participação em banca de Karina da Silva Meneses. Assedio moral organizacional contra a mulher: da igualdade que prende a igualdade que liberta. 2017 - Universidade Federal do Pará.

29.

GÓES, G. S. F.; MATTOS, S. M.; SILVA, A. O.. Participação em banca de Luana Rochelly Miranda Lima. Town meeting: em busca da liberdade social no processo coletivo. 2017 - UFPA.

30.

GÓES, G. S. F.; MOUTA, J. H.; DIAS, J. C.. Participação em banca de Felipe Portella Neves. A constitucionalidade do incidente de resolução de demandas repetitivas: um novo padrão de relação entre os Poderes no constitucionalismo brasileiro do Séc. XXI.. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional) - Centro Universitário do Estado do Pará.

31.

KOURY, S. E. C.; **GÓES, G. S. F.**; BRITO FILHO, J. C. M.. Participação em banca de Semírames de Cássia Lopes Leão. Os danos em massa nas relações de trabalho: a eficiência da reparação por meio da tutela jurisdicional coletiva (uma proposta de análise econômica do direito). 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

32.

GÓES, G. S. F.; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; DIAS, J. C.. Participação em banca de BRAHIM BITAR. ?Revisitando a legitimidade ad causam no processo coletivo: o pensamento sistemático aberto fundando novos horizontes para a atuação do indivíduo?.. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

33.

GÓES, G. S. F.; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; VAZ, C.. Participação em banca de Bruno Soares Valente. O processo coletivo como solução para o problema da litigância repetitiva. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

34.

GÓES, G. S. F.; CABRAL, A. P.; MENDES, A. C.. Participação em banca de Rafael Felgueiras Rolo. O processo coletivo e o papel da coletividade ausente. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

35.

GÓES, G. S. F.. Participação em banca de Pedro Bentes Pinheiro Neto. A aplicação dos conceitos jurídicos indeterminados no NCPC. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

36.

LEAL, Pastora do Socorro Teixeira; **GÓES, G. S. F.**; NASSAR, R. N. S.. Participação em banca de Alexandre Pereira Bonna. Punitive damages e ações coletivas na prevenção de danos ao consumidor. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

37.

GÓES, G. S. F.; MAUES, A. G. M.. Participação em banca de Lígia Chiari Mendes Albuquerque. Diálogo entre as Cortes: a recepção da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil - uma análise de decisões dos Tribunais Federais e do STJ. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

38.

GÓES, G. S. F.; COSTA, R. P.; MOUTA, J. H.. Participação em banca de Clívia Renata Loureiro Croelhas. A discricionariedade judicial na atividade probatória. 2012. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

39.

COSTA, R. P.; **GÓES, G. S. F.**; MOUTA, J. H.. Participação em banca de André Luis Bitar de Lima. A imprescindibilidade do respeito aos precedentes no direito brasileiro: uma análise crítica sobre a utilização da técnica do distinguishing. 2012. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

40.

COSTA, R. P.; **GÓES, G. S. F.**; MOUTA, J. H.. Participação em banca de Karine de Aquino Câmara Levy. Publicização da boa fé objetiva aplicabilidade no processo civil. 2012. Exame de

41.

GÓES, G. S. F.; MOUTA, J. H.; MAUES, A. G. M.. Participação em banca de Beatriz Ferreira dos Reis. A jurisdição contemporânea e a aplicabilidade do direito à saúde no sistema jurídico processual brasileiro. 2012. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

42.

COSTA, R. P.; MOUTA, J. H.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de Pauliane do Socorro Lisboa Abraão. A participação do amicus curiae em ações de controle concentrado de constitucionalidade. 2010. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

SILVA, A. O.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de SAMIRA VIANA SILVA. A FLEXIBILIDADE DE PROCEDIMENTOS EM LITÍGIOS ESTRUTURAIS: UMA ANÁLISE DO DESTINO DA ADPF 347.. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito processual civil) - Centro Universitário do Estado do Pará.

2.

BRITO FILHO, J. C. M.; **GÓES, G. S. F.**. Participação em banca de João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo. Legitimidade da Defensoria Pública em ações coletivas envolvendo vulneráveis.. 2013. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em direitos fundamentais) - Universidade Federal do Pará.

3.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; paulo klautau filho. Participação em banca de Andreza Cristina Lima. Mandado de segurança e o controle judicial do mérito administrativo. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito processual civil) - Escola Superior de Advocacia - OAB/Pa.

4.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; paulo klautau filho. Participação em banca de André Luis Bitar de Lima Garcia. O julgamento liminar das ações repetitivas como meio de efetividade do direito à razoável duração do processo. 2009. Monografia

5.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; paulo klautau filho. Participação em banca de Hugo Pinto Barroso. A utilização da técnica coercitiva no cumprimento das obrigações de pagar quantia como decorrência de interpretação constitucional e seus reflexos econômicos. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito processual civil) - Escola Superior de Advocacia - OAB/Pa.

6.

GÓES, G. S. F.; paulo klautau filho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Luana de Barros Aquino. Da efetividade dos pedidos incontroversos nas demandas de pedidos plúrimos e as sentenças parciais. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito processual civil) - Escola Superior de Advocacia - OAB/Pa.

7.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; paulo klautau filho. Participação em banca de Marcela Alves Tostes. O novo papel da reclamação constitucional para o STF e para o STJ. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito processual civil) - Escola Superior de Advocacia - OAB/Pa.

8.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; paulo klautau filho. Participação em banca de Maria Rosa Marinho. Objeção à executividade: uma análise sob o enfoque da efetividade da prestação jurisdicional. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito processual civil) - Escola Superior de Advocacia - OAB/Pa.

9.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; paulo klautau filho. Participação em banca de Tatiana Cardoso Martins. Mandado de Segurança Coletivo. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito processual civil) - Escola Superior de Advocacia - OAB/Pa.

10.

GÓES, G. S. F. Participação em banca de Osvaldo Cleber Cardoso Loureiro. Execução contra a Fazenda Pública: duração razoável do processo. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito administrativo e adminis) - Universidade da Amazônia.

11.

GÓES, G. S. F. Participação em banca de Mirasol Mafrá Mascarenhas. A Fazenda Pública em juízo: abordagem crítica sobre a efetividade dos processos contra Fazenda Pública. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito administrativo e adminis) - Universidade da Amazônia.

12.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Josiane Maria Maués da Costa.. Exceção de pré-executividade. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

13.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Renée D Vilmont Nonato Conde Maia. Aspectos das medidas cautelares e da tutela antecipada face a efetividade do processo. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

14.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Vania Campos de Pinho. Intervenção do Ministério Público fundada na regra do artigo 82, III, parte final do código de processo civil.. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

15.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Leonardo de Noronha Tavares. Um novo acesso a justiça, através da lei dos juizados especiais seu sistema recursal.. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

16.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Márcia Maria Bandeira de Melo Amaral. Tutela antecipada e a efetivação do direito. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

17.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Maria Augusta de Oliveira Barbosa. Recurso extraordinário e especial retidos: reflexos da efetividade do processo e no aceso à ordem jurídica justa.. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

18.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Sérgio Marçal Tourinho da Cunha. A inversão do ônus da prova no código de defesa do consumidor. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

19.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Mauro Costa dos Santos. Antecipação de tutela. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

20.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Maria de Nazaré Brito Lemos. Fraude à execução e sua expressão jurisprudencial no âmbito da Lei n. 6.830/80.. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

21.

GÓES, G. S. F.; amadeu vidonho; DIAS, J. C.. Participação em banca de Líria Kédima Cuimar de Sousa e Moraes.. À exceção de pré executividade. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especializacao em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Ruana da Silva Cardoso. Da inversão do ônus da prova: a

responsabilidade da administração pública na terceirização de serviços à luz da jurisprudência brasileira. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

2.

GÓES, G. S. F.; MARANHAO, N. S.. Participação em banca de Paulo Sérgio Oliveira da Silva Filho.Síndrome de Burnout: caracterização e seus reflexos na saúde mental do teletrabalhador em tempos de pandemia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

3.

POTIGUAR, A. L.; **GÓES, G. S. F.;** PINHEIRO FILHO, P. B.. Participação em banca de TUNNY TANARA DA MODA CORRÊA GOMES.RESOLUÇÃO ONLINE DE DISPUTAS (ODR): REGULAMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO PELOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA BRASILEIROS COMO FORMA DE EXPANSÃO DO ACESSO À JUSTIÇA. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

4.

GÓES, G. S. F.; COSTA, R. P.; SILVA, S. A.. Participação em banca de Rebeca de Paula Nunes.A intervenção do amicus curiae como técnica gradual e cooperativa às demandas estruturais. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

5.

GÓES, G. S. F.; BERG, M. A. S. V. D.. Participação em banca de Josiel Rodrigues de Lima.A aplicabilidade das medidas executivas atípicas e o princípio da proporcionalidade no processo de execução civil. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

6.

GÓES, G. S. F.; BERG, M. A. S. V. D.. Participação em banca de Welber Rodrigues Trindade.A conformação da tutela provisória de urgência inaudita altera pars ao formalismo valorativo no CPC/15. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

7.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Elielson Almeida Amaral. Reflexões a respeito da transcendência no recurso de revista: uma análise da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

8.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Nádia de Melo Serruya. Horas in itinere no contexto da reforma trabalhista e os trabalhadores rurais: supressão do direito?. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

9.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Gabriel Fonseca Salmen. Terceirização e responsabilidade civil subsidiária de entes públicos em terceirizações de serviço.. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

10.

GÓES, G. S. F.; MARANHÃO, N. S.. Participação em banca de Sergio Tiburcio Segundo de Aguiar Silva. A legitimidade democrática da implementação de técnicas processuais adequadas aos litígios estruturais.. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

11.

POTIGUAR, A. L.; **GÓES, G. S. F.** Participação em banca de Alexia Rodrigues dos Santos. A mediação como técnica autocompositiva adequada à solução dos litígios familiares. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

12.

GÓES, G. S. F.; BERG, M. A. S. V. D.. Participação em banca de Victoria Thereza Correa Dutra. A atuação do juiz na dinamização judicial do ônus da prova sob o enfoque do princípio da cooperação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

13.

GÓES, G. S. F.; COSTA, R. M. P. Participação em banca de Matheus Vidonho Dias Ferreira.MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS: uma análise sobre a sua aplicação e o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

14.

POTIGUAR, A. L.; **GÓES, G. S. F.** Participação em banca de Rafael Barbosa e Barbosa.Formas alternativas de resolução de conflitos: uma análise sobre a efetividade das mediações realizadas pelo Cejusc nas Varas de Família de Belém do Pará. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

15.

POTIGUAR, A. L.; GOES, G. S. F.; **GÓES, G. S. F.** Participação em banca de Louise Brandao Duares.Mediacao no ambito da administracao publica federal e a lei 13140/2015. 2018 - UFPA.

16.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha; SILVA, A. L. H. C.. Participação em banca de luiza Melissa Jatahi Cavalcanti Pimentel.O dever de uniformizacao de jurisprudencia nos TRT's apos a reforma trabalhista: a superacao do IUI e a consolidacao do IRDR. 2018 - UFPA.

17.

SILVA, A. L. H. C.; PEREIRA JR, Lóris Rocha; BENTES, N. S.; **GÓES, G. S. F.** Participação em banca de mateus Pereira Gomes dos Santos.O princípio kompetenz-kompetenz na arbitragem comercial internacional: uma analise comparada da jurisprudencia consolidada no Brasil, EUA e Franca. 2018 - UFPA.

18.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha. Participação em banca de Gustavo Vianney Oliveira de Lima.Defesa a aplicacao dos negocios juridicos processuais ao processo do trabalho - uma critica ao posicionamento do TST manifestado na IN 39/2016. 2017 - UFPA.

19.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha. Participação em banca de Emanuelle Dias Costa.IRDR no atual CPC: instrumento de contencao de litigiosidade de massa. 2017 - UFPA.

20.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha. Participação em banca de Beatriz Rodrigues de Oliveira. Precedentes judiciais vinculantes: técnica necessária ao novo CPC. 2017 - UFPA.

21.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha. Participação em banca de Jessyka Kennedy Pereira Farias. Mediação aplicada aos conflitos coletivos de trabalho: concepção trazida pela nova conjuntura processual civil e seu papel na atuação do MPT. 2017 - UFPA.

22.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha. Participação em banca de Orlando Pereira Lima Neto. Meios alternativos de solução de conflitos: uma abordagem sobre os mecanismos de autocomposição e o seu importante papel no atual cenário brasileiro. 2017 - UFPA.

23.

GÓES, G. S. F.; BARATA, A. M. R.. Participação em banca de Marília de Mello e Silva Corôa. Os impactos do sistema de precedentes judiciais presentes no processo civil e sua aplicabilidade na administração pública em sede de recurso extraordinário. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

24.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha. Participação em banca de AMANDA DIAS LAURINHO. Os limites à autonomia privada nas convenções processuais atípicas no novo Código de Processo Civil. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

25.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha. Participação em banca de LUNA COSTA GORAYEB. O sistema de precedentes judiciais no Brasil: o novo CPC e a garantia à igualdade e segurança jurídica. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

26.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha. Participação em banca de LAIS KHALED PORTO. Incidente de resolução de demandas repetitivas: o advento da técnica brasileira no novo CPC. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

27.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA JR, Lóris Rocha. Participação em banca de Lorena Coelho Netto Affonso. A dinamização do ônus da prova e suas implicações nos processos coletivos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

28.

SCAFF, F. F.; **GÓES, G. S. F.** Participação em banca de Bruno David Ferreira de Souza. O efeito do trânsito em julgado nas obrigações tributárias de trato sucessivo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

29.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Participação em banca de Lorena Coelho Netto Affonso. A DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS COLETIVOS. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

30.

GÓES, G. S. F.; ROCHA, I. J. M.; SCAFF, F. F. Participação em banca de Lucas Góes Paes. A eficácia da decisão que julga o mandado de injunção: um estudo rumo à natureza jurídica do instituto e à problemática da omissão inconstitucional. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

31.

GÓES, G. S. F. Participação em banca de Mayco Simeão das Chagas. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE NO CPC: POSSIBILIDADE DE CERCEAMENTO DE DEFESA: QUANDO OBSTAR A PRODUÇÃO DE PROVAS. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

32.

GÓES, G. S. F. Participação em banca de Bruno Anunciacao das Chagas. Conciliação e Mediação Judicial. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

33.

GÓES, G. S. F. Participação em banca de Allen Kento Arimoto. Acao de improbidade administrativa e a competencia por prerrogativa de funcao. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

34.

GOES, G. S. F.; MAUES, A. G. M.; Silva, Sandoval; **GÓES, G. S. F.** Participação em banca de Jorge Augusto Paiva da Cunha. O efeito vinculante e as decisões do STF no âmbito da repercussão geral. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

35.

SILVA, A. L. H. C.; Silva, Sandoval; **GÓES, G. S. F.** Participação em banca de Rafael Kleber Moreira Saavedra de Souza. Ministério Público: sujeito imparcial - a questão da inaplicabilidade da multa por uso protelatório dos embargos de declaração. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

36.

SILVA, S. A.; **GÓES, G. S. F.**; SILVA, A. L. H. C.. Participação em banca de Lorena Araújo França. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações de emprego. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

37.

Silva, Sandoval; **GÓES, G. S. F.**; SILVA, A. L. H. C.. Participação em banca de Jaymerson Carlos Pereira Marques. Responsabilidade pessoal do gestor público pelos créditos trabalhistas na contratação irregular de servidores públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

38.

GÓES, G. S. F.; SILVA, S. A.; SILVA, A. L. H. C.. Participação em banca de Raquel Couto Terra. Hipóteses de apreciação judicial de termo de ajustamento de conduta. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará.

39.

GÓES, G. S. F.; FREITAS, Francisco; SILVA, Maria Brasil de Lourdes. Participação em banca de Pedro Sarraf Nunes de Moraes. Contratos eletrônicos no contexto do ordenamento

40.

SILVA, Maria Brasil de Lourdes; **GÓES, G. S. F.**; FREITAS, Francisco. Participação em banca de Diego da Silva Godinho. Títulos de Créditos eletrônicos: uma análise do princípio da cartularidade como forma de validar as relações comerciais no meio virtual. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará.

41.

SILVA, Maria Brasil de Lourdes; **GÓES, G. S. F.**; FREITAS, Francisco. Participação em banca de Andressa Gonçalves da Silva. O exercício da liberdade de expressão, informação e manifestação do pensamento e o respeito ao direito de privacidade e de intimidade. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará.

42.

PEREIRA JR, Lóris Rocha; **GÓES, G. S. F.**; Silva, Sandoval. Participação em banca de Bruna de Guapindaia Braga. A improcedência liminar nas ações repetitivas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; SILVA, S. A.; COSTA, R. M. P. Prova oral Seleção de Mestrado e Doutorado PPGD UFPA. 2026. Universidade Federal do Pará.

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; COSTA, R. M. P.; SILVA, S. A.. Prova oral Seleção de Mestrado e Doutorado PPGD UFPA. 2025. Universidade Federal do Pará.

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; COSTA, R. M. P.; SILVA, S. A.. Prova oral Seleção de Mestrado e Doutorado PPGD UFPA. 2024. Universidade Federal do Pará.

4.

GÓES, G. S. F.; COSTA, R. M. P.; SILVA, S. A.. Prova Oral Processo Seletivo PPGD UFPA Mestrado e Doutorado. 2023. Universidade Federal do Pará.

5.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Concurso de Artigos Científicos Justiça Federal. 5ª Região - núcleo Alagoas. 2023. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

6.

SOARES, D. V.; **GÓES, G. S. F.;** MARANHÃO, N. S.. Banca examinadora Mestrado e Doutorado - prova oral - projeto. 2022.

7.

SOARES, D. V.; **GÓES, G. S. F.;** MARANHÃO, N. S.. Banca examinadora Mestrado e Doutorado - prova oral - projeto. 2021.

8.

GÓES, G. S. F. 21º Concurso Público para MPT - Procurador (a) do Trabalho - banca Prova Prática. 2020. Ministério Público do Trabalho.

9.

GÓES, G. S. F.; MESQUITA, V. J.; MARANHÃO, N. S.. PROVA DE SELEÇÃO DO MESTRADO E DOUTORADO UFPA. 2019. Universidade Federal do Pará.

10.

GÓES, G. S. F.; SILVA, S. A.; DOURADO, M. C.. Concurso Publico para Magisterio Superior Professor Adjunto A de Direito Processual Civil. 2016. UFPA.

11.

GÓES, G. S. F.; SANTOS, R. L.; MELLO, L. A. C.; MELLO, M. C.. 17º concurso para provimento do cargo de Procurador do Trabalho. 2012. Ministério Público do Trabalho.

12.

GÓES, G. S. F. Concurso da Polícia Civil - prova oral. 1998. Universidade do Estado do Pará.

Outras participações

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; ARENHART, S. C.. Concurso de monografias XV Jornadas Brasileiras de Direito Processual. 2024. Instituto Brasileiro de Direito Processual.

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. 6ª Competição Brasileira de Processo. 2023. Instituto Brasileiro de Direito Processual.

3.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. 5ª Competição Brasileira de Processo. 2022. Instituto Brasileiro de Direito Processual.

4.

GÓES, G. S. F.; NOLASCO, R. D.. Afilhadas Acadêmicas - 3ª edição - Processos Repetitivos e Tutela Coletiva. 2021. Instituto Brasileiro de Direito Processual.

5.

SOARES, D. Y.; **GÓES, G. S. F.;** ROCHA, I. J. M.. PRÊMIO "PEDRO MILEO" DE MELHOR PEÇA JURÍDICA DA PGE-PA.. 2021. Procuradoria Geral do Estado do Pará.

6.

GÓES, G. S. F. Prêmio Práticas Exitosas - versão 2021. 2021. associação do ministério público do estado do Pará.

7.

GÓES, G. S. F. Premio Procurador de Justiça Artemis Leite da Silva, área cível. 2021. associação do ministério público do estado do Pará.

8.

GÓES, G. S. F. 4a Competição Brasileira de Processo online: José Carlos Barbosa Moreira. 2021. Instituto Brasileiro de Direito Processual.

9.

GÓES, G. S. F. Premio Procurador de Justiça Artemis Leite da Silva, área cível. 2020. associação do ministério público do estado do pará.

10.

GÓES, G. S. F. Prêmio Práticas Exitosas - versão 2020. 2020. associação do ministério público do estado do pará.

11.

SOARES, D. V.; MARANHÃO, N. S.; **GÓES, G. S. F.** Banca examinadora Mestrado e Doutorado - prova oral - projeto. 2019. Universidade Federal do Pará.

12.

SOARES, D. V.; MOITA, R.; **GÓES, G. S. F.** BANCA EXAMINADORA DA SELEÇÃO PARA O CURSO DE Mestrado DO PPGD-UFPA. 2018. Universidade Federal do Pará.

13.

SOARES, D. V.; MOITA, R.; **GÓES, G. S. F.** BANCA EXAMINADORA DA SELEÇÃO PARA O CURSO DE DOUTORADO DO PPGD-UFPA. 2018. Universidade Federal do Pará.

14.

GÓES, G. S. F. Prêmio Professor Calmon de Passos. 2018. Associação Norte Nordeste de Professores de Processo.

15.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C.; ARAÚJO, J. H. M.; KOURY, S. E. C.; SILVA, A. O.; COSTA, S. H.; NOLASCO, R. D.. Comissão Julgadora do Prêmio IBDP (Suzy Elizabeth Cavalcante Koury) do III Congresso Mulheres no Processo Civil brasileiro. 2017. Instituto Brasileiro de Direito Processual.

16.

GÓES, G. S. F.; RAIOL, R. W. G.; SILVA, M. S. C.. Processo Seletivo Especial para vagas de Doutorado em Direito. 2016. UFPA.

17.

GÓES, G. S. F.; MAZZEI, R. R.; DOTTI, R.; FARIA, J. C.; NOGUEIRA, P. H.; SANTOS, W. Q.. Comissão Julgadora do Prêmio IBDP (Marília Muricy) do I Congresso Mulheres no Processo Civil brasileiro. 2016. Instituto Brasileiro de Direito Processual.

18.

GÓES, G. S. F.; PEREIRA, R. J. M. B.; SOARES, J. B. B. L.. IV Prêmio Evaristo de Moraes Filho - categoria de melhor trabalho doutrinário. 2003. Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

19.

GÓES, G. S. F.. Concurso de Monografia sobre Direito e Amazônia. 2003. Escola Superior de Advocacia - OAB/Pa.

20.

GÓES, G. S. F.. Prêmio Procurador de Justiça Artemis Leite da Silva. 2000. associação do ministério público do estado do pará.

21.

GÓES, G. S. F.. Processo Seletivo para Monitor de Direito Processual Civil. 1997. Universidade Federal do Pará.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Abertura do ano letivo EJUD 2026. Processo estrutural trabalhista - desafios para uma justiça social efetiva. 2026. (Seminário).

2.

As Annepianas debatem: reflexões sobre os 10 anos do CPC e sobre os desafios da mulher nas carreiras jurídicas e acadêmicas. A presença feminina no Direito: avanços e desafios estruturais. 2026. (Seminário).

3.

AULA MAGNA Especialização em Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho. Repensando o papel e as funções do (a) processualista no contexto contemporâneo. 2026. (Outra).

4.

Il Pubblico Ministero nell'ordinamento e nel processo: Una comparazione tra Brasile e Italia. Le azioni collettive in Brasile. 2026. (Congresso).

5.

Pubblico ministero, giustizia processuale e democrazia: Diritti fondamentali, processo e responsabilità nelle democrazie contemporanee. Debate Session - Call for Abstracts. 2026. (Congresso).

6.

XVI FÓRUM GESTÃO JUDICIÁRIA 2026 - O PODER JUDICIÁRIO FRENTE AO HORIZONTE CONTEMPORÂNEO. Demandas Estruturais: O Sistema de Justiça Brasileiro e a tutela dos direitos fundamentais. 2026. (Outra).

7.

10 anos de promulgação do CPC: avanços, retrocessos e perspectivas. Os problemas estruturais e os meios não jurisdicionais de resolução dos conflitos. 2025. (Congresso).

8.

10 anos do CPC/2015: entre promessas e realidade. Um Código democrático: premissas, debates e transformações (principais mudanças estruturais em relação ao CPC/73). 2025. (Seminário).

9.

20 Encontro da Magistratura Trabalhista da 5ª Região. A consolidação do TST como Corte de Precedentes. 2025.

(Encontro).

10.

Circuito CNMP - 2º Seminário Nacional sobre atuação resolutiva do Ministério Público. Participação social e Democracia: o papel da Administração Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário como promotores de espaços deliberativos nos processos administrativos e judiciais coletivos e estruturais. 2025. (Seminário).

11.

II Semana Nacional dos Juizados Especiais. A complexidade nos Juizados - necessidade de reavaliação?. 2025. (Seminário).

12.

IV Congresso Internacional de Coletivização e Unidade do Direito em homenagem ao Prof Daniel Mitidiero. Mitidiero, Tarantino e Calvino: ônus de prova e seus inimigos. 2025. (Congresso).

13.

IV Congresso Nacional de Processo, Constituição e Tecnologia. Processo Estrutural para a Amazônia. 2025. (Congresso).

14.

Migalhas eventos - Marco legal das garantias à luz dos contornos do STF. A inafastabilidade da jurisdição no contexto da desjudicialização: limites constitucionais ao exercício privado de poderes executivos. 2025. (Seminário).

15.

Petição Inicial, Prequestionamento e Recurso de Revista: percursos decisivos no Processo do Trabalho. A força dos precedentes no Processo do Trabalho: estratégias para a construção e defesa da jurisprudência. 2025. (Seminário).

16.

Seminário Internacional Brasil-Alemanha Defesa da Democracia e dos Direitos Fundamentais. PARTICIPAÇÃO E CONTRADITÓRIO NOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE CASOS REPETITIVOS. 2025. (Seminário).

17.

18.

V Jornadas Brasileiras de Direito Processual do Trabalho. Questões polêmicas sobre a execução das Ações Cíveis Públicas. 2025. (Congresso).

19.

V Simpósio Internacional Sustentabilidade, Trabalho e Amazônia no contexto da COP 30. Realidade amazônica e tutela coletiva de bens jusambientais trabalhistas. 2025. (Simpósio).

20.

1º Congresso Brasileiro Processo Estrutural. Justiça Multiportas e soluções consensuais. 2024. (Congresso).

21.

3º Encontro dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário. Cooperação judiciária e o processo estrutural. 2024. (Encontro).

22.

A fundamentação essencial: da Inicial ao REX. Recursos e incidentes nos TRTs. 2024. (Seminário).

23.

Atualidades da Tutela Coletiva no STJ e STF. Limites territoriais da coisa julgada coletiva: o que muda com a declaração de inconstitucionalidade do art. 16 da LACP (Tema 1075)? 2024. (Seminário).

24.

I Congresso Ibero-Americano de Tutela Coletiva. Processo Estrutural, Direitos Humanos e grupos vulneráveis: participação e efetividade de tutela. 2024. (Congresso).

25.

II Congresso do CNPG em homenagem a Marfan Martins Vieira. Paradigma da consensualidade e o tratamento

adequado de conflitos. 2024. (Congresso).

26.

II Congresso Nacional de Direito Processual. Processo Estrutural. 2024. (Congresso).

27.

III Congresso Nacional de Processo, Constituição e Tecnologia. Processo estrutural e Amazônia. 2024. (Congresso).

28.

I Jornada Boas Práticas em Tutelas Coletivas. Tutela Coletiva do Trabalho. 2024. (Outra).

29.

O Ministério Público na Era dos Acordos. As propostas de regulamentação PLs 4441/2020 e 1641/2021. 2024. (Seminário).

30.

Temas fundamentais sobre processo coletivo. Processos coletivos e estruturais. 2024. (Seminário).

31.

Webinário O MP e os Princípios que regem a tutela coletiva e estrutural no PL 1641/2021 e no PL atual da Comissão no Senado Federal e o impacto na atuação judicial e extrajudicial. Os princípios que regem os PLs 1641/2021 e atual do processo estrutural. 2024. (Seminário).

32.

X Seminário Diálogos sobre o CPC. Execução em processos coletivos e estruturais. 2024. (Seminário).

33.

XV Jornadas Brasileiras de Direito Processual. Precedentes estruturais no Processo do Trabalho. 2024. (Congresso).

34.

Congresso de Processo Civil Escola Superior da AGU. Tribunais Superiores e o filtro de relevância no Recurso Especial. 2023. (Congresso).

35.

Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho. Processo do Trabalho em Perspectiva Constitucional: acesso à justiça e devido processo legal. 2023. (Seminário).

36.

I Congresso Práticas Processuais e Novas Tecnologias. Trabalho em Plataformas Digitais. 2023. (Congresso).

37.

II Congresso de Direito Processual da Associação Brasileira Elas no Processo (ABEP). A produção antecipada de prova nas ações de responsabilidade civil. 2023. (Congresso).

38.

IV Congresso Nacional do IBERC. As funções da responsabilidade civil nas demandas estruturais. 2023. (Congresso).

39.

Processo Coletivo e Estrutural e o PL n. 1641/2021. Justiça Multiportas e processo coletivo: reforço da autocomposição coletiva. 2023. (Congresso).

40.

XII FPPC Forum Permanente de Processualistas Civis. 2023. (Encontro).

41.

2º Simpósio Internacional EJUD8 Sociedade, Tecnologia e Jurisdição Trabalhista. Racionalidade e Precedentes Judiciais. 2022. (Simpósio).

42.

Café com Torradas IBDP. Normas processuais consuetudinárias. 2022. (Outra).

43.

Fazenda Pública e os meios adequados de solução dos conflitos.O papel da consensualidade e a quebra de paradigmas institucionais para a litigiosidade repetitiva. 2022. (Simposio).

44.

GEAK GRUPO DE ESTUDOS ARAKEN DE ASSIS.Reparação fluida. Fundos. Processo estrutural.. 2022. (Seminário).

45.

I Congresso Nacional Processo, Constituição e Tecnologia - representatividade e comunicação no novo cenário mundial. Tecnologia, processo e decisão jurídica. 2022. (Congresso).

46.

III Congresso Internacional de Coletivização e Unidade do Direito em homenagem ao Prof o Sérgio Arenhart. O futuro do processo coletivo. 2022. (Congresso).

47.

II Semana Acadêmica Nacional CCJ. As normas fundamentais processuais e os desafios atuais. 2022. (Congresso).

48.

IV CONGRESSO NACIONAL DO IBERC. Produção antecipada de prova e responsabilidade civil. 2022. (Congresso).

49.

IV Jornadas Brasileiras de Direito Processual do Trabalho IBDP EJUD2. Julgamentos algorítmicos são melhores que julgamentos humanos?I. 2022. (Congresso).

50.

Master Class Escola Judicial do TJE Pará Cooperação Judiciária.Cooperação judiciária. 2022. (Seminário).

51.

52.

XIV Jornadas Brasileiras de Direito Processual do IBDP. Tema 1130 STJ. 2022. (Congresso).

53.

III Jornadas Brasileiras de Direito Processual do Trabalho. PRECEDENTES VINCULANTES NO PROCESSO DO TRABALHO. 2021. (Congresso).

54.

XIII Jornadas Brasileiras de Direito Processual. PRECEDENTES NO PROCESSO DO TRABALHO. 2021. (Congresso).

55.

41º CONAT CONGRESSO NACIONAL DA ADVOCACIA TRABALHISTA. O processo e a ação vista como ousadia. O processo e o recurso visto como petulância.. 2019. (Congresso).

56.

El case management como mecanismo de flexibilidad y eficiencia del proceso judicial.El principio de proporcionalidad en el proceso civil. La experiencia del nuevo Código Procesal Civil de Brasil.. 2019. (Seminário).

57.

I ENCONTRO LUSÓFONO DE PROCESSO CIVIL.SANEAMENTO COMPARTILHADO - CPC BRASIL. 2019. (Encontro).

58.

O CPC na Prática: 3 anos da Vigência do Novo CPC.- escola da AGU. Precedentes e advocacia pública. 2019. (Congresso).

59.

VII CONGRESSO ESTADUAL DO MP - O MP,E OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. 2019. (Congresso).

60.

XV JUTRA - Associação Luso Brasileira de Juristas do Trabalho,. As coletividades, questões de classe e identitárias: o Direito do Trabalho e interseccionalidades. 2019. (Congresso).

61.

Forum Permanente de Processualistas do Trabalho. Grupo de Trabalho Incidentes nos Tribunais. 2017. (Congresso).

62.

III Congresso Mulheres no Processo Civil Brasileiro. O processo estrutural foi contemplado pelo NCPC?. 2017. (Congresso).

63.

III Forum Nacional de Processo do Trabalho.Tutela Coletiva. 2017. (Oficina).

64.

II Seminario sobre Ensino de Direito Processual.Grupo de Trabalho Ensino do Direito Processual Civil. 2017. (Seminário).

65.

IX Encontro Anual da ANNEP.DEbate sobre o art. 139, IV do CPC. 2017. (Encontro).

66.

Recursos, Ações de Impugnação e Mecanismos de Uniformização da Jurisprudência após o Primeiro Ano de Vigência do NCPC - em homenagem Profa Teresa Arruda Alvim. Ações de impugnação e o novo CPC ? mandado de segurança, ação rescisória e ação anulatória.. 2017. (Congresso).

67.

68.

Atualização NCPC. Atualização em Direito Processual Civil. 2016. (Oficina).

69.

Aula Magna de Abertura da Pós Graduação da UFPA. Novo CPC: afirmação de Direitos Humanos?. 2016. (Outra).

70.

I Congresso Mulheres no Processo Civil Brasileiro (Prêmio Marília Muricy).. Distribuição convencional do ônus de prova. 2016. (Congresso).

71.

I Congresso Norte Brasileiro de Direito Processual Civil Brasileiro. Recursos e Precedentes. 2016. (Congresso).

72.

II Fórum Nacional de Processo do Trabalho. Incidentes nos Tribunais: IRDR, IAC. 2016. (Oficina).

73.

XI Jornadas de Direito Processual e XXV Jornadas Iberoamericanas de Direito Processual. Aspectos polêmicos da decisão judicial. 2016. (Congresso).

74.

Abertura do Ano Judiciário. Mecanismos de condenação e execução contra os grandes litigantes na Justiça do Trabalho. 2015. (Seminário).

75.

Ciclo de Palestras. A prova do Processo do Trabalho à luz do Novo CPC. 2015. (Seminário).

76.

III Semana Institucional dos Magistrados- Do carimbo ao PJE.Compatibilidade principiologica entre o CPC e o Processo do Trabalho. 2015. (Seminário).

77.

III Semana Institucional dos servidores do TRT 8a Regiao.Impactos do CPC no Processo do Trabalho/ Aspectos gerais e tutelas. 2015. (Seminário).

78.

I Seminario sobre desafios para o Poder Judiciario.NCPC e o Poder Judiciario. 2015. (Seminário).

79.

O novo CPC e o processo do trabalho.O conflito entre o novo CPC e o processo do trabalho. 2015. (Seminário).

80.

Seminario Comemorativo dos 20 anos da lei dos juizados especiais.Juizados Especiais e NCPC. 2015. (Seminário).

81.

Seminario Internacional Trabalho Seguro.A atuação do MPT - MPT na prevenção dos acidentes de trabalho. 2015. (Seminário).

82.

Ciclo de Palestras - Eleições 2014.Medidas Cautelares e antecipações de tutela nas Ações Eleitorais. 2014. (Seminário).

83.

Curso de Pos graduacao lato sensu em Direito Civil e Processual Civil.Novos paradigmas do Processo. 2014. (Outra).

84.

III Jornada de Execução Trabalhista - Execução Coletiva. Execução da sentença coletiva. 2014. (Oficina).

85.

II Semana Institucional Servidores TRT8. Novos paradigmas do CPC. 2014. (Seminário).

86.

I Semana Acadêmica do Instituto de Ciências Jurídicas. Defesa de Direitos Coletivos e defesa coletiva de direitos. 2014. (Seminário).

87.

Nova lei dos recursos trabalhistas - evento TRT3, Amatra3. Aspectos polêmicos da lei 13015/2014 no tempo. 2014. (Seminário).

88.

Seminário Nacional de Direito. A Principiologia no novo CPC. 2014. (Seminário).

89.

VII Curso de Formação Inicial de Magistrados. A Psicologia do Testemunho e o valor dos depoimentos orais. 2014. (Outra).

90.

Workshop de Magistrados e Procuradores do Trabalho sobre Processo Coletivo. Enunciados sobre Processo Coletivo. 2014. (Oficina).

91.

X Jornadas Brasileiras de Direito Processual. 2014. (Congresso).

92.

Seminário Regional sobre Saúde e Segurança do Trabalho. Tutelas de prevenção em meio ambiente de trabalho. 2013. (Seminário).

93.

Oficina de PCMAT. 2012. (Oficina).

94.

Seminário Regional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Tutelas preventivas no meio ambiente de trabalho. 2012. (Seminário).

95.

Reflexões sobre o Ofício de Julgar. O processo cooperativo. Valorização da prova. Busca da verdade, convicção e verossimilhança.. 2011. (Seminário).

96.

5º Curso de Formação Inicial - Módulo Regional TRT8 para Juízes do Trabalho. O papel do Ministério Público do Trabalho. 2010. (Outra).

97.

MPT Digital - Módulo CODIN - Procuradores. 2010. (Oficina).

98.

SEMANA DO ADVOGADO. NOVO CPC. 2010. (Congresso).

99.

XIII Congresso Brasileiro de Advocacia Pública. Fazenda Pública em Juízo. 2009. (Congresso).

100.

4º Curso de Formação inicial dos Magistrados Trabalhistas. O Papel do Ministério Público do Trabalho. 2008. (Outra).

10
1.

9o Seminário Regional da Magistratura Paraense.O Magistrado e a Prova - análise da Lei 11690. 2008. (Seminário).

10
2.

Congresso dos Procuradores do Trabalho da Região Sudeste - Justiça social, efetividade dos direitos sociais e o papel do Ministério Público do Trabalho. As alterações da legislação processual civil e sua repercussão no processo do trabalho. 2008. (Congresso).

10
3.

Encontro Jurídico.As últimas alterações do CPC. 2008. (Encontro).

10
4.

Semana do Defensor.Defensoria Pública na atuação e mediação dos conflitos interpessoais e sociais. 2008. (Outra).

10
5.

Semana Jurídica José Rodrigues da Silveira Netto.Objetivação do recurso extraordinário. 2008. (Seminário).

10
6.

VII Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil e Penal. 2008. (Congresso).

10
7.

Congresso Nacional de Direito Processual Civil. Objetivação do recurso extraordinário e reclamação constitucional.. 2007. (Congresso).

10
8.

Os novos rumos do processo do trabalho diante das reformas constitucional e processual civil.A fase de execução trabalhista

à luz das reformas do CPC. 2007. (Seminário).

10
9.

Tutela constitucional dos Direitos Fundamentais.A principiologia do processo executivo. 2007. (Outra).

11
0.

Topicos de direito publico III.O processo como garantidor da democracia. 2005. (Seminário).

11
1.

VI Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil. Estudos sobre CPC. 2005. (Congresso).

11
2.

Princípios e normas do Processo Civil Transnacional.Processo Civil Transnacional. 2003. (Seminário).

11
3.

V Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil. Estudos sobre o CPC. 2003. (Congresso).

11
4.

Encontro Brasil-Portugal de Direito Constitucional e Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado. O princípio da proporcionalidade. 2002. (Congresso).

11
5.

IV Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil. Estudos sobre o CPC. 2001. (Congresso).

11
6.

XVI Encontro de Magistrados do Trabalho e IX Encontro de Procuradores do Trabalho da 8a Região. Congresso de Direito

do Trabalho e Processual do Trabalho. 2001. (Congresso).

11
7.

A mediação de conflitos trabalhistas. A mediação nos conflitos trabalhistas. 2000. (Outra).

11
8.

V Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho. Autuação do MPT. 2000. (Congresso).

11
9.

11º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho. Estudos sobre Processo do Trabalho. 1999. (Congresso).

12
0.

I Ciclo de Palestras sobre atualidades jurídicas. A Tutela antecipada. 1999. (Seminário).

12
1.

III Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil. Estudos sobre o CPC. 1999. (Congresso).

12
2.

III Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho. Estudos sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho. 1998. (Congresso).

12
3.

XXIV Congresso Nacional dos Procuradores do Estado. A democracia e cidadania no Brasil - 10 anos de Constituição. 1998. (Congresso).

12
4.

12
5.

XIV Encontro de Magistrados trabalhistas e VII de Procuradores do Trabalho da 8a região. Estudos sobre direito e processo do trabalho. 1997. (Encontro).

12
6.

congresso internacional de direito - Constitucional, Administrativo e Tributário. A ordem constitucional. 1996. (Congresso).

12
7.

curso no centro de ciências jurídicas da UFPA Mestrado em Direito. curso sobre direito constitucional aplicado. 1996. (Seminário).

12
8.

curso no centro de ciências jurídicas da UFPA Mestrado em Direito. curso sobre princípios constitucionais e interpretação. 1996. (Seminário).

12
9.

curso no centro de ciências jurídicas da UFPA Mestrado em Direito. curso sobre mudança jurídica e econômica: as transformações da teoria do direito. 1996. (Seminário).

13
0.

XXI Congresso Nacional dos Procuradores de Estado. Congresso sobre a carreira jurídica dos Procuradores de Estado. 1995. (Congresso).

13
1.

Seminário no centro de ciências jurídicas do mestrado em direito da UFPA. A epistemologia jurídica e o profissional de direito. 1993. (Seminário).

13
2.

Curso de aproveitamento de formação de Oficial de Justiça. curso de aproveitamento de formação de oficial de justiça. 1992. (Outra).

13
3.

Curso na Escola Superior da Magistratura do Pará. A família na nova Constituição. 1989. (Outra).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. OLIMPÍADA DA IV JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 2025. .

2.

GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES. Sistema Brasileiro de Precedentes em monografias. Prêmio Egas Moniz de Aragão e Prêmio Renê Ariel Dotti. 2025. (Concurso).

3.

HILL, F. ; **GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES** ; BUENO, C. S. . VIII Competição Brasileira de Processo Civil. 2025. (Outro).

4.

GÓES, G. S. F.. Elas debatem: Reflexões sobre os 06 anos do CPC. 2022. (Congresso).

5.

MARCATO, A. ; GALINDO, B. ; **GÓES, G. S. F.** ; BRAGA, P. S. ; APRIGLIANO, R. ; NOLASCO, R. D. ; CORTEZ, R. ; MOTTA, C. . I Congresso online do Projeto Mulheres no Processo. 2020. (Congresso).

6.

GÓES, G. S. F.. III CONGRESSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL LAJUPA. 2019. (Congresso).

7.

GÓES, G. S. F.. II CONGRESSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL LAJUPA. 2018. (Congresso).

8.

GÓES, G. S. F.; BRAGA, P. S. ; APRIGLIANO, R. ; NOLASCO, R. D. ; MARCATO, A. ; GALINDO, B. . III CONGRESSO MULHERES NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO. 2017. (Congresso).

9.

GÓES, G. S. F.; DIAS, J. C. ; MOUTA, J. H. . I Congresso Norte Brasileiro de Direito Processual Civil - aspectos polêmicos do Novo CPC. 2016. (Congresso).

10.

GÓES, G. S. F.. Evento ?Amazônia Rural, Trabalho Precário ? Segurança e Saúde do Trabalhador no Pará e Amapá. 2014. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1.

 Ronaldo Soares de Matos. Processos estruturais. Início: 2026. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará. (Orientador).

2.

Barbara Fernandez de Bastos. Processos estruturais. Início: 2026. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará. (Orientador).

3.

 Ana Beatriz Miranda Olívia Santos. Processos estruturais privados. Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará. (Orientador).

4.

David Jacob Bastos. A participação social nos litígios estruturais: efetividade e concretização. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará. (Orientador).

Tese de doutorado

1.

João Paulo Baeta Faria Damasceno. Processos estruturais e autocomposição. Início: 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará. (Orientador).

2.

 Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade. A tutela da prova nos conflitos socioambientais estruturais da Amazônia. Início: 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

 ADILSON CARVALHO PANTOJA. Execução de decisões estruturais por entidades de infraestrutura específica: caminhos para a desjudicialização. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

2.

 SAMIRA VIANA SILVA. A contestação estrutural e os incentivos ao réu para sua apresentação. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

3.

 Joel da Costa Evangelista. Os processos estruturais e o acesso à justiça: uma análise do caso de acolhimento

4.

 Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade. O saneamento compartilhado no processo estrutural como instrumento de participação democrática na construção da decisão judicial. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

5.

João Paulo Baeta Faria Damasceno. As implicações da multiplicidade de IRDR's sobre mesmas questões: a necessidade de proteção à isonomia e à segurança jurídica. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

6.

 Debora da Silva Vieira. A legitimidade extraordinária ativa negocial na tutela coletiva. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

7.

 Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade. Saneamento compartilhado nos processos estruturais. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

8.

 Luana Rochelly Miranda Lima. Tutela coletiva e o modelo do Town meeting. 2017. Dissertação (Mestrado em PPGD) - UFPA, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

9.

 Eliana Magno Gomes Paes. Tutela coletiva. 2017. Dissertação (Mestrado em PPGD) - UFPA, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

10.

 Denis Gleyce Pinto Moreira. DEsastres ambientais: protecao da dignidade por meio do modelo processual dialogico-

11.

 Semirames de Cassia Lopes Leao. A efetividade da turela jurisdicional coletiva no combate ao dumping social nas relacoes de trabalho. 2017. Dissertação (Mestrado em PPGD) - UFPA, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

12.

 BRAHIM BITAR DE SOUSA. REVISITANDO A LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO PROCESSO COLETIVO: o pensamento sistemático aberto fundando novos horizontes para atuação do indivíduo membro do grupo. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

13.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE. O PROCESSO COLETIVO E O DESAFIO DA LITIGANCIA MASSIFICADA. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

14.

pedro Bentes Pinheiro Neto. Conceitos jurídicos indeterminados e o novo CPC: normas de textura aberta e parâmetros da discricionariiedade judicial. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

15.

 Antonio Carlos Pantoja Freire. Os direitos fundamentais dos idosos no processo judicial: a prioridade processual e as prerrogativas da Fazenda Pública. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

16.

Clívia Renata Loureiro Croelhas. O convencimento judicial e a valoração probatória. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

17.

 Pedro Bentes Pinheiro Neto. Discricionariedade judicial e conceitos indeterminados. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

18.

 Beatriz Ferreira dos Reis. A jurisdição contemporânea e a aplicabilidade do direito à saúde no sistema jurídico processual brasileiro. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

Tese de doutorado

1.

 Raimundo Rolim de Mendonça Junior. Processos estruturais, democracia e participação: fundamentos para a atuação jurisdicional do STF na implementação de políticas públicas. 2026. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

2.

 Tâmara Matias Guimarães. O sistema jurídico brasileiro e a saúde mental do trabalhador remoto: um estudo a partir da psicodinâmica do trabalho e implicações regulatórias. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

3.

 Bernardo Augusto da Costa Pereira. Processo coletivo estrutural e a devida suspensão das ações individuais frente à macro-lide fundamentalmente estruturante. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

4.

 Arthur Laercio Homci Costa. O Tribunal deve manter a sua jurisprudência íntegra, e agora? A integridade dos Precedentes como garantia do direito fundamental de acesso à justiça. 2022. Tese (Doutorado em PPGD) - UFPA, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

5.

 José Edílson Eliziário Bentes. REPRESENTAÇÃO ADEQUADA NAS AÇÕES COLETIVAS: Controle jurisdicional no Poder Judiciário Trabalhista. 2021. Tese (Doutorado em Direito) -

6.

 Jose Edilsimo Elizario Bentes. Tutela dos interesses individuais homogêneos. 2017. Tese (Doutorado em PPGD) - UFPA, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

7.

IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA. INTERPRETAÇÃO CONSTRUTIVA DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Coorientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

8.

Marlene Rodrigues Medeiros Freitas. Legitimidade na ação civil pública: um modelo independente de acesso judicial para a tutela dos direitos fundamentais. 2009. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará, . Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Adriana Passos Ferreira. Passos legais, ambientais e sociais necessários para a efetiva implementação da Unidade de Conservação da Natureza Monumento Natural Atalaia (MONA), que foi criado pelo Estado do Pará, no Município de Salinópolis, através do Decreto 2077/2018. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direitos Humanos) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

2.

Gustavo Rodolfo Ramos de Andrade. Passos legais, ambientais e sociais necessários para a efetiva implementação da Unidade de Conservação da Natureza Monumento Natural Atalaia (MONA), que foi criado pelo Estado do Pará, no Município de Salinópolis, através do Decreto 2077/2018. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direitos Humanos) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

3.

Josiele Vieira dos Reis Lacerda. Passos legais, ambientais e sociais necessários para a efetiva implementação da Unidade de Conservação da Natureza Monumento Natural Atalaia

(MONA), que foi criado pelo Estado do Pará, no Município de Salinópolis, através do Decreto 2077/2018. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direitos Humanos) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

4.

Lorena Mendes Pacheco. Núcleo de demandas repetitivas: uma proposta de estruturação interna do MPPA na busca por um acesso à justiça substancial. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direitos Humanos) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

5.

Rosiane Esteves dos Santos. Núcleo de demandas repetitivas: uma proposta de estruturação interna do MPPA na busca por um acesso à justiça substancial. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direitos Humanos) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

6.

Jessica de Nazaré Lopes Reis. Criação da câmara de resolução de litígios em saúde no estado do Pará como ferramenta na resolução extrajudicial dos conflitos e efetivação do direito fundamental à saúde. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em direitos fundamentais) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

7.

Rosane- Silva dos Santos. Criação da câmara de resolução de litígios em saúde no estado do Pará como ferramenta na resolução extrajudicial dos conflitos e efetivação do direito fundamental à saúde. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em direitos fundamentais) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

8.

Ana Debora de Matos Costa. A CARGILL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DA ILHA DO CAPIM EM ABAETETUBA: a mídia digital e social como um instrumento de litigância estrutural em prol dos direitos fundamentais. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em direitos fundamentais) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

9.

Marcos Wagner Alves Teixeira. O DANO MORAL COLETIVO NA PRÁTICA JORNALÍSTICA.. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em direito processual civil) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

10.

Hugo Pinto Barroso. A utilização da técnica coercitiva no cumprimento das obrigações de pagar quantia como decorrência de interpretação constitucional e seus reflexos econômicos. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito processual civil) - Escola Superior de Advocacia - OAB/Pa. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

11.

Marcela Alves Tostes. O novo papel da reclamação constitucional para o STF e para o STJ. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em especialização em direito processual civil) - Escola Superior de Advocacia - OAB/Pa. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

12.

Lílian Regina Furtado Braga Figueira. O procedimento dos crimes de responsabilidade de Prefeito. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

13.

Juliana Furtado Costa. Responsabilidades dos Prefeitos em face do decreto-lei 201. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

14.

Ismael Antonio Coelho de Moraes. Observações acerca da competência legislativa para definir condutas e regular o processo das infrações político-administrativas dos agentes políticos municipais no Federalismo da Constituição. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

15.

Esmeralda Gomes Pedrosa. Poder vinculado X poder discricionário à luz dos conceitos jurídicos. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

16.

Alessandra Tavares Braga. O servidor Público na reforma administrativa. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

17.

Lúcio Barreto Guerreiro. A competência legislativa da Câmara Municipal e as infrações político-administrativas de Prefeitos e Vereadores. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

JULIANA RAMOS DE AMORIM. Decisões estruturais na ADPF 828 e seus impactos na efetivação do direito à moradia. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

2.

VITOR HUGO NASCIMENTO MATOS DE MOURA. Coalizão institucional e sinapses sobre a atuação conjunta do Ministério Público em problemas sociais complexos. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

3.

SAMUEL SOUZA NANHKOESINGH. Meios executivos atípicos no processo estrutural: papel dos atores constitucionais em sua efetivação e articulação pelo cumprimento de sentenças estruturais. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

4.

ANA JESSICA REGO FERREIRA DE OLIVEIRA. O impacto da regulamentação do PL 03/2025 no processo estrutural e nos

direitos fundamentais. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

5.

Jeferson Neves de Oliveira. Processos estruturais e participação democrática significativa na composição de conflitos multipolares. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

6.

JULIANA SALGADO SALLES. O ATIVISMO JUDICIAL E A INSEGURANÇA JURÍDICA NO ECOSSISTEMA DA SAÚDE SUPLEMENTAR.. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

7.

Juliana Yumi Fernandes Sozinho. Ações possessórias coletivas urbanas no Poder Judiciário e segurança da posse: uma revisão sistemática. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

8.

Camilla do Nascimento Bahia. Tutela Jurisdicional dos Interesses Massificados: a indenização por dano moral coletivo como instrumento de combate ao dumping social. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

9.

Ana Beatriz do Nascimento Pereira. A evolução do teletrabalho pós pandemia e sua regulamentação com a reforma trabalhista. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

10.

Melissa Paola Pereira de Souza. Possibilidade de discussão de cumulação de pedido nas ações de embargos de terceiro. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

11.

João Gabriel Silva Gonçalves. O processo estrutural envolvendo a contratação dos servidores para escolas indígenas no Estado do Pará. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

12.

CAMILLA DO NASCIMENTO BAHIA. Tutela jurisdicional dos interesses massificados: a indenização por dano moral coletivo como instrumento de combate ao dumping social. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

13.

Alessandra Kelly Neves Sampaio. Horizontes do trabalho decente no Carajás: ações e métodos judiciais e extrajudiciais de combate ao trabalho análogo ao de escravo na implementação da agenda Regional de Trabalho Decente de Carajás. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

14.

Josiel Rodrigues de Lima. A APLICABILIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

15.

Welber Rodrigues Trindade. A conformação da Tutela Provisória de urgência inaudita altera pars ao formalismo valorativo no CPC de 2015. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

16.

Elielson Almeida Amaral. Reflexões a respeito da transcendência no recurso de revista. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

17.

Alexia Rodrigues dos Santos. A mediação como técnica autocompositiva adequada à solução dos litígios familiares. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

18.

Sérgio Tibúrcio Segundo de Aguiar Silva. A legitimidade democrática da implementação de técnicas processuais adequadas aos litígios estruturais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

19.

Luiza Melissa Jatahi Cavalcanti Pimentel. O dever de uniformização de jurisprudência nos TRT's após a reforma trabalhista: a superação do IUJ e a consolidação do IRDR. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

20.

Mateus Pereira Gomes dos Santos. O princípio kompetenz-kompetenz na arbitragem comercial internacional: uma análise comparada da jurisprudência consolidada no Brasil, EUA e França. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - UFPA. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

21.

ORLANDO PEREIRA LIMA NETO. MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: UMA ABORDAGEM SOBRE OS MECANISMOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO E O SEU IMPORTANTE PAPEL NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

22.

GUSTAVO VIANNEY OLIVEIRA DE LIMA. DEFESA À APLICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS AO PROCESSO DO TRABALHO - UMA CRÍTICA AO POSICIONAMENTO DO TST MANIFESTADO NA IN 39/2016. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

23.

Emanuelle Dias Costa. IRDR. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

24.

Jessyca Kennedy Pereira Farias. Mediação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

25.

Beatriz Rodrigues de Oliveira. Precedentes. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

26.

AMANDA DIAS LAURINHO. Os limites à autonomia privada nas convenções processuais atípicas no novo Código de Processo Civil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

27.

LUNA COSTA GORAYEB. O sistema de precedentes judiciais no Brasil: o novo CPC e a garantia à igualdade e segurança jurídica. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

28.

LAIS KHALED PORTO. Incidente de resolução de demandas repetitivas: o advento da técnica brasileira no novo CPC. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

29.

Lucas Góes Paes. A eficácia da decisão que julga o mandado de injunção: um estudo rumo à natureza jurídica do instituto e à problemática da omissão inconstitucional. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

30.

Bruno Anunciação das Chagas. Conciliação e mediação judicial: instrumentos de concretização da cidadania. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

31.

Allen Kento Arimoto. Ação de improbidade administrativa e a competência por prerrogativa de função. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

32.

Juliana Guimarães Eiró. O interesse de agir do Ministério Público na tutela dos direitos individuais homogêneos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

33.

Enorê Correa Monteiro. Polêmicas do mandado de segurança. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

34.

Breno Inácio Gaioso. Uma releitura do método de aplicação subsidiária do CPC no processo trabalhista: admissibilidade de lacunas ontológicas e axiológicas na CLT. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

35.

Bianca Góes Cruz. A presença do interesse em recorrer para a fundamentação das decisões no caso de fixação do Precedente judicial. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

36.

Aila Souto Guerra. Considerações sobre o neoprocessualismo e seus reflexos no direito à tutela jurisdicional. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

37.

Tainara Bento Ferreira. O princípio da fraternidade e o acesso à justiça sob a perspectiva do Projeto do Novo CPC. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

38.

Fábio Ribeiro Cunha de Souza. Processo Civil Cooperativo e abertura do procedimento ao amicus curiae. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

39.

Carolina Abreu Silva. O processo coletivo como espécie de interesse público. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

40.

Gustavo Tavares Monteiro. A natureza jurídica do Termo de Ajustamento de Conduta. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

41.

Hugo Leonardo Pádua Mercês. O controle da representatividade adequada na jurisdição coletiva brasileira. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

42.

CORA CORALINA ALVES DA SILVA. TUTELA COLETIVA E DIREITO À EDUCAÇÃO. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

43.

Elaine do Socorro Pena Duarte. SEparação e Divórcio após a Emenda 66/10. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

44.

Hirohito Diego Athayde Arakawa. Informática Jurídica. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

45.

Clarissa Carvalho Coutinho. Tutela específica como instrumento de efetividade do processo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

46.

Daniela Monteiro Lobato. Responsabilidade civil do Estado por suas condutas omissivas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

47.

Edilsangela Pinheiro Rodrigues. A conciliação e a mediação nos conflitos coletivos de trabalho. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

48.

Lila Mello e Silva Guimarães. A improcedência prima facie pela técnica do artigo 285-A do CPC. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

49.

Naiara Vidal Nogueira. A possibilidade da prisão civil como meio de efetivação dos provimentos judiciais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

50.

Renan José Rodrigues Azevedo. Princípio da boa fé processual objetiva. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

51.

Hellyton Carlos Miranda de Carvalho. A tutela dos interesses individuais homogêneos pelo Ministério Público. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

52.

Toya de Castro Rodrigues. Recurso extraordinário: ênfase no juízo de admissibilidade - repercussão geral e consequências de julgamento - objetivação. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

53.

Rafael Felgueiras Rolo. Os pressupostos de admissibilidade específicos da tutela coletiva. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

54.

Paulo André Silva Nassar. O papel do Judiciário no controle de políticas públicas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

55.

Leonardo Maia Nascimento. O sistema brasileiro de impenhorabilidade: apenas um direito mínimo de defesa do devedor?. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

56.

Bianca Costa Silva Serruya. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

57.

Ana Claudia Costa de Almeida. Tutela antecipada na sentença. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

58.

Leonardo Fabricio Pereira Leite. Duracao razoavel do processo. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

59.

Suellen Aparecida Cabral Cavalli. Sumula vinculante. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) -

60.

Telysson da Silva Teles Junior. Reforma do CPC no processo trabalhista: análise do art. 475-J. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal do Pará. Orientador: Gisele Santos Fernandes Góes.

Educação e Popularização de C & T

Apresentações de Trabalho

1.

GÓES, G. S. F.. A Principiologia no novo CPC. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2.

GÓES, G. S. F.. Aspectos polêmicos da lei 13015/2014 no tempo. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

3.

GÓES, G. S. F.. Medidas Cautelares e antecipações de tutela nas Acoes Eleitorais. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

GÓES, G. S. F.. Novos paradigmas do CPC. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

GÓES, G. S. F.. A atuação do MPT - MPT na prevenção dos acidentes de trabalho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

GÓES, G. S. F.. A prova do Processo do Trabalho a luz do Novo CPC. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

7.

GÓES, G. S. F.. Compatibilidade principiologica entre o CPC e o Processo do Trabalho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

8.

GÓES, G. S. F.. Impactos do CPC no Processo do Trabalho/ Aspectos gerais e tutelas. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

9.

GÓES, G. S. F.. Mecanismos de condenação e execução contra os grandes litigantes na Justica do Trabalho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

10.

GÓES, G. S. F.. O conflito entre o novo CPC e o processo do trabalho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11.

GÓES, G. S. F.. Recursos e Precedentes. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Cursos de curta duração ministrados

1.

GÓES, G. S. F.. Atualizacao de Direito Processual Civil. 2015. .

2.

GÓES, G. S. F.. O Novo CPC. 2015. .

3.

GÓES, G. S. F.. O novo paradigma processual civil brasileiro - Lei 13105. 2015. .

4.

5.

GÓES, G. S. F.. Alteracoes do CPC no processo trabalhista - PRT 10. 2015. .

6.

GÓES, G. S. F.. Alteracoes do CPC no processo trabalhista - PRT 12. 2015. .

7.

GÓES, G. S. F.. Alteracoes do CPC no processo trabalhista - PGT - Analistas Processuais. 2015. .

8.

GÓES, G. S. F.. Novo CPC - sentenca e coisa julgada. 2015. .

9.

GÓES, G. S. F.. O Novo CPC - principios e procedimento. 2015. .

10.

GÓES, G. S. F.. Principios, procedimento e Tutelas. 2015. .

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

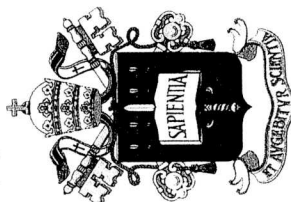
GÓES, GISELE SANTOS FERNANDES; MIRANDA, L. ; FROSSARD, A. ; RIBEIRO, M. . Encontros Processuais Temáticos: análise de enunciados e boas práticas. 2025. (Programa de rádio ou TV/Outra). 📺

Outras informações relevantes

Revisora/Parecerista do sistema Blind da REPRO

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



PUC-SP

A Reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do curso de Doutorado
no Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito,
na área de concentração Direito das Relações Sociais,
em 30 de agosto de 2007, confere o título de

Doutora a

Glisele Santos Fernandes Góes

brasileira, natural do Distrito Federal, nascida a 22 de fevereiro de 1971, [REDACTED]

e outorga-lhe o presente diploma,
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 04 de outubro de 2007.

[Assinatura]
Dom Odilo Pedro Cardinal Scherer
Grão Chanceler

[Assinatura]
Dra. Anna Maria Marques Cintra
Presidente Pós-Graduação

[Assinatura]
Dra. Maura Pardini Picudo Vêras
Reitora

Glisele Santos Fernandes Góes
Diplomada

Reconhecido pela Portaria MEC n.º 2878/05, publicada no D.O.U. em 26/08/2005.



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Unidade de Registro de Diplomas

Diploma registrado sob n.º 37557,

Processo n.º 20073792,

nos termos do Artigo 48, da Lei 9394/96.

São Paulo, 14 de novembro de 2007

Perla Serrate

Analista Acadêmico de Registro de Diplomas

De acordo,

Suely Pereira Alves de Almeida

Supervisora de Registro de Diplomas

Profª. Dra. Vera Maria N. de Souza Placco
Vice-Presidente da Comissão Geral
de Pós-Graduação da PUC/SP



PUC

Dom Manuel Parrado Carral
Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo
Vigário Episcopal da Região Sé



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do



Nome: **GISELE SANTOS FERNANDES GOES**

Data de Nascimento: **22/02/1971**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **27/02/1993**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **09:17:34** do dia **17/04/2026** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **5DCA.2801.FDFA.84EA**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

* A presente notificação foi emitida em nome do proprietário do veículo, cadastrado no DETRAN.
 * Não sendo o proprietário o autor da infração ou nos casos em que o veículo esteja em nome de pessoa jurídica, proceda da seguinte forma:
 - Preencha a Declaração de Indicação de Real Condutor - DIRC (verso), informando os dados do verdadeiro autor da infração a que se refere esta notificação, data e assinatura do condutor e do proprietário, ou seu representante legal. As assinaturas devem ser idênticas às dos documentos apresentados.
 - Nos casos de pessoa jurídica devem também ser apresentado cópia do Contrato Social.
 - A indicação do condutor infrator só produzirá os efeitos legais se estiver corretamente preenchida, assinada e acompanhada dos documentos exigidos em lei.
 - Envie esta DIRC, em até 30 dias contados a partir do recebimento da Notificação da Autuação (§7º, §8º do Art. 257 do CTB) para **SEGBEL BelFácil (Av. Augusto Montenegro, 4300, Parque Shopping Subsolo da Alameda de serviço, lojas 110 e 111 – Parque Verde – Belém – PA – CEP 66635-110)**, junto com a fotocópia legível da Carteira Nacional de Habilitação do condutor infrator, documento de identificação do proprietário do veículo ou do representante legal e do contrato social, quando pessoa jurídica, por correspondência registrada ou entregue diretamente na SEGBEL.
 * O declarante se responsabiliza nas esferas civil, administrativa e penal, pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos.

1. Acesse o link: <https://sistemas.belem.pa.gov.br/consulta-multas/#/login> e Clique em: "crie sua conta aqui".
2. Preencha todos os campos do formulário e clique em finalizar.
3. Após a finalização será encaminhada senha provisória para o e-mail cadastrado.
4. De posse da senha provisória, acesse o autoatendimento, usando seu CPF e a senha provisória.
5. Após o login, o usuário terá acesso às opções para registro de DEFESA PRÉVIA; RECURSO/JARI; CONSULTA DE MULTAS; EMISSÃO DE BOLETO, além de poder alterar a senha e atualizar seus dados cadastrais.

Documentação necessária para apresentação de Defesa de Autuação, conforme determina o artigo 5º da Resolução nº 900/2022 - CONTRAN

- * Documento necessário para a apresentação da Defesa ou Autuação, conforme determina o artigo 3º da Resolução nº 001/2022 - CTRSP;
* Requerimento da Defesa;
* Cópia da notificação da Autuação ou auto de infração ou documento que conste placa e o número do auto de infração de trânsito;
* Cópia da CNH ou outro documento de identificação que comprove a assinatura do requerente, quando pessoa jurídica, documento comprovando a representação;
* Cópia do CRLV;
* Procuração quando for o caso.

OBS : Para cada Autuação deve ser composto um processo de Defesa. Assim como na Declaração de Indicação de Real condutor.

Os processos de defesa e/ou Indicação de Real Condutor poderão ser encaminhados via postal para sede da SEGBEL (Avenida Senador Lemos, 3153,

Shopping It Center - 2º piso Sacramento, Belém-PA/ CEP:66120-000)

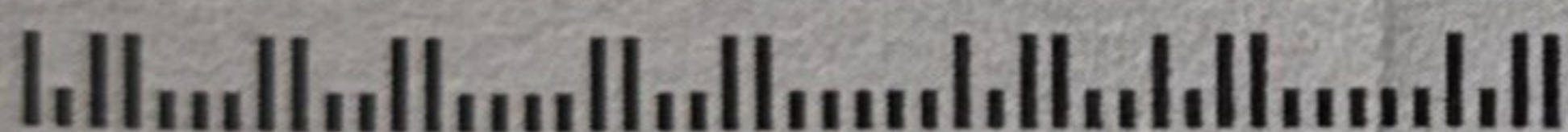
INFORMAÇÕES: Acesse nosso site: <http://seguranca.belem.pa.gov.br>



BELÉM
PREFEITURA
CAPITAL DA **AMAZÔNIA**



Data de Postagem: 14/11/2025



GISELE SANTOS FERNANDES GOES

Cond. Torre de Toledo

Date: 05 / 12 / 25

488

MENSAGEM:

- Em cumprimento a Res. 918/2022-CONTRAN, e ART.5º da CF, segue a NAIT, conforme a Lei 9.503/97.

Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Belém
Avenida Senador Lemos, 3153, Shopping It Center – 2º piso Sacramenta
Belém - PA / CEP:66120-000

☐ Mudou-se	☐ Não Existe o N° Indicado	☐ Informações Escritas pelo Porteiro ou Síndico
☐ Desconhecido	☐ Falecido	
☐ Recusado	☐ Ausente	☐ Outros
☐ Endereço Insuficiente	☐ Não Procurado	

Reintegrado ao Serviço Postal em:

Responsável

CDIP CWB

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE,
SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

Eu, Gisele Santos Fernandes Góes, [REDACTED] **DECLARO**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprego menor de dezesseis anos, salvo o maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

Belém-Pa, 16 de abril de 2026



NOME COMPLETO DO DECLARANTE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

Eu, Gisele Santos Fernandes Góes, [REDACTED] **DECLARO**, nos termos da Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que não há em minha família, seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Declaro também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Belém-Pa, 16 de abril de 2026.

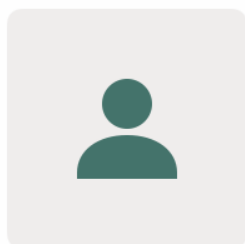


NOME COMPLETO DO DECLARANTE

08:07



Meu Perfil



Gisele



Visto em 23/04/26 às 08:03

Configurações



Geral



Configure notificações, acesso ao app, imagens da tela de login e muito mais.



Cadastro



Edite dados pessoais, profissionais, e-mail, telefone e outros itens.



Privacidade



Personalize sua privacidade e saiba como o BB trata seus dados pessoais.



Acessibilidade



Garanta uma experiência visual acessível e personalizada.

Segurança



Central de Segurança



Central de Senhas



Menu



Início



Busca



Notificações



Perfil



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CPF:



Nome:

GISELE SANTOS FERNANDES GOES

Endereço:

RUA JOAO BALBI, 200 - AP 14 - NAZARE - 66.055-280 - Belém / Pará

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.

Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 17/04/2026 09:18

1 de 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GISELE SANTOS FERNANDES GOES

CPF: [REDACTED]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:21:06 do dia 17/04/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/10/2026.

Código de controle da certidão: **6603.4605.32C2.6C1E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GISELE SANTOS FERNANDES GOES

[REDACTED]

Certidão nº: 42631737/2026

Expedição: 17/04/2026, às 09:20:05

Validade: 14/10/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GISELE SANTOS FERNANDES GOES**, inscrito(a) no [REDACTED] [REDACTED] **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20261791157**

NOME	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CPF
	██████████

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 17/04/2026, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA****Nome:** GISELE SANTOS FERNANDES GOES**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, inscritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 09:22:45 do dia 17/04/2026**Válida até:** 14/10/2026**Número da Certidão:** 702026080776903-1**Código de Controle de Autenticidade:** 454872CA.5DFD7CBD.631DCF1E.59E0E5EA**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA****Nome:** GISELE SANTOS FERNANDES GOES**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA
[REDACTED]

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 09:22:45 do dia 17/04/2026**Válida até:** 14/10/2026**Número da Certidão:** 702026080776904-0**Código de Controle de Autenticidade:** DFF17517.7D56A211.EA524B17.7CF49896**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO



CERTIDÃO NEGATIVA DE REGISTRO CADASTRAL MOBILIÁRIO

NOME: GISELE SANTOS FERNANDES GOES

Certificamos para os devidos fins de direito, com base nas informações constantes no sistema de controle desta Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, que **NÃO CONSTA** até a presente data, registro do CPF/CNPJ do requerente acima qualificado no **CADASTRO MOBILIÁRIO DE CONTRIBUINTE - CMC** como Pessoa Física, Pessoa Jurídica ou participante de Quadro Societário de Empresas - QSA.

Emitida em: 17/04/2026

Validade: 30 dias



VERIFICAR A AUTENTICIDADE NO ENDEREÇO ELETRÔNICO:
<http://siat.belem.pa.gov.br:8081/cadastro/pages/geral/validaCertidao.jsf>.

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO: fde538e3aac9a4acecd6943f326b6a10

OBSERVAÇÕES:

1. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro é crime de falsidade documental com pena de reclusão de 2 a 6 anos e multa (Art. 297 do Código Penal).
 2. As informações contidas neste documento deverão ser confirmadas por meio de documento de identificação com o número do CPF/CNPJ.
 3. Para confirmação de participação societária sugere-se consulta aos respectivos órgãos de registro.
 4. Esta certidão não se aplica para registro de proprietário/solidário de Imóvel no município de Belém - PA.
-

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS E DE CADASTRO NO FGTS

Eu, Gisele Santos Fernandes Góes, [REDACTED] DECLARO, para os devidos fins, que:

1. Não possuo empregados sob qualquer regime de contratação, inexistindo vínculo empregatício ativo sob minha responsabilidade;
2. Não me enquadro na condição de empregador, não mantendo inscrição no Cadastro Específico do INSS (CEI) ou no Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF), nessa qualidade;
3. Não possuo cadastro junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tampouco realizo recolhimentos a esse título, em razão da inexistência de empregados;
4. Exerço minhas atividades exclusivamente como pessoa física, sem estrutura empresarial ou quadro funcional.

Declaro, ainda, que as informações acima são verdadeiras e estou ciente das responsabilidades legais decorrentes de eventual declaração falsa.

Belém, 2026.



(datado e assinado digitalmente)



CONTRATAÇÃO - DECLARAÇÃO EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

DECLARO, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro vigente e subsequentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GESTORA*	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA**
1	40601.0005	3594	9900	113	33.90.36
2	40601.0005	3594	9900	113	33.90.47

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE:

DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ***
1	33.90.36	R\$ 40.000,00	R\$ 1.500,00	3,75%
2	33.90.47	R\$ 4.000,00	R\$ 300,00	7,5%

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

(x) A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

() O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO(R\$)
----	0,00
-----	0,00

4) ORIGEM DO RECURSO:

(X) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.

() Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

() Recursos Oriundos de Convênio Federal.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula: 355.625	Nome Completo: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	Cargo/Função: Analista Técnico
Unidade Administrativa: Unidade de Finanças / Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional		



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Analista Técnico, em 23/04/2026, às 11:49, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1960381** e o código CRC **A1487581**.

19.09.45340.0004430/2025-45

1422604v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Exercício igual a 2026

Código da Unidade Gestora igual a 0005

Código da Unidade Orçamentária igual a 40601

Código do PAOE igual a 3594

Exercício:	2026
Esfera:	F - Fiscal
Órgão:	40 - Ministério Público - MPE
Unidade Orçamentária:	40.601 - Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia - FMMP
Unidade Gestora:	0005 - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF - FMMP
Função:	03 - Essencial à Justiça
Subfunção:	128 - Formação de Recursos Humanos
Programa de Governo:	464 - Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania
PAOE:	3594 - Qualificação de Integrante do Ministério Público (AP)
Região:	9900 - Estado
Objetivo do PAOE:	Desenvolver competências técnicas e comportamentais dos integrantes do órgão, que assegurem a melhoria qualitativa e quantitativa do desempenho institucional, necessárias ao exercício das suas atividades funcionais
Produto:	2035 - Evento de qualificação realizado
Quantidade Prevista:	80,00 unidade
Quantidade Atual:	80,00 unidade

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
3.3.90.14.000	1.501.0.113.000000.00.00.00	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	10.881,00	10.881,00	10.881,00	7.722,00	19.119,00
3.3.90.30.000	1.501.0.113.000000.00.00.00	Normal	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3.3.90.32.000	1.501.0.113.000000.00.00.00	Normal	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.33.000	1.501.0.113.000000.00.00.00	Normal	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	28.659,28	28.659,28	9.547,52	9.547,52	31.340,72
3.3.90.35.000	1.501.0.113.000000.00.00.00	Normal	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	12.540,00	0,00	0,00	0,00	87.540,00	87.540,00	26.430,00	26.430,00	0,00
3.3.90.36.000	1.501.0.113.000000.00.00.00	Normal	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
3.3.90.39.000	1.501.0.113.000000.00.00.00	Normal	340.000,00	0,00	0,00	340.000,00	0,00	115.048,00	0,00	0,00	178.242,50	178.242,50	0,00	0,00	46.709,50
3.3.90.39.000	1.759.0.155.000000.00.00.00	Normal	504.000,00	0,00	0,00	504.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.014,24	97.014,24	0,00	0,00	406.985,76



Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa - DED

Natureza da Despesa	Destinação de Recursos	TRO	(A) Inicial	(B) Suplementado	(C) Anulado	(D=A+B-C) Atual	(E) Recebido	(F) Concedido	(G) Bloqueado	(H) Cont/Reserva	(I) PED	Empenhado	Liquidado	Pago	(J=D+E-F-G-H-I) Disponível
3.3.90.47.000	1.501.0.113.000000.00.00.00	Normal	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	17.508,00	0,00	0,00	0,00	17.508,00	17.508,00	5.286,00	5.286,00	4.000,00
Região	Total do Tesouro		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Região		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
PAOE	Total do Tesouro		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal PAOE		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
Programa	Total do Tesouro		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Programa		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
UO	Total do Tesouro		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal UO		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
Orgão	Total do Tesouro		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal Orgão		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
Geral	Total do Tesouro		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98
	Total de Outras Fontes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral		1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	115.048,00	115.048,00	0,00	0,00	419.845,02	419.845,02	52.144,52	48.985,52	580.154,98



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - GESTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, da Procuradora Regional do Trabalho e professora **GISELE SANTOS FERNANDES GÔES**, como instrutora, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos", que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA, no valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), incluindo o INSS Patronal.

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Liliane Formigli Noblat	352.906
FISCAL ADMINISTRATIVO / TÉCNICO	Maria Auxiliadora Cunha Neves da Rocha	351.659
SUPLENTE DE FISCALIZAÇÃO	Zélia Maria Araújo Rodrigues da Silva	353.911

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome completo: Márcio José Cordeiro Fahel	Matrícula: 351.310
Unidade Administrativa: Coordenação do CEAF	Cargo/Função: Promotor de Justiça / Coordenador do CEAF
INSERIR ASSINATURA DIGITAL (GESTOR ORÇAMENTÁRIO):	



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Cordeiro Fahel** - Promotor de Justiça, em 24/04/2026, às 07:48, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1960548** e o código CRC **9FF741FE**.

19.09.45340.0011120/2026-24

1960548v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br

MANIFESTAÇÃO

Ciente e de acordo com a indicação do Ordenador de Despesas (SEI 1960548), replicada no quadro abaixo. Trata-se da contratação da Procuradora Regional do Trabalho e professora **GISELE SANTOS FERNANDES GÓES**, como instrutora, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos", que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA, no valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), incluindo o INSS Patronal.

Declaro que tenho conhecimento que a gestão e a fiscalização serão baseadas nas tratativas e no termo de referência que compõem o processo de contratação SEI 19.09.45340.0011120/2026-24.

Quadro - Indicação do Ordenador de Despesas

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Liliane Formigli Noblat	352.906
FISCAL ADMINISTRATIVO / TÉCNICO	Maria Auxiliadora Cunha Neves da Rocha	351.659
SUPLENTE DE FISCALIZAÇÃO	Zélia Maria Araújo Rodrigues da Silva	353.911

Atenciosamente,

Gestor do Contrato e Fiscais



Documento assinado eletronicamente por **Maria Auxiliadora Cunha Neves da Rocha** - Gestora Administrativa III, em 24/04/2026, às 11:24, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** - Analista Técnico, em 24/04/2026, às 11:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Zelia Maria Araújo Rodrigues da Silva** - Gestora Administrativa III, em 27/04/2026, às 12:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1960564** e o código CRC **5E4EEF34**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL:

Encaminhamento processo de contratação para análise de conformidade.

Atenciosamente,

Unidade de Finanças do CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Analista Técnico, em 27/04/2026, às 12:04, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1960383** e o código CRC **D45D6318**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de **inexigibilidade de licitação**, instruído com fundamento no art. 74, III, "f" da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, encaminhado pelo CEAF, registrado nesta Unidade sob o nº **015/2026** visando à **prestação de serviço, como instrutora, da Procuradora Regional do Trabalho e professora Gisele Santos Fernandes Góes, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos"**, que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA, conforme Documento de Formalização da Demanda (doc. 1960375) e no e no Termo de Referência (doc. 1963068).

Após análise da instrução processual, encaminhamos o presente expediente à **Unidade Demandante** para ciência e adoção das providências abaixo:

01. Documento FIPLAN (doc. 1960382)

Não foi identificamos, no referido documento, o valor correspondente à Natureza da Despesa 33.90.47, vinculado à Unidade Gestora 40.601.0005, o que impossibilita a conferência das informações constantes na Declaração do Executor Orçamentário (doc. 1960381). Solicitamos a devida regularização das informações, a fim de viabilizar a correta análise do processo.

Orientamos, ainda, que **o novo documento deverá ser incluído após o despacho desta Coordenação e que o documento a ser retificado não seja excluído do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Milena Maria Cardoso do Nascimento

Assistente de Gestão II

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 29/04/2026, às 09:27, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1969871** e o código CRC **3946C310**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL:

Em resposta ao Despacho CEACC 1969871, informo que a informação acerca da Natureza da Despesa 33.90.47 encontra-se na segunda página do doc. 1960382.

Atenciosamente,
Unidade de Finanças do CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Analista Técnico, em 29/04/2026, às 09:43, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1972615** e o código CRC **42954CAB**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que as certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e trabalhista da contratada, **GISELE SANTOS FERNANDES GOES**, **encontram-se válidas**, bem assim que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, conforme documento anexo (doc. 1972781).

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/portalttransparencia/biblioteca/3091>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Maria Cardoso do Nascimento

Assistente de Gestão II

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 29/04/2026, às 10:32, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1972766** e o código CRC **4BCCB508**.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **GISELE SANTOS FERNANDES GOES**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:27:53 do dia 29/04/2026, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: UEDH290426102753

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (29/04/2026 às 10:28) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 69F2.0768.7A9F.6288 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 04/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 04/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 04/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

Dados da consulta: 29/04/2026 10:27:45

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: XXXXXXXXXX

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Governo do Estado da Bahia

DESPACHO

Trata-se de procedimento de **inexigibilidade de licitação**, instruído com fundamento no art. 74, III, "f" da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, encaminhado pelo CEAf, registrado nesta Unidade sob o nº **015/2026** visando à **prestação de serviço, como instrutora, da Procuradora Regional do Trabalho e professora Gisele Santos Fernandes Góes, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos", que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA**, conforme Documento de Formalização da Demanda (doc. 1960375) e no e no Termo de Referência (doc. 1963068).

Cuida-se de demanda cuja análise da Assessoria Jurídica encontra-se dispensada, uma vez que se subsume à hipótese prevista no art. 17, II do Ato Normativo nº 048/2024 de 06 de dezembro de 2024.

Após análise da instrução do processo em epígrafe, verificamos que a documentação acostada nos autos encontra-se em conformidade com a base de conhecimento, resguardando-se a responsabilidade pelas informações prestadas por cada uma das unidades envolvidas, nos termos a seguir pontuados:

1. Documento de Formalização da Demanda - anexado aos autos;
2. Termo de Referência - anexado aos autos;
3. Demonstração da compatibilidade dos recursos orçamentários - anexado aos autos como "Declaração - Executor Orçamentário" e "Manifestação - Gestor Orçamentário";
4. Manifestação dos servidores indicados para a gestão e fiscalização contratual - anexada aos autos;
5. Tabela de Preços Similares - anexada aos autos;
6. Documentos de habilitação da pretensa contratada:
 - 6.1 Cartão CNPJ;
 - 6.2 Contrato Social e alterações;
 - 6.3 Certidões de regularidade;
7. Consulta da situação da contratada no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública - anexada aos autos.
8. Autorização da autoridade competente - constante na Manifestação do Gestor Orçamentário.
09. Declaração de que a empresa a ser contratada cumpre o art. 7º, XXXIII da CF/1988, bem como declaração exigida pela Resolução CNMP nº 37/2009 - anexadas aos autos.
10. Previsão da despesa no Plano de Contratações Anual - constante no Documento de Formalização da Demanda.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela regularidade formal na contratação da Sra. **GISELE SANTOS FERNANDES GOES**, pelo valor proposto de **R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**, conforme proposta 1964940. Ressalta-se que, para esta contratação, há previsão de gasto adicional relativo ao INSS patronal, no valor de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**, totalizando um valor global de **R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)**, conforme Declaração - Executor Orçamentário (doc. 1960381).

Registra-se que as despesas correrão por conta da **Unidade Gestora 40.601/0005 – CEAf**, conforme Declaração - Executor Orçamentário (doc. 1960381).

Salientamos, ainda, que **não haverá celebração de contrato**. A formalização se dará apenas com a emissão de empenho. Neste sentido, esclarecemos que em que pese o quanto disposto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme entendimento da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão administrativa deste Ministério Público, exarado no parecer nº151/2024, não há que se impor a obrigatoriedade de formalização por instrumento de contrato, ressaltando-se que a opção pela contratação sem tal meio de formalização coube à Unidade Gestora dos recursos.

Caso a decisão do Superintendente seja pela autorização da referida contratação, **solicitamos informar um número de portaria** para designação de gestor e fiscalização da contratação, tendo em vista os servidores indicados na Manifestação do Ordenador de Despesas.

Diante do exposto, encaminhamos o presente expediente à **Superintendência de Gestão Administrativa** para análise e deliberação. Registramos, especialmente, a necessidade de elaboração de **manifestação decisiva/autorização** a fim de que possamos dar cumprimento à publicação da mesma no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Milena Maria Cardoso do Nascimento
Assistente de Gestão II
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula: 353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 29/04/2026, às 10:36, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1972782** e o código CRC **98B6FAFE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Considerando a instrução processual, com fundamento no art. 74, III, "f" da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, autorizo a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, catalogada nessa unidade sob o nº **015/2026**, visando à prestação de serviço, como instrutora, da Procuradora Regional do Trabalho e professora Gisele Santos Fernandes Góes, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos", no valor global de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA, conforme Documento de Formalização da Demanda (doc. SEI nº1960375) e no e no Termo de Referência (doc. SEI nº 1963068).

Na oportunidade, informo a Portaria nº 146/2026, relativa à designação de gestor e fiscalização da contratação.

Diante do exposto, encaminhe-se o presente expediente para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 29/04/2026, às 19:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1972888** e o código CRC **D3A6D441**.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 76/2026



Última atualização 30/04/2026

[Acessar Processo Eletrônico](#)

Local: Salvador/BA **Órgão:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Unidade compradora: 926302 - EBA - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 30/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 04142491000166-1-000085/2026 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Prestação de serviço, como instrutora, da Procuradora Regional do Trabalho e professora Gisele Santos Fernandes Góes, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos", que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA

Informação complementar:

Unidade Orçamentária/Gestora: 40.601/0005 – CEAF / Inexigibilidade de licitação nº 015/2026

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00

Itens

Arquivos

Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Treinamento Qualificação Profissional Treinamento Qualificação Profissional	1	R\$ 1.800,00

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

< Voltar

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

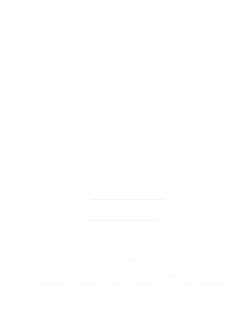
O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Inexigibilidade de licitação nº 015/2026

Processo nº:

19.09.45340.0011120/2026-24

Tipo:

Inexigibilidade de Licitação

**Data:**

quinta-feira, Abril 30, 2026 – 10:00

Objeto:

Prestação de serviço, como instrutora, da Procuradora Regional do Trabalho e professora Gisele Santos Fernandes Góes, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos", que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA

Fundamentação legal:

Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021

Informações gerais:

Unidade Orçamentária/Gestora: 40.601/0005 – CEAF

Link da Publicação no PNCP – Ato que autoriza a

contratação: <https://pncp.gov.br/app/editais/04142491000166/2026/85>**Arquivos:**

Autorização





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 146/2026

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.45340.0011120/2026-24, RESOLVE

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização da Inexigibilidade de Licitação nº 015/2026, relativo à prestação de serviço, como instrutora, da Procuradora Regional do Trabalho e professora Gisele Santos Fernandes Góes, para ministrar aula sobre "Processo Estrutural e o Ministério Público como Porta de Solução de Problemas Jurídicos", que faz parte do Curso Metodologia e Prática do Processo Estrutural, no dia 28 de maio de 2026, na cidade de Salvador/BA.

GESTOR ORÇAMENTÁRIO: Márcio José Cordeiro Fahel, matrícula 351.310.

GESTOR DO CONTRATO: Liliane Formigli Noblat, matrícula 352.906.

FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE: Maria Auxiliadora Cunha Neves da Rocha, matrícula 351.659 e Zélia Maria Araújo Rodrigues da Silva, matrícula 353.911 respectivamente.

FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE: Maria Auxiliadora Cunha Neves da Rocha, matrícula 351.659 e Zélia Maria Araújo Rodrigues da Silva, matrícula 353.911 respectivamente.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luís Sant'Ana Ribeiro

Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luís Sant'Ana Ribeiro** - Superintendente, em 30/04/2026, às 16:23, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1974376** e o código CRC **7C10DA94**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à **CEAF - Unidade de Execução Orçamentária**, acompanhado da publicação da autorização da **Inexigibilidade de Licitação N° 015/2026** no Portal Nacional de Contratações Públicas ([Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP \(www.gov.br\)](https://portal.nacionaldecontratacoes.gov.br)) e no Portal do MPBA (<https://www.mpba.mp.br/contratacoes/3049>).

Em virtude da não exigência legal de publicação das portarias de gestão e fiscalização, bem assim considerando que os servidores designados manifestaram ciência da designação, registramos que deixamos de realizar as publicações no Diário de Justiça Eletrônico acerca das portarias designatórias.

Por fim, em atenção ao quanto disposto no art.18, § 1º do Ato Normativo 036 de 09 de agosto de 2024, solicitamos que o servidor responsável pela execução orçamentária, **quando da instrução do processo de pagamento, anexe o empenho com posterior remessa, concomitante, ao fiscal administrativo da contratação**, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12; e **a esta Coordenação, no prazo de 08 (oito) dias úteis**, para divulgação do Portal Nacional de Contratações Públicas, para fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 18, § 1º: O processo de pagamento deverá ser iniciado pelo servidor responsável pela execução orçamentária da unidade gestora mediante encarte do empenho emitido, com posterior remessa ao fiscal administrativo da contratação, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12. (grifo nosso)

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

...

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta. (grifo nosso)

Não havendo atos adicionais a serem praticados por esta Coordenação, concluímos o presente expediente na unidade.

Milena Maria Cardoso do Nascimento

Assistente de Gestão II

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** - Assistente de Gestão II, em 30/04/2026, às 16:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1974544** e o código CRC **CFB87826**.